

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

MARLÍBIA RAQUEL DE OLIVEIRA

**AS POLÍTICAS DE MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS
EX-COMBATENTES DE SERGIPE**

RECIFE

2017

MARLÍBIA RAQUEL DE OLIVEIRA

**AS POLÍTICAS DE MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS
EX-COMBATENTES DE SERGIPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende.

RECIFE
2017

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

O48p Oliveira, Marlúbia Raquel de.
As políticas de memória da associação dos ex-combatentes de Sergipe /
Marlúbia Raquel de Oliveira. – 2017.
154 f : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2017.
Inclui Referências e apêndices.

1. História. 2. Memória. 3. Ex-combatentes. 4. Testemunhas. I. Rezende,
Antonio Paulo de Moraes (Orientador). II. Título.

981 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-003)

MARLÍBIA RAQUEL DE OLIVEIRA

**AS POLÍTICAS DE MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS
EX-COMBATENTES DE SERGIPE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: 17/08/2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Antonio Paulo de Moraes Rezende (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Daniel de Souza Leão Vieira (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

A ideia de estudar em Recife pareceu agradável desde a primeira vez que me foi proposta. Cidade de história rica, de gente alegre, um programa de pós-graduação valorizado e pertinho de Sergipe. Lembro que quando finalmente cheguei ao prédio mais alto da UFPE como me indicaram, e pisei pela primeira vez no décimo andar, gelei completamente. Era um dia de sol, mas essa reação se repetiu ao longo do período e das estações, provavelmente devido eu ser friorenta e com certeza porque o lugar sempre me impôs grandes desafios.

O mestrado foi a tarefa mais difícil que realizei até hoje, por isso, concluí-lo significa muito para mim. É fato que jamais teria conseguido sem a ajuda de tantos, sendo assim, gostaria de agradecer a estes: ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento da minha pesquisa. A bolsa garantiu minha estadia na capital “do Pernambuco” e as viagens em busca de fontes. A Antonio Paulo, meu orientador, pelas gentilezas e a paciência. O convívio com ele me fez ainda mais afetiva, sensível a literatura, as memórias e a humanidade. Aos professores Cibele Barbosa, Rômulo Luiz Xavier e Daniel de Souza Leão pela disponibilidade e valiosas considerações que fizeram ao meu trabalho. Ao professor Dilton Maynard, que um dia me apresentou os pracinhas sergipanos e, a partir disso, me proporcionou viver experiências incríveis. Gratidão pelo incentivo constante, leitura atenta e crítica construtiva do meu texto. E claro, preciso agradecer a Sandra e Patrícia, secretárias do PPGH/UFPE sempre sorridentes e solícitas e que me ajudaram inúmeras vezes, a maioria à distância, a resolver tantas questões burocráticas.

Aos colegas de curso Clara, Rafael e Romulo. Conheci muitas pessoas inspiradoras, mas me tornei amiga destes com quem pude dividir almoços, dramas e conhecimentos. Serei eternamente grata por tornarem meus dias longe de casa menos solitários e por terem sido os melhores guias turísticos que já tive. Aos amigos GETianos de longa data, bem como a Douglas e Edinho pelas múltiplas conversas ao acaso e discussões frutíferas sobre a vida pessoal, acadêmica e pesquisa.

Aos entrevistados que cederam seu tempo, às vezes seus sofás, e dividiram comigo suas memórias de guerra, de traumas, de vida ao lado de ex-combatentes. Aos profissionais dos arquivos que visitei, agradeço a cordialidade a mim dedicada.

A Dona Laudice, mainha, por tantas orações e bem que me faz. Aos meus irmãos: Aninha, por cuidar para que nada me incomodasse, sobretudo, nos dias de estresse. A Gleidinha e Mickelle (sobrinha), por trazerem leveza e organização para minha vida. A Helinho, Regiane (cunhada) e Maria Cecília (sobrinha) pelo olhar cheio de amor e disponibilidade. Amo nossa união e nossos pontuais almoços.

A família Reis pelas palavras de carinho. Ao meu então noivo e agora recém esposo Fernando, por apoiar minhas escolhas e compreender tantas ausências. Obrigada pelo auxílio com as entrevistas, com o texto, por diariamente me ajudar a superar medos e festejar as pequenas vitórias, por aceitar dividir sonhos e construir uma família comigo.

A Santíssima Trindade e a Nossa Senhora por estarem comigo em todos os momentos. Obrigada pela vida que têm me permitido viver até hoje. Tenho guardado um arsenal de memórias felizes.

RESUMO

Entre os anos 1942 e 1945, sergipanos voluntários e convocados, integraram a Força do Exército e a Força Expedicionária Brasileira que participaram das operações militares do Brasil na Segunda Guerra. Cessado o conflito mundial, diante das dificuldades encontradas no país no tocante ao processo de reintegração social e profissional, um grupo de sergipanos fundou em Aracaju a Associação de Ex-combatentes do Brasil, Seção Sergipe. A presente dissertação investiga as políticas de memória, ou seja, as medidas adotadas pelos integrantes desta instituição, que visavam impedir no estado o esquecimento das memórias coletivas desse grupo, bem como garantir o reconhecimento destas. O trabalho se ampara em estudos que discutem as problemáticas que envolvem memória, esquecimento e políticas de memória no tempo presente. Como fontes, utilizamos documentos escritos e testemunhos orais de indivíduos que mantiveram relação próxima com a Associação sergipana e que, portanto, nos ajudam a compreender a vivência e os desafios enfrentados nos seus últimos dezenove anos (1996-2015).

Palavras-chave: Associação. Ex-combatente. Sergipe. Política de Memória.

ABSTRACT

Between 1942 and 1945, Sergipe volunteers and conscripts joined the Army Force and the Brazilian Expeditionary Force that participated in the Brazilian military operations in World War II. With the end of the world conflict, faced with the difficulties encountered in the country regarding the process of social and professional reintegration, a group of Sergipeans founded in Aracaju the Association of Ex-combatants of Brazil, Sergipe Section. The present dissertation investigates memory politics, that is, the measures adopted by the members of this institution, which were aimed at preventing in the state the forgetfulness of the collective memories of this group, as well as ensuring their recognition. The work is supported by studies that discuss the problems that involve memory, forgetfulness and memory politics in the present time. As sources, we use written documents and oral testimonies from individuals who have had a close relationship with the Sergipe Association and, therefore, help us to understand the experience and challenges faced in the last nineteen years (1996-2015).

Keywords: Association. Ex-Combatant. Sergipe. Memory Politics.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	O ANTES DE IR E O REGRESSAR DA GUERRA	26
2.1	SERGIPANOS E A MOBILIZAÇÃO PARA GUERRA	26
2.2	APLAUSOS: O REGRESSO DOS HERÓIS DA FEB A SERGIPE	41
2.3	O PÓS-GUERRA E O PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO	56
3	ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DE SERGIPE: REUNIR E LUTAR DEPOIS DA GUERRA	69
3.1	ASSOCIAÇÕES DE EX-COMBATENTES: A EXPERIÊNCIA DA SECÇÃO SERGIPE	69
3.2	REUNIÕES E ATAS: O RITUAL	85
3.3	A ASSOCIAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM A SOCIEDADE E O EXÉRCITO EM SERGIPE	94
4	PARA NÃO ESQUECER: AS POLÍTICAS DE MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DE SERGIPE	111
4.1	POLÍTICAS DE MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO.....	111
4.2	CELEBRAR É REMEMORAR.....	124
4.2.1	Dia da Vitória.....	125
4.2.2	Dia da Independência.....	132
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
	REFERÊNCIAS	145
	APÊNDICE A – JORNAIS	151
	APÊNDICE B – DOCUMENTOS	152
	APÊNDICE C – ENTREVISTAS	153
	APÊNDICE D – MEMÓRIAS	154

1 INTRODUÇÃO

O século XX nasceu sob fortes inquietações. Mais do que permanências herdadas de períodos anteriores, buscava-se evidenciar os rompimentos. Assim, milhões de pessoas baseando-se na ascensão de novos valores, somado ao avanço científico e tecnológico alcançados nos séculos XVIII e XIX, idealizaram o novo século como o condutor do progresso da humanidade. Sabe-se, porém, que para muitos indivíduos a expectativa por dias melhores acabou surpreendida por tempos difíceis.

A guerra regeu o século XX. O “Breve Século”, assim conhecido graças ao historiador britânico Eric Hobsbawm¹, assistiu a eclosão de revoltas, crises, guerras e genocídios que geraram o desencanto, a miséria das massas e, segundo Walter Benjamin, a pobreza de “experiências comunicáveis”. Para este autor, a guerra seria responsável pela instauração de um novo conceito de barbárie, ou seja, os novos bárbaros seriam aqueles que, destituídos de ensinamentos válidos, transmitidos pela experiência, se comprometiam a recomeçar a partir do pouco que sobreviveu².

Para Francisco Carlos Teixeira da Silva, tratou-se de um século sombrio, “no sentido exato de que a luz foi sempre possível, contudo obscurecida, adiada e, cada vez mais distante do presente”³. Ocorre que o brilho impregnado no recém-nascido século XX foi em grande parte ofuscado pela inescrupulosa necessidade de transcendência material, adotada por alguns grupos sociais que, visando à ascensão de seus objetivos, feriram a esperança e a condição humana.

A Segunda Guerra Mundial é provavelmente o acontecimento que melhor representa essa conjuntura nefasta. Acontecimento aqui compreendido sob a perspectiva de Hannah Arendt como algo singular, um começo, “uma descontinuidade que interroga criando seu próprio rastro no tempo”⁴. Um

¹ Para Eric Hobsbawm, o século XX foi breve devido às rápidas transformações e ao fato de que aquilo que é peculiar ao século, os acontecimentos, sobretudo trágicos, que o eternizaram na memória das sociedades se encontram entre 1914 e 1991, intervalo de tempo mais curto do que os tradicionais cem anos, portanto. Conferir: HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

² BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza In: **Obras escolhidas I - Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora brasiliense, 1985. p. 114-119.

³ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (Org.). **O século sombrio: uma história geral do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p.1.

⁴ ARENDT, Hannah. Compré hensionet politique. Partisan Reviv.V.2, jul-ago.1953. In: *Espirit*, jun. 1980, p.75. apud DOSSE, François. **Renascimento do Acontecimento: um desafio para o**

acontecimento provoca imprevisíveis transformações no campo da vida privada e da história coletiva, haja vista elucidar seu próprio passado e não poder nunca ser deduzido dele. Desse modo, o nascimento de um acontecimento causa surpresa e altera a configuração do mundo que o cerca, sendo impossível prever sua intensidade e dimensão⁵.

Na concepção de Henry Rousso, os acontecimentos do século XX transformaram o ofício do historiador, levando-o a engajar-se de modo permanente no espaço público. A partir daí, os usos da História foram ampliados, ela passou a gerir problemas, a realizar um trabalho voltado a empreender memórias, sobretudo, as pertencentes às vítimas das recentes tragédias. Nesse contexto, houve o crescimento do interesse pela História do Tempo Presente, modalidade da História que transita pelo inacabado e que tem como principal fonte os testemunhos orais, colhidos daqueles que participaram ou conviveram com quem participou dos acontecimentos, analisados sob o olhar do historiador que, por sua vez, também é contemporâneo dos depoentes⁶.

“A última catástrofe”, denominação dada por Rousso à Segunda Guerra, culminou na emergência de uma capacidade de destruição nunca vista antes⁷. O conflito provocou ebulições econômicas, sociais e políticas, mazelas profundas que não cessaram em sintonia com o término das batalhas bélicas. Porém, ao final da guerra a ideia pregada era tentar esquecer os horrores, buscar superar as situações vexatórias e dramáticas a que foram submetidos durante o conflito armado e, neste sentido, após surto de espanto e solidariedade para com os envolvidos na tragédia, logo se verificou um número expressivo de indivíduos que não queria ou não tinha ouvintes a quem relatar o que os assombravam e protagonizavam seus pesadelos⁸.

Houve o silenciamento das memórias traumáticas. Principalmente na Europa foi colocada em prática uma política do esquecimento como solução para cicatrizar temporariamente as feridas coletivas. Todavia essas memórias continuaram sendo

historiador entre Esfinge e Fênix. Tradução de Constancia Morel. São Paulo: Editora Unesp, 2013.p. 128.

⁵DOSSE, François. **Renascimento do Acontecimento: um desafio para o historiador entre Esfinge e Fênix.** Tradução de Constancia Morel. São Paulo: Editora Unesp, 2013.p. 127.

⁶ ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo.** Tradução de Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

⁷ Idem.

⁸ STAFFORD, David. **O fim do jogo, 1945: o capítulo que faltava da Segunda Guerra Mundial.** Tradução Joel Fontenelle Macedo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 08-20.; JUDT, Tony. **Pós-Guerra – uma história da Europa desde 1945.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

compartilhadas por grupos restritos que a partir da década de 1970 encontraram espaço para expor suas lembranças e, posteriormente, passaram a reivindicar junto às autoridades jurídicas o reconhecimento e reparação dos traumas sofridos.

O “boom da memória”⁹, registrado no período, colocou em destaque “memórias subterrâneas” que, de acordo com Michael Pollak, consistem nas memórias pertencentes aos grupos minoritários e dominados, cujas histórias não são contempladas pela história nacional. Desse modo, essas memórias sobrevivem através de práticas de rememoração represadas no interior de grupos, geralmente segmentos informais da sociedade¹⁰.

Acompanhando as discussões desencadeadas na Europa sobre memórias traumáticas, houve no Brasil, principalmente a partir da década de 1990, crescimento de interesse e pesquisas historiográficas sobre a participação dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial. O presente trabalho pretende se somar aos estudos relacionados a esse tema. Neste sentido, objetiva analisar as políticas de memória adotadas nos últimos dezenove anos (1996-2015) pelos integrantes da Associação de Ex-Combatentes do Brasil, Seção Sergipe, que visavam impedir no estado o esquecimento das memórias coletivas compartilhadas pelo grupo, bem como garantir o reconhecimento destas .

Segundo Johann Michel, políticas de memória são o “conjunto de intervenções de atores públicos que objetivam produzir e impor lembranças comuns a uma dada sociedade, em favor do monopólio de instrumentos de ações públicas.”¹¹. Esse autor observa que as políticas de memória por vezes são criadas a partir de uma política do esquecimento, esta, entendida como uma ação intencional tomada pelas autoridades públicas objetivando ocultar da memória coletiva contemporânea fatos, personagens e histórias do passado.

Percebe-se que no Brasil as políticas de memória assumem com frequência a função de “dever de memória” baseando-se, portanto, em tentativas de compensação de erros historicamente comprovados. É o caso de memórias relacionadas às etnias afro e indígena, ao período da ditadura civil e militar (1964-

⁹ Sobre o “boom da memória”, conferir: WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história. In: SELIGMAN-SILVA, Márcio (org.). **Palavra e Imagem, Memória e Escritura**. Chapecó: Argos, 2006. p. 84.

¹⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, 1989, p.3-15.

¹¹ MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política do esquecimento? In: **Revista Memória em Rede**. Pelotas. Vol.2, n. 3, ago.-nov. de 2010. p. 14-26. Disponível em: < <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9545>> Acesso em janeiro de 2017.

1985), assim como ao desamparo sofrido pelos expedicionários brasileiros no pós-guerra de 1945¹².

Amparada nos trabalhos desenvolvidos por Andreas Huyssen e Paul Ricoeur sobre as problemáticas que envolvem memória, esquecimento e políticas de memória no tempo presente, a pesquisa descrita nas páginas a seguir demonstra a consciência dos ex-combatentes sergipanos sobre o “dever de memória” do grupo e sua busca por uma “justa memória”, no caso, o reconhecimento da sociedade por seus feitos¹³. Cabe, porém, frisar que o termo política de memória, atribuído às ações de caráter interno e externo tomadas através da Associação pelos ex-combatentes sergipanos com o propósito de evitar o esquecimento das memórias do grupo, não foi usado por eles, é uma denominação dada por nós.

A Associação de Ex-Combatentes de Sergipe surgiu concomitante com outras que, apresentando propósitos comuns, se espalharam pelo país no pós-guerra imediato. Fundada em Aracaju no dia 21 de outubro de 1946, foi extinta quase sessenta e nove anos depois, em julho de 2015. Ao longo desses anos, a entidade reuniu no seu quadro de sócios os veteranos da Força Expedicionária Brasileira (FEB), ex-combatentes da Força do Exército, da Aeronáutica, da Marinha de Guerra, além de civis.

Sabe-se que quando as associações de ex-combatentes tornaram-se uma realidade brasileira, estas já eram velhas conhecidas de países como Estados Unidos, França, Inglaterra, Austrália e Alemanha, onde detinham grande força social e política. Nestes países, responsáveis por enviar milhões de soldados para os campos de batalhas, as associações de ex-combatentes alcançaram notoriedade econômica, social e política, no sentido que pressionavam os governos visando à concessão de empregos e pensões, auxiliavam na reintegração social dos soldados, bem como organizavam representações políticas para participarem mais de perto das decisões tomadas pelos dirigentes de seus países. No caso das associações

¹² FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Políticas da Memória e Políticas do Esquecimento. In: **Aurora: revista de arte, mídia e política**. Pontifícia Universidade São Paulo. n. 10, 2011. p. 102-118. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/4500>> Acesso em: janeiro de 2017.

¹³ HUYSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.; HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Acroplano, 2000.; RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007. p. 423-462.

brasileiras de ex-combatentes e veteranos, apesar de lutarem por esses mesmos direitos, estas não alcançaram tamanho êxito¹⁴.

A primeira Associação de Ex-Combatentes do Brasil (AECB) foi fundada no Rio de Janeiro em 01 de outubro de 1945 e funciona até os dias atuais na mesma cidade no bairro Lapa, mais especificamente, na Rua do Lavradio, nº 38 em um prédio doado em 1954 pelo então Ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha¹⁵. Inicialmente, o pré-requisito para se tornar sócio da instituição era ser ex-combatente, ou seja, ela reunia tanto aqueles convocados para lutar na Itália quanto os mobilizados para fazer a defesa do litoral brasileiro. Desde cedo, porém, houve divergência de opiniões entre alguns veteranos inconformados e ex-combatentes no tocante a igualdade que se estabeleceu juridicamente entre esses dois grupos, já que as leis de amparo concedidas aos veteranos contemplavam da mesma maneira os ex-combatentes¹⁶. A implicância recaía, sobretudo, aos ex-combatentes que ao desempenharem a função designada não correram, na opinião de alguns praticantes, risco de vida eminente.

A direção do Conselho Nacional da AECB, órgão maior, cujas demais associações de ex-combatente criadas espontaneamente pelo país estiveram subordinadas, orientava para que não existisse distinção entre veteranos e ex-combatentes, já que ambos, cada um a seu modo, tinham auxiliado a pátria e, assim, cumprido com seu dever¹⁷. Essa ideia, entretanto, só veio consolidar-se por volta da década de 1970 e, antes disso aconteceu uma cisão no grupo de associados no Rio de Janeiro. Ocorre que alguns veteranos mais incomodados

¹⁴ FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012. p. 211 -212.

¹⁵ RIBEIRO, Patrícia da Silva. **Em luto e em luta: construindo a memória da FEB**. CPDOC. Rio de Janeiro, 2013. (Tese - Doutorado em História). p. 17. Cabe lembrar que Oswaldo Aranha quando ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores entre 1938 e 1944 foi peça fundamental no processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados. Aranha se mostrou grande admirador dos Estados Unidos e trabalhou para convencer o presidente Getúlio Vargas de que apoiar aquele país era a decisão mais acertada e vantajosa. Ao fazer isso, ele se colocou contra as opiniões do próprio Vargas e seus Ministros da Guerra e do Estado Maior do Exército, Eurico Gaspar Dutra e o General Góis Monteiro, respectivamente, favoráveis ao regime fascista pregado na Alemanha.

¹⁶ Há uma distinção semântica entre veteranos e ex-combatentes. Veteranos são exclusivamente aqueles que participaram das operações de guerra na Europa. Ex-combatentes denomina tanto veteranos como aqueles que vigiaram as fronteiras do Brasil enquanto o país esteve envolvido na Segunda Guerra. No nosso trabalho utilizaremos a palavra "ex-combatente" para se referir a ambos e "veterano" quando me referir a aos febianos.

¹⁷ O Conselho Nacional da AECB foi extinto em 2011. A Associação de Ex-Combatentes de Sergipe foi informada via correspondência impressa. Cf.: ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2015. p. 158-163.

decidiram criar em julho de 1963 o “Clube dos Veteranos da Campanha da Itália” que em 1969 passou a chamar-se “Associação dos Veteranos da FEB” (ANFEB) e em 1972 ganhou a atual denominação: “Associação Nacional dos Veteranos da FEB” (ANVFEB). Nessa nova instituição só eram aceitos como membros aqueles que possuíam a medalha de campanha de guerra na Itália, os demais ex-combatentes eram, portanto, excluídos.

A ANVFEB também se disseminou pelo Brasil, contudo, ela possui menos seções e membros que a AECB. Nos estados que não criaram sedes da instituição exclusiva dos veteranos, estes continuaram participando da AECB, pois, mesmo se dividindo não houve ruptura de diálogo entre os dois grupos. Ambos permaneceram ajudando-se, prestigiando juntos eventos civis, militares e outros promovidos entre eles, assim como lutando por direitos e contra o esquecimento da participação do Brasil na Segunda Guerra¹⁸.

Se por um lado, e de modo geral, essa boa convivência foi preservada, por outro a discussão em torno do grau de importância e periculosidade do serviço prestado ao Brasil durante a guerra continuou sendo, no decorrer dos anos, o assunto motivador de discórdias e preconceitos. Virgínea Mercês Guimarães Carvalho afirma que ao analisar as práticas sociais de alguns desses grupos é possível notar uma sistemática disputa de poder simbólico e econômico que em certo período implicou em querelas por prestígio e pensões¹⁹.

A rixa entre veteranos e ex-combatentes, entretanto, não pode ser generalizada. Cabe ressaltar que muitos veteranos antes de seguir para o *front* italiano haviam sido designados a patrulhar o litoral e, dessa forma, acabaram conhecendo as dificuldades desse trabalho, outros não se importavam em compartilhar reconhecimentos e benefícios, isso ficou ainda mais forte quando os direitos deixaram de ser escassos. Além disso, é impossível medir a inconformidade dos veteranos, pois, se tomarmos como base a opinião dos associados não conseguiremos um resultado confiável, haja vista não sabermos ao certo quantos ex-combatentes se associaram a estas instituições, já que os registros são dispersos e imprecisos.

¹⁸ FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012. p. 216-217.

¹⁹ A historiadora entrevistou veteranos e ex-combatentes sócios das associações de Minas Gerais, Pernambuco, Brasília e Rio de Janeiro. Cf.: CARVALHO, Virgínea Mercês Guimarães. **Ex-combatentes do Brasil: entre a história e a memória (1945-2009)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2009. (Dissertação - Mestrado em História).p. 80.

O desejo de criar uma associação de ex-combatentes surgiu simultaneamente ainda na Itália em meio a vários círculos de expedicionários. A ideia inicial era poder reunir os expedicionários e manter vivo o laço de companheirismo e fraternidade alimentado entre eles durante a convivência no teatro de operações de guerra. Todavia, com as dificuldades encaradas pelos mesmos no pós-guerra, logo as associações passaram a ser também compreendidas como espaços de lutas em defesa desse grupo.

Assim, consolidaram-se no desempenho de vasta função, a saber: representar os interesses do grupo diante das autoridades, oferecer dentro de suas possibilidades assistência social e jurídica, preservar a memória dos feitos dos brasileiros participantes da Segunda Guerra Mundial, promover o espírito de amizade e solidariedade mútua entre os ex-combatentes e valorizar o exercício da paz no mundo.

Aos poucos esses locais foram se transformando naquilo que foi batizado por Pierre Nora como “lugares de memória”²⁰, haja vista contemplar simultaneamente um trio de funções: material, simbólico e funcional. Desse modo, em um espaço físico os sócios cuidavam de interesses jurídicos e sociais, cumpriam alguns rituais simbólicos que rememoravam a Segunda Guerra e, conseqüentemente, asseguravam a identidade coletiva do grupo que tinha em comum o fato de ser formado por ex-combatentes. Tendo em vista que, segundo Maurice Halbwachs, as memórias são constituídas pela lembrança dos outros e se configuram em uma reconstrução do passado com informações adquiridas no presente²¹, entendemos que reunidos nesses espaços de sociabilidade, o grupo compartilhava e enquadrava²² suas memórias.

A participação do Brasil na Segunda Guerra é atualmente um assunto consolidado na historiografia nacional. Até a década de 1990, porém, a realidade era bastante diferente, a abordagem do tema permanecia restrita as obras de cunho memorialístico, aos familiares dos pracinhas, ao âmbito das instituições militares de ensino e outros poucos pesquisadores entusiastas. Para César Campiani Maximiano o conflito mundial não é visto pela sociedade brasileira como o grande evento

²⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, n.10, dez 1993.

²¹ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

²² O termo “enquadramento de memória” é usado do Michael Pollak para se referir a seleção de memórias visando atender aos objetivos de um grupo. Conferir: POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, 1989, p.3-15.

traumático na memória nacional do século XX e uma das razões para isso advém do número de brasileiros atingidos diretamente por esta guerra²³.

Francisco Ferraz possui opinião semelhante. Alega que enquanto os Estados Unidos, por exemplo, mobilizaram cerca de 16 milhões de combatentes, o Brasil designou para as campanhas militares durante a Segunda Guerra pouco mais de 25 mil homens, quantidade mínima se comparada a população brasileira da época²⁴. Esse volume reduzido de famílias afetadas diretamente pelo conflito teria interferido significativamente no pós-guerra dos ex-expedicionários, pois o número de envolvidos no acontecimento refletiu na quantidade de pessoas dispostos a compreendê-lo, apoiar e defender os interesses dos seus protagonistas, no caso, os ex-combatentes.

Apesar da pertinência desse argumento, os pesquisadores alertam para outros que, impreterivelmente, devem ser levados em consideração. Neste sentido, Dennison de Oliveira ressalta que a distância dos efeitos imediatos e violentos da guerra, a ausência de mortes em larga escala de brasileiros ou ainda a falta de ocupação estrangeira do território nacional não justificam o silêncio e a omissão do mundo acadêmico brasileiro frente aos problemas causados pela necessidade de se interpretar a história militar e as memórias a ela associadas²⁵. É certo que ao longo dos anos nem todos os assuntos que despertaram interesse nos historiadores brasileiros se referiam substancialmente ao Brasil, o que evidencia a existência no país de certo preconceito com o estudo da História Militar.

Para Dennison de Oliveira e Francisco Ferraz tal realidade é fruto da problemática relação estabelecida entre as instituições de ensino superior brasileiras e o regime militar ocorrido no país. É fato que durante os anos de ditadura (1964-1985) o ensino de nível superior e de pós-graduação se expandiu no Brasil como sem precedentes, contudo, a grave censura e a repressão sofrida dentro destes ambientes fizeram com que a prática científica fosse reduzida de forma drástica,

²³ MAXIMIANO, César Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010. p. 15.

²⁴ FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012.

²⁵ OLIVEIRA, Dennison de. História e Memória entre Ex-combatentes: o caso da Segunda Guerra Mundial (1939-45). In: **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História** – ANPUH. Londrina, 2005.

sobretudo no campo das humanidades. Neste sentido, compreendemos que essa relação conflituosa afugentou pesquisas e debates sobre os militares²⁶.

O distanciamento da Academia no tocante a História Militar esteve amparado nos pressupostos da chamada “Nova História”, modalidade que surgiu no início do século XX na Europa e nos Estados Unidos, consolidou-se, porém, na França a partir da criação da revista *Annales d’Histoire Économique et Sociale* por Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956) em 1929, que proporcionou a paulatina abertura da História para o campo sociocultural²⁷. A Escola dos Annales e seus discípulos pregavam a importância de estudos históricos que privilegiassem a multidisciplinaridade, o uso de novas fontes de pesquisa junto aos já tradicionais documentos escritos, além da abordagem de novos pontos de vista, como a história protagonizada pelos estratos inferiores da sociedade, os “homens comuns”, objetos de estudo, portanto, de uma “história vista de baixo”. A História Política e Militar tradicionais não se incluíam nesta lista.

De acordo com José Murilo de Carvalho de fato existiu na comunidade acadêmica brasileira, bem como na latino-americana, um veto aos estudos militares. Sendo assim, os interessados no país pela temática se depararam com forte oposição, haja vista ela ser considerada “suspeita do ponto de vista político”. Até por volta de 1990 predominou uma generalizada cooptação dos militares com o Golpe de 1964 e suas consequências nefastas. Desse modo, houve preconceito com aqueles que pesquisavam o tema, acusados de serem favoráveis ao Exército, a sua ideologia e, principalmente, aos regimes de cunho autoritário²⁸.

Atualmente os pesquisadores da História Militar têm se deparado com um cenário diferente. Tais indivíduos já produzem estudos avançados que, por sua vez, não se concentram somente no estudo descritivo das guerras, batalhas, táticas e arsenais militares. Na verdade, os historiadores brasileiros vêm se aproximado cada vez mais da chamada “Nova História Militar”, que na visão de Celso Castro, Vitor

²⁶ Idem. ; FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012.

²⁷ JAGUARIBE, Helio. **Um Estudo Crítico da História** (Vol 1). Tradução de Sergio Bath. São Paulo: Paz e Terra, 2001 p. 37. *Apud* PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. A História Militar tradicional e a “Nova História Militar”. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011. p.4.

²⁸ CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. p. 140-144.

Izecksohn e Hendrik Kraay nem é tão nova assim²⁹. Os seguidores dessa linha, portanto, procuram nos dias de hoje se debruçarem sobre as relações envolvendo as Forças Armadas e a sociedade. É também nesse pressuposto que se baseia esta dissertação, visto que, ao investigar as políticas de memória desenvolvidas por meio da Associação do Ex-Combatentes de Sergipe, exploramos parcialmente o vínculo mantido nos últimos dezenove anos entre ex-combatentes, Exército e população local.

Se até a década de 1990 no Brasil o estudo da História Militar desafiava complicações de ordem historiográfica e política, nos dias atuais ele tem sido crescente. Foi também em meados desses anos que se verificou o surgimento dos primeiros trabalhos acadêmicos, de fôlego, a respeito da participação do Brasil na Segunda Guerra com ênfase no papel da FEB enviada para lutar no *front* italiano. É interessante lembrarmos que tal realidade coincidiu, e provavelmente está ligada, com fato de que desde o final século XX houve, como já dito anteriormente, o aumento de interesse pelos testemunhos traumáticos.

Os primeiros estudos acadêmicos que tinham a FEB como protagonista foram desenvolvidos na região Sudeste do país³⁰. Contudo, no que se refere ao pós-guerra dos ex-expedicionários, que engloba discussões a respeito do processo de reintegração social e profissional desse grupo, o uso das memórias da FEB, bem como a luta dos seus ex-componentes pelo reconhecimento dos seus feitos, o número de pesquisas reduz consideravelmente. Merece destaque neste campo de estudo os trabalhos desenvolvidos pelos historiadores Francisco Ferraz e Dennison de Oliveira. Ambos vistos atualmente como referências obrigatórias para os pesquisadores do tema, pois suas análises têm sido consideradas pelos seus pares

²⁹ CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.12.

³⁰ Conferir: LINS, M. de L. F. **A Força Expedicionária Brasileira: uma tentativa de interpretação**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1972. (Dissertação - Mestrado em História); CABRAL, F. **Um Batalhão no Monte Castelo**. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1982. (Tese - Doutorado em História); NEVES, L. F. da S. **A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992. (Dissertação - Mestrado em História); SALUM, A. O. **Zé Carioca vai à Guerra**. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1996. (Dissertação - Mestrado em História); RIBEIRO, P. da S. **As batalhas da memória: uma história da memória dos ex-combatentes brasileiros**. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999. (Dissertação - Mestrado em História) *Apud* NASS, Sirlei de Fátima. **Legião Paranaense do Expedicionário: indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses (1943-1951)**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005 (Dissertação - Mestrado em História).

como bastante consistentes no que diz respeito ao pós-guerra vivido pelos pracinhas brasileiros.

Ferraz teve em 2012 sua tese de doutorado intitulada: *A Guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)* transformada em livro pela editora da Universidade Estadual de Londrina (EDUEL). O formato de livro corroborou ainda mais com a divulgação da pesquisa pioneira no que concerne ao processo de reintegração dos expedicionários brasileiros. A obra esboça uma análise profunda do retorno dos pracinhas para o país e as dificuldades enfrentadas por eles nesse período. O autor afirma que depois de participar do teatro de operações de guerra na Europa, os pracinhas foram obrigados a enfrentar em solo natal uma longa e nova batalha. As autoridades brasileiras assim como a sociedade civil do país não estavam preparadas para voltar a conviver com o grupo de ex-combatentes e não houve o cuidado de promover políticas públicas neste sentido³¹.

Dennison de Oliveira contribui para o debate sobre o pós-guerra dos ex-expedicionários brasileiros através de investigações publicadas em diversos periódicos acadêmicos³². A maioria desses estudos contempla o caso paranaense, mas os problemas que descreve, em alguma medida, também foram vividos por veteranos residentes em outros Estados. Tendo em vista que no Brasil não podemos falar da reintegração dos ex-expedicionários ou do pós-guerra de forma generalizante, pois as fontes sobre o tema estão dispersas e não respondem por um vasto número de indivíduos, o caso do Paraná merece destaque devido ao fato de que durante o pós-guerra o estado abrigou cerca de 10% do total de expedicionários enviados a Itália, número expressivo que possibilitou reunir significativas informações sobre tal grupo³³.

³¹ FERRAZ, Francisco César Alves. **A Guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012.

³² Cf.: OLIVEIRA, Dennison de. Poder Militar e Identidade Grupo na Segunda Guerra Mundial: a experiência histórica na psiquiatria militar brasileira. **História: Questões & Debates**. Curitiba: Editora UFPR. N. 35, 2001, p. 117-154.; OLIVEIRA, Dennison de. História e Memória entre Ex-combatentes: o caso da Segunda Guerra Mundial (1939-45). In: **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Londrina, 2005.; OLIVEIRA, Dennison de. Reintegração social dos ex-combatente no Brasil: o caso da Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do Expedicionário - AS/LPE (1946-1960). **Revista Militares e Política**, nº 9, jul-dez de 2011, p. 9.;

³³ Conferir: OLIVEIRA, Dennison de. Reintegração social dos ex-combatente no Brasil: o caso da Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do Expedicionário - AS/LPE (1946-1960). **Revista Militares e Política**, nº 9, jul-dez de 2011, p. 8-23.

A colaboração mais recente deste autor, o livro *Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial* traz uma abordagem mais geral sobre o tema. A partir de fontes históricas inéditas ele analisa o processo de desmobilização da FEB, o tratamento recebido pelos pracinhas nos hospitais dos Estados Unidos e a atuação do corpo médico brasileiro nestes locais.³⁴

Nota-se que o pós-guerra vivido pelos ex-expedicionários brasileiros consiste em um período ainda pouco estudado pela historiografia nacional. A situação se agrava no tocante a pesquisas que contemplem os integrantes da Força do Exército, ou seja, os ex-combatentes que permaneceram no Brasil defendendo as fronteiras do país durante o conflito mundial. Desse modo, com exceção do livro publicado por Francisco Ferraz que se dedica inteiramente ao pós-guerra dos expedicionários brasileiros, outras obras recentes têm dedicado capítulos ou apenas algumas páginas para abordar a temática e seus sujeitos³⁵, que vem sendo exploradas e expandidas principalmente em trabalhos de conclusão de curso superior.

Apesar da enorme relevância de tal prática, essas pesquisas ainda permanecem distantes das editoras. O acesso a esses estudos muitas vezes fica restrito aos membros das instituições onde surgiram, pois nem todas elas disponibilizam na *internet* os trabalhos científicos de seus alunos e alguns desses *sites* também dificultam o acesso do grande público.

Diante disso, procuramos fazer um levantamento *online* de trabalhos que contemplassem objetivos semelhantes aos propostos nesta dissertação, haja vista entendemos que isso nos auxiliaria a refletir sobre algumas questões. A quantidade de pesquisas encontradas é pequena. Devido, entretanto, as circunstâncias explicitadas acima, é possível que alguma obra relevante tenha ficado de fora da nossa lista. Deparamos-nos com pesquisas consistentes a respeito da reintegração dos ex-expedicionários, das lutas desencadeadas pelas associações de ex-combatentes, bem como dos conflitos de memória que envolvem a FEB e os ex-combatentes. Cabe frisar que durante nossa busca privilegiamos pesquisas de mestrado e doutorado, pois estas reúnem análises mais profundas sobre o assunto e um maior rigor científico.

³⁴ OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015.

³⁵ Conferir: OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015.; MAXIMIANO, César Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010.

A seguir, portanto, falaremos sobre duas dissertações e uma tese selecionadas como referências bibliográficas para nosso trabalho³⁶. De modo geral, elas concentram análises sobre o processo de reintegração dos ex-combatentes, as diferentes memórias que envolvem a FEB, como estas foram construídas e são disputadas por múltiplos sujeitos ao longo desses anos.

Assim, temos o trabalho *Legião Paranaense do Expedicionário: indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses (1943-1951)* apresentado por Sirlei de Fátima Nass em 2005 que, como o próprio título indica, trata sobre a reintegração social dos pracinhas paranaenses nos seis primeiros anos após o regresso para o Brasil. Nass investiga como os ex-expedicionários do Paraná organizaram a Legião Paranaense do Expedicionário e a Casa do Expedicionário e, por meio dessas instituições, buscaram o cumprimento de direitos sociais para o grupo e a preservação da memória dos feitos da FEB³⁷.

Em 2009 veio a luz *Ex-combatentes do Brasil: entre a história e a memória (1945-2009)*, trabalho desenvolvido por Virginia Mercês Guimarães Carvalho. A autora por meio de uma vasta gama de fontes, principalmente orais, adquiridas em Pernambuco, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal, analisa as formações e as cristalizações da memória sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial através da ótica de distintos grupos sociais, entre estes, os veteranos da FEB que atuaram na Itália e os chamados “praieiros”, ou seja, os integrantes da Força do Exército, aqueles que, durante a guerra, fizeram a defesa do litoral brasileiro³⁸.

Intitulada *Em luto e em luta: construindo a memória da FEB*, a tese defendida em 2013 por Patrícia da Silva Ribeiro também estuda a disputa memorial na contemporaneidade sobre a participação da FEB na Segunda Guerra, levando em consideração para isso os interesses de diferentes sujeitos históricos (Sociedade,

³⁶ No tocante ao processo de reintegração e suas implicações no cotidiano dos ex-expedicionários após a guerra, encontramos os seguintes trabalhos: SANTOS, Wellington Corlet dos. **A desmobilização da Força Expedicionária Brasileira e as conseqüências político-sociais no Brasil entre 1945 e 1965**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Escola Marechal Castello Branco. Rio de Janeiro, 2008. (Dissertação - Mestrado em História).; ROSA, Alessandro dos Santos. **A reintegração social dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira. (1946-1988)**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010. (Dissertação - Mestrado em História).

³⁷ NASS, Sirlei de Fátima. **Legião Paranaense do Expedicionário: indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses (1943-1951)**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005 (Dissertação - Mestrado em História).

³⁸ CARVALHO, Virginia Mercês Guimarães. **Ex-combatentes do Brasil: entre a história e a memória (1945-2009)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2009. (Dissertação - Mestrado em História).

Estado, Exército e Associações de veteranos). A historiadora chama atenção para as memórias traumáticas vividas no pós-guerra e guardadas pelos veteranos. A partir do grupo de ex-expedicionários ligados a Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB) no Rio de Janeiro, apresenta as silenciosas disputas protagonizadas pelos ex-combatentes e pelo Exército Nacional no tocante as memórias da FEB. De maneira sucinta, podemos dizer que ela discorre sobre “certo tabu”, a ideia generalizante e longinquamente consolidada de que nas últimas décadas Exército e associações de ex-expedicionários convivem harmoniosamente³⁹.

As pesquisas elencadas acima, que nos ajudam a pensar sobre o nosso tema de estudo, com exceção do trabalho de Virginia Mercês Guimarães Carvalho, se referem a experiências de pós-guerra vividas pelos ex-combatentes e veteranos da FEB nas regiões Sul-Sudeste do país. Ao propor analisar o caso sergipano, a presente dissertação contribui para expandir as pesquisas sobre esse período da história contemporânea brasileira e diminuir as enormes lacunas ainda existentes no tocante a participação de Sergipe na Segunda Guerra, pois embora haja forte ligação desse estado com o conflito mundial, já que de acordo com a historiografia brasileira o estopim para a entrada do país na guerra foram os torpedeamentos de cinco navios nacionais pelo submarino alemão U-507 no litoral entre Sergipe e Bahia em agosto de 1942, o assunto foi relegado durante muito tempo pelos historiadores locais.

Sabe-se que, em 1973, João Pires Wynne publicou na obra *História de Sergipe* as primeiras informações expressivas sobre o impacto do conflito mundial no estado, frisando o ataque do U-507 à costa sergipana. Quase duas décadas depois sugeriu um novo trabalho, escrito por Maria Nely dos Santos com ênfase na participação dos expedicionários sergipanos na Segunda Guerra. Entretanto, tais obras apresentam análises mais descritivas do que críticas⁴⁰.

Nos últimos anos, alguns trabalhos mais minuciosos sobre o período vêm sendo produzidos em Sergipe alterando positivamente este cenário de

³⁹ RIBEIRO, Patrícia da Silva. **Em luto e em luta: construindo a memória da FEB**. CPDOC. Rio de Janeiro, 2013. (Tese - Doutorado em História).

⁴⁰ Cf.: WYNNE, J. Pires. **História de Sergipe**. V. 02. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973. e SANTOS, Maria Nely dos. **A Participação de Sergipe na II Grande Guerra**. São Cristóvão/SE: UFS/PDPH, s/d. Mimeo.

esquecimento⁴¹. Mesmo assim, no que se refere aos ex-combatentes e veteranos sergipanos, o estudo está longe de ser esgotado. Sabe-se muito pouco sobre esses grupos e sobre o pós-guerra vivido por eles. Como se deu a volta dos expedicionários para Sergipe após a guerra? Qual o impacto desse evento para a sociedade sergipana? Qual o papel desempenhado pela Associação dos Ex-Combatentes de Sergipe? Quais maneiras foram encontradas pelos ex-combatentes do Estado para evitar o esquecimento dos feitos da FEB e preservar essa memória entre o próprio grupo e junto à sociedade sergipana? Estas são indagações que, pelo menos em parte, serão respondidas no decorrer deste trabalho.

O nosso estudo tem como recorte temporal os últimos dezenove anos de existência da Associação de Ex-Combatentes de Sergipe, de 1996 a 2015, porém, antes de concentrarmos nossa análise nesse período, passeamos apoiados na imprensa pelos anos 1942 até 1945 com o propósito de compreender a mobilização dos sergipanos para a Segunda Guerra, conhecer o perfil dos quase trezentos sergipanos que integraram a FEB, assim como a recepção oferecida a esse grupo no pós-guerra imediato, acontecimentos fundamentais para o nascimento da Associação no estado e da memória coletiva construída pelos ex-combatentes a partir da vivência nesta instituição.

A variedade de fontes documentais exigiu o emprego de diferentes metodologias que serão melhores explanadas no interior dos capítulos. Analisamos periódicos sergipanos datados de 1942 a 1945, alguns da década de 1980 e do ano de 2006, documentos relativos à entrada do Brasil na Guerra e ao regresso da FEB ao país, um inquérito policial militar, dois livros de atas das reuniões da Associação sergipana dos Ex-Combatentes realizadas entre 1996 e 2015, um Livro de Frequência da mesma instituição com registros de 2008 a 2015 e oito entrevistas.

Dentre as fontes reunidas para esse trabalho, os testemunhos orais e as atas possuem importância especial, pois elucidaram muitas questões, nos permitiram enxergar traços de uma memória coletiva construída ao longo dos anos pelos ex-combatentes sergipanos e nos deram detalhes do cotidiano e das lutas enfrentadas pelo grupo visando impedir o esquecimento dos seus feitos.

⁴¹ Merece destaque MAYNARD, Andreza, MAYNARD, Dilton C. S. **Dias de Luta: Sergipe na Segunda Guerra Mundial**. São Cristóvão (SE), Campina Grande (PB): EDUFS/EDUFCG, 2011.; CRUZ, Luiz Antônio Pinto. **“A guerra já chegou entre nós!”: o cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942/1945)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012. (Dissertação de Mestrado); OLIVEIRA, Marlíbia Raquel de. **Pracinhas Sergipanos na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2013 (Monografia).

No tocante as atas e aos outros documentos impressos utilizados, tecemos uma crítica externa e interna⁴² dos mesmos, atentos para o contexto no qual eles foram produzidos, conscientes de que o conteúdo de cada um obedece a interesses dos grupos ao qual pertencem. Assim, confrontamos as atas com os periódicos e os depoimentos e observamos as discrepâncias e semelhanças entre tais fontes. Sobre as entrevistas estas foram realizadas a partir de um roteiro pré-estabelecido, possuem duração de no máximo uma hora e meia e as falas foram transcritas no corpo do texto como foram pronunciadas pelos entrevistados, incluindo erros de pronúncia e vícios de linguagem. Ouvimos dois veteranos da FEB, a esposa de um destes, dois militares da ativa pertencentes ao 28º Batalhão de Caçadores de Aracaju, duas ex-secretárias da Associação e o filho do último presidente da mesma.

A junção e análise dessas fontes culminaram na escrita de três capítulos. O primeiro, intitulado *O Antes de Ir e o Regressar da Guerra*, narra a postura dos sergipanos frente a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, bem como no pós-guerra imediato, principalmente no tocante aos expedicionários sergipanos. Desse modo, explanamos o uso da imprensa periódica sergipana que, obedecendo a recomendações do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), propagandeou a necessidade do esforço de guerra e da mobilização para integrar as fileiras do Exército Nacional e da FEB. Sobre esta, apresentamos seu processo de formação e os entraves enfrentados antes de seguir para o *front* italiano. Somado a isso, discutimos o regresso dos expedicionários ao país em 1945 com destaque para o retorno do contingente sergipano, assim, abordamos as festas e homenagens realizadas na capital Aracaju e em outros municípios do estado em prol do grupo, aquela altura aclamado como “herói da pátria”. Por último, descrevemos sobre o difícil processo de reintegração social e profissional vivido pelos ex-combatentes brasileiros, incluindo os sergipanos.

No segundo capítulo, *A Associação de Ex-Combatentes de Sergipe: reunir e lutar depois da Guerra* tratamos de maneira breve a respeito da criação no Brasil das Associações de Ex-Combatentes e de Veteranos da FEB, bem como das batalhas de âmbito jurídico, político e social enfrentadas por elas para alcançar os direitos reivindicados pelo grupo no pós-guerra. Estendemos nossa análise para o nascimento da Associação de Ex-Combatentes do Brasil, Seção Sergipe e

⁴² BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

proporcionamos ao leitor a familiarização com o cotidiano vivido dentro desta nas suas últimas duas décadas de existência, aproximadamente, marcado pelo pequeno número de sócios ativos. Isso porque as políticas de memória desencadeadas pelo grupo contemplavam sobremaneira ex-sócios e seus familiares e não o público em geral. Observamos ainda que nesse período a instituição manteve boas relações com o Exército, representado na capital pelo 28º BC, responsável por guardar parte do material físico da mesma após seu fechamento.

O último capítulo, *Para não Esquecer: as Políticas de Memória da Associação de Ex-Combatentes de Sergipe*, apresenta as políticas de memória desenvolvidas pelos membros ativos da Associação de Ex-Combatentes de Sergipe, a saber, organização do expediente da instituição e apelos através de correspondências e telefonemas com o propósito de aumentar o número de sócios ativos na instituição e, assim, impedir o fechamento da mesma. O grupo demonstrava reconhecer a finitude da Associação, mas parecia disposto a prorrogá-la o máximo possível, daí as medidas adotadas que, por sua vez, possuíam caráter restrito e não contemplavam eficazmente a sociedade. Somado a isso, analisamos a participação do grupo em duas celebrações anuais, o Dia da Vitória e o 7 de Setembro, ambas vistas pelos ex-combatentes como meio de aproximar-se da sociedade e relembrar a esta seus sacrifícios pela pátria, proporcionando um momento de reconhecimento e respeito por suas memórias, evitando ou retardando assim o esquecimento destas.

2 O ANTES DE IR E O REGRESSAR DA GUERRA

2.1 SERGIPANOS E A MOBILIZAÇÃO PARA GUERRA

“Queremos a guerra”, com essa frase o jornal *O Nordeste* iniciava sua manchete do dia 24 de agosto de 1942. Segue trecho:

Queremos a guerra que não procuramos mas aceitamos para desagrar os brios e a honra nacionais ameaçados e afrontados de maneira insólita e no que de mais sagrado possuímos, pelo inimigo criminoso sem entranhas e covarde sem restrição. Queremos a guerra para defender a soberania do Brasil, [...] o patrimônio sagrado que nos coube na distribuição das graças infinitas, tudo isso vilmente ultrajado pela tirania e pela falsidade. Queremos a guerra para vingarmos o bárbaro trucidamento de milhares de irmãos ceifados pela metralha, varridos pelas ondas, numa impiedade que desperta a magua [sic] lancinante de todas as almas. Queremos a guerra para recompor o mundo nos quadros que a ideologia cristã traçara e solidificara no sermão da Montanha. Por tudo isso é que desejamos a guerra⁴³.

Uma semana depois do atentado alemão à costa sergipana, a matéria estampada no jornal aracajuano expressava revolta. Provavelmente a mesma registrada nas ruas de Aracaju e de outras cidades brasileiras quando a população tomou conhecimento dos torpedeamentos feitos pelo submarino U-507 que resultou na morte de mais de seiscentas pessoas entre militares e civis, homens e mulheres, adultos e crianças⁴⁴. Exigia-se a guerra para defender a soberania e a honra nacionais, para vingar os brasileiros mortos enquanto realizavam uma viagem de cabotagem em um país neutro. A repentina agressão alemã mostrava-se injusta, logo, não podia ficar impune.

De acordo com a notícia, os ataques as embarcações brasileiras feriam a ideologia cristã, os ensinamentos morais proferidos por Jesus durante o “Sermão da

⁴³ **O Nordeste**. Ano VI. Nº 150. Aracaju, 24 de agosto de 1942.p. 1.

⁴⁴ Entre a noite do dia 15 até a madrugada do dia 17 de agosto de 1942 os navios brasileiros Aníbal Benévolo, Baependy, Araraquara, Arará e Itagiba foram torpedeados pelo submarino alemão U-507 na costa litorânea entre Sergipe e Bahia. Os ataques resultaram na morte de centenas de pessoas e são considerados o estopim para a entrada do Brasil na Segunda Guerra. Maiores informações conferir: MAYNARD, Dilton C. S.; ASSIS, Raquel Anne Lima de. O fim do mundo começou no mar: os ataques do Submarino U-507 ao litoral sergipano em 1942. In: **Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil**. Nº 17. Vol.9. Rio de Janeiro, 2013. p.59 a 68.; ASSIS, Raquel Anne Lima de. Sergipe, 1942 e o Ataque do Submarino U-507: Análise dos Relatórios das Vítimas. In: **Anais do VI Simpósio Internacional Estados Americanos**. Natal: UFRN, 2012.p. 491-497.; CRUZ, Luiz Antônio Pinto. **“A guerra já chegou entre nós!”: o cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942/1945)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012. (Dissertação de Mestrado).; e BARROS, Maria Luiza Pérola Dantas. **O caso Nelson de Rubina: guerra e cotidiano em Aracaju (1942-1943)**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2015 (Monografia).

Montanha”⁴⁵. Cabe percebermos que nesta parte do texto, o mundo é subjugado aos preceitos cristãos ocidentais: “Queremos a guerra para recompor o mundo nos quadros que a ideologia cristã traçara [...]”. Ao citar o famoso sermão, a nota nos remete a uma das passagens bíblicas mais valorizadas pela comunidade cristã, a um texto que contém uma série de ensinamentos pautados nas boas obras e na temência a Deus, pregadas por Jesus e, segundo ele, necessárias para alcançar a salvação.

Neste sentido, os torpedeamentos dos cinco navios brasileiros nas águas entre Sergipe e Bahia não pareciam atitudes estimadas por um “Deus de amor”, tampouco o desencadear de uma guerra. Porém, o chamado Novo Testamento bíblico foi, conforme o interesse, reinterpretado. Os sergipanos não pareciam querer “dar a outra face”⁴⁶ ao inimigo e sim retomar a Lei de Talião presente no antigo Código de Hamurábi cuja regra era “olho por olho, dente por dente”.

De acordo com a historiografia nacional, o atentado provocado pelo submarino U-507 no litoral nordestino foi o estopim para a entrada do Brasil na Segunda Guerra. Após o episódio, o governo brasileiro decretou em 22 de agosto de 1942 estado de beligerância contra a Alemanha e a Itália e aos 31 dias do mesmo mês e ano declarou guerra oficial aos dois países⁴⁷. Tomada essa decisão era preciso convencer a população, inclusive, a parcela apática, de que esta era a atitude mais acertada. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) cumpriu papel fundamental neste sentido, pois garantiu uma campanha maciça contra o Eixo.

O DIP foi um dos pilares do Estado Novo, regime político vigente no Brasil naquela época. De acordo com a historiadora Maria Helena Rolim Capelato, o Estado Novo surgiu como um projeto de reforma política que visava substituir o sistema liberal e implantar no Brasil um novo ideal de nação. Esta, por sua vez, alcançaria o progresso por meio da construção de uma forma particular de “cidadania” e de “democracia social”. Entretanto, para isso era preciso garantir a centralização do poder nas mãos do Estado, investir na modernização econômica e

⁴⁵ O Sermão da Montanha foi relatado pelo evangelista Mateus. Na Bíblia compreende os capítulos 5,6 e 7 do evangelho segundo Mateus.

⁴⁶ O evangelho segundo Mateus traz esta orientação no Capítulo 5, versículo 39: “Se alguém te ferir a face direita, ofereça-lhe também a outra”.

⁴⁷ Cabe lembrar que sob a presidência de Venceslau Brás em 1917, durante a Primeira Grande Guerra, o Brasil já havia rompido relações com a Alemanha, o motivo, semelhante ao de 1942, foi os torpedeamentos de navios nacionais, aquela altura em águas estrangeiras. O estopim teria sido o ataque na costa espanhola do navio brasileiro Macau pelo submarino alemão U-93. Cf.: MONTEIRO, Marcelo. **U-93: a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial**. Porto Alegre: Besouro Box, 2014.

no controle social das massas que deveriam ser doutrinadas a partir de ideias defendidas pela elite intelectual e política dirigente do país ⁴⁸.

Com o objetivo de conseguir o apoio popular e, dessa maneira, tornar legítimo o poder oriundo de um golpe, o regime fez uso intenso de propaganda política. Tendo em vista o caráter ditatorial do Estado Novo, o monopólio dos meios de comunicação nacionais pertencia ao governo que os utilizava como estratégia para o exercício do poder, exterminando através da força física e simbólica opiniões contrárias a sua ideologia ⁴⁹.

A propaganda política varguista foi inspirada nos métodos de persuasão e controle dos meios de comunicação usados pelos regimes totalitários liderados por Adolf Hitler (1889-1945) e Benito Mussolini (1883-1945), adaptando-os à realidade brasileira⁵⁰. No início da década de 1940, período áureo do Estado Novo, todas as empresas jornalísticas e seus profissionais precisavam de um registro concedido pelo DIP para exercer suas atividades. As redações dos periódicos e estações de rádio eram vigiadas por agentes escolhidos pelo órgão do governo que verificavam e autorizavam o conteúdo a ser divulgado para o público, bem como suspendiam e criminalizavam qualquer matéria julgada imprópria.

Segundo Nelson Werneck Sodré, esse foi um período difícil para a liberdade de expressão, no qual os jornais acabaram, por gosto ou a contragosto, servindo à ditadura⁵¹. De fato, além da censura oficial, o controle era também garantido pelas parcerias estabelecidas sob pressão. Havia entre os jornalistas o receio de sofrer punições dos órgãos repressores do regime, somado a isso, o grupo foi alvo da política conciliatória comumente aplicada por Vargas, uma espécie de troca de favores. Para evitar oposições, o governo prometia e concedia gradativamente melhorias trabalhistas⁵².

A novidade da posição beligerante assumida pelo Brasil provocou inquietações na capital sergipana. No dia 23 de agosto de 1942 foi organizado um grandioso

⁴⁸ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no Varguismo e no Peronismo**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.p. 143-175.

⁴⁹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 169.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 167-178.

⁵¹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.p. 382.

⁵² Conferir: VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 1987; e SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.p. 378-389.

comício na Praça Fausto Cardoso, centro de Aracaju. Os principais jornais sergipanos enviaram repórteres para acompanhar o evento que teve como ponto alto o discurso do interventor federal Augusto Maynard Gomes. Segundo o *Folha da Manhã*, cerca de dez mil pessoas se reuniram no local às 19h30min para ouvir as palavras do chefe do poder executivo do Estado⁵³. O *Sergipe-Jornal* também destacou o acontecimento:

Despertou o maior entusiasmo patriótico, em todos os Estados do Brasil, a notícia de haver o Chefe da nação feito declaração de beligerância entre o Brasil e as nações agressoras Alemanha e Itália. Em nosso Estado não foram menos entusiásticas essas manifestações, partidas espontaneamente do seio de todas as classes. Fez-se ouvir, ontem a noite, perante compacta multidão de estudantes, operários, e elementos de todas as classes, a voz entusiástica do Sr. Interventor Federal, cel. Augusto Maynard Gomes, através da qual os brasileiros de Sergipe tiveram ciência das últimas determinações do Governo em face da situação por que [sic] passa a Nacionalidade.⁵⁴

De acordo com as matérias publicadas, o discurso de Maynard Gomes foi recebido sob forte aplauso. Ao final de sua fala ele teria advertido aos ouvintes: “Sergipanos!... Preparai-vos para a guerra! Ou vencemos, ou então seremos escravizados pelo agressor durante o resto de nossa vida!”⁵⁵. Além disso, orientou seus conterrâneos sobre as dificuldades impostas pela nova situação, pediu a colaboração destes para evitar a perturbação da ordem pública, a ação dos traidores da pátria e para manter a vigilância reduzindo dessa forma o risco de novos ataques surpresa e seus dramas.

Na imprensa sergipana, respaldadas pelos agentes do DIP, cresciam as matérias de encorajamento da sociedade a respeito da mais recente medida adotada pelo então presidente Getúlio Vargas. Sendo assim, o *Correio de Aracaju* publicou:

Até poucos dias pelo menos, muitos cultivavam o horror a guerra. Isso era e sobretudo agora é uma tolice. Se estamos dentro da guerra, de que vale temê-la? [...]. A situação do Brasil não pode piorar [sic]. A declaração de guerra equivalerá a aceitação da guerra. Aceitação que importará em legítima defesa da soberania nacional. Têm muitos brasileiros que serão mortos? Mas que morram lutando, como homens, não como cordeiros.

⁵³ A VIBRAÇÃO CÍVICA DE SERGIPE. *Folha da Manhã*. Nº 346. Aracaju, 24 de agosto de 1942.p. 1.

⁵⁴ *Sergipe-Jornal*. Ano: XXIII. Nº 10.202. Aracaju, 24 de agosto de 1942.p.1.

⁵⁵ A VIBRAÇÃO CÍVICA DE SERGIPE. *Folha da Manhã*. Nº 346. Aracaju, 24 de agosto de 1942.p. 1.

Realmente a Alemanha e a Itália há muitos meses [sic] que estão em guerra com o Brasil. [...] A guerra, pois, já existia. Cumpramos [sic], apenas, aceitá-la, para assim nos defendermos, para não sucumbirmos. Os fatos se impunham, e cabia ao Brasil, não fechar os olhos a eles [sic] como os medrosos, mas encará-los para vencê-los⁵⁶.

O texto de primeira página justificava a entrada do Brasil no conflito mundial como a resposta mais plausível ao desrespeito provocado pelas duas nações européias. Ressaltava a pacificidade dos brasileiros que não buscaram a guerra, mas, alvos de agressão, foram obrigados a aceitá-la e se preparar para a luta. A situação era grave, fazia-se necessário transmitir confiança a sociedade de que ações cabíveis estavam sendo realizadas, por isso, tornou-se comum encontrar nos periódicos aracajuanos publicações que atendiam o propósito de defender e engrandecer o Brasil. Em uma delas, por exemplo, afirmava-se que a notícia de declaração de estado de guerra proclamada pelo país teria deixado Roma e Berlim “abaladas psicologicamente”⁵⁷.

Além dos artigos, outra prática adotada foi a divulgação do apoio recebido dos chefes de outras nações. Em Sergipe, o jornal *Folha da Manhã* publicou trechos de vários telegramas que funcionavam como subsídios de propaganda bem como ajudavam a solidificar a ideia de que o Brasil era bem visto internacionalmente e não estava sozinho na luta contra o Eixo. Tais correspondências geralmente demonstravam solidariedade a causa defendida assim como elogiavam o Brasil e sua gente⁵⁸. Cabe observarmos que as mensagens, visando à publicação na imprensa, podem ter sido traduzidas e durante essa tarefa talvez tenham recebido acréscimos que obedeciam aos interesses do regime estadonovista. Não sabemos, contudo, se foi este o caso.

De todo modo, graças ao DIP, a guerra tornou-se assunto cotidiano entre milhares de brasileiros. A imprensa apelava para o sentimento patriota, para a importância da sociedade unida e da ajuda mútua em defesa de um Estado centralizado, haja vista julgava ser este o meio mais eficaz de vencer a “subversão estrangeira”. Pregava-se que os sacrifícios de todos os brasileiros eram

⁵⁶ O Brasil de pé. **Correio de Aracaju**. Ano: XXXVI. Nº 3.167. Aracaju, 24 de agosto de 1942. p. 1.

⁵⁷ **Folha da Manhã**. Nº 349. Aracaju, 27 de agosto de 1942. p.1.

⁵⁸ Conferir: A mensagem da República mexicana ao Presidente Vargas. **Folha da Manhã**. Nº 347. Aracaju, 25 de agosto de 1942. p.1.; **Folha da Manhã**. Nº 354. Aracaju, 02 de setembro de 1942. p.3.; A solidariedade da Guatemala, Nicaragua, etc. **Folha da Manhã**. Nº 350. Aracaju, 28 de agosto de 1942. p.4.; **Folha da Manhã**. Nº 354. Aracaju, 02 de setembro de 1942. p.3.

indispensáveis para conquistar a vitória. E, sob esse pretexto, foi implantado no país o “esforço nacional de guerra”.

Sergipe participou desse momento, no qual o nacionalismo deveria ser exacerbado. Podemos observar como isso se deu, pelo menos em parte, por meio da imprensa periódica que circulava em Aracaju na época. O esforço de guerra, desenvolvido a partir de setembro de 1942, visava por meio de uma série de campanhas angariar junto a sociedade a mobilização econômica em seus vários aspectos e, posteriormente de homens.

Tal esforço pode ser definido como gesto solidário e patriótico, já que, por via de regra, propende para a defesa da nação e de seus habitantes. Investigamos nos jornais aracajuanos *Diário Oficial do Estado de Sergipe*, *Correio de Aracaju* e *Folha da Manhã*, o esforço material de guerra em Sergipe e observamos que ele foi cumprido por meio de três campanhas principais que ocorreram concomitantemente. Foram elas, a campanha denominada “1.000 bois”, a dos metais e a pró-aquisição do avião Aníbal Benévolo.

A campanha dos “1000 bois” chama atenção pelo título original e pela estratégia usada para que a mesma fosse cumprida com rapidez. Lançada dia 27 de agosto de 1942, ou seja, ainda antes da declaração oficial de guerra, no dia 06 de outubro de 1942 já havia atingido sua meta que consistia em adquirir mil bois para abastecer gradualmente as forças do Exército brasileiro sediadas no quartel do Estado de Sergipe, o 28º BC.

Criada pelo jornal *Correio de Aracaju*, a iniciativa tinha como público alvo fazendeiros e criadores, mas deixava claro que qualquer pessoa poderia contribuir desde que estivesse disposto a obedecer aos critérios para doação, esclarecidos da seguinte maneira: “O boi oferecido deve ter o mínimo de 15 arrobas, em estado de açougue, e ficará na propriedade do ofertante, ou em lugar que este comunique, à disposição da autoridade competente, que o requisitará em momento oportuno”⁵⁹. Para acelerar a arrecadação, os idealizadores da campanha elegeram em cada município do estado um indivíduo que ficaria responsável por angariar novas

⁵⁹1000 bois para o abastecimento das forças armadas sediadas em Sergipe. **Correio de Aracaju**. Ano: XXXVI. Nº 3.170. Aracaju, 27 de agosto de 1942. p. 4.

contribuições junto à população local ⁶⁰. Como já mencionado, a ideia logrou êxito em curto intervalo de tempo.

A campanha dos metais possuiu caráter nacional. Nos jornais de Sergipe começou a circular em setembro 1942 e foi espaçadamente divulgada até outubro, depois esporadicamente até o final daquele ano. As autoridades solicitavam a doação de quaisquer objetos e materiais compostos por metal que já não tivessem utilidade, tais como, painéis velhos, tubos de pasta de dente e remédios, peças de carro, entre outros. O jornal *Diário Oficial do Estado de Sergipe* enfatizou em algumas de suas edições a importância do metal para a guerra e a escassez desse elemento no país reforçando, assim, a necessidade do empenho de todos para a arrecadação da maior quantidade possível. As doações poderiam ser entregues na capitania dos Portos em Aracaju, ponto oficial de coleta ou a uma comissão formada por alunos que percorriam as ruas da cidade recolhendo o material solicitado ⁶¹.

No tocante a mobilização feita para a aquisição de um avião de treinamento militar para o Estado de Sergipe, esta também foi lançada em setembro de 1942, dessa vez pelo jornal *Folha da Manhã*. A ideia da campanha havia partido do comerciante residente em Aracaju José Couto Faria, “português de nascimento, mas perfeitamente integrado a nossa vida de povo” ⁶², esclarecia o periódico. A aeronave a ser comprada com o dinheiro conseguido na campanha receberia o nome de Aníbal Benévolo em homenagem ao navio de mesma denominação torpedeado na costa sergipana no mês anterior pelo U-507 ⁶³.

A campanha patrocinada pela *Folha* contou com a ajuda da sociedade em geral e atingiu alguns municípios do Estado. Chegou ao fim em 29 de abril de 1943 com a soma de Cr.\$ 35.222,00 (trinta e cinco mil e duzentos e vinte e dois cruzeiros). O montante arrecadado não era suficiente para a compra do avião, apesar disso, o jornal expressou confiança de que o interventor de Sergipe tomaria medidas neste sentido. Vejamos:

⁶⁰1000 bois para o abastecimento das forças armadas sediadas em Sergipe. **Correio de Aracaju**. Ano: XXXVI. Nº 3.171. Aracaju, 28 de agosto de 1942. p. 4.

⁶¹Conferir: A CAMPANHA DOS METAIS. **Correio de Aracaju**. Ano: XXXVI. Nº 3.175. Aracaju, 02 de setembro de 1942. p. 2.eAUTORIZADOS A FAZER A CAMPANHA DO METAL. **Correio de Aracaju**. Ano: XXXVI. Nº 3.180. Aracaju, 09 de setembro de 1942. p. 3.

⁶²CAMPANHA PATROCINADA PELA “FOLHA”. **Folha da Manhã**. Nº 353. Aracaju, 01 de setembro de 1942. p. 1.

⁶³ CAMPANHA PATROCINADA PELA “FOLHA”. **Folha da Manhã**. Nº 354. Aracaju, 02 de setembro de 1942. p. 1.

[...] Tudo fizemos para atender o apelo do exmo.snr. Interventor Federal Cel. Augusto Maynardb Gomes no sentido de angariar por intermédio da Folha da Manhã adesão do público sergipano afim de que Sergipe gravasse de uma maneira inequívoca nos céus do nosso Estado o nome daquele navio que nos pertencia pelo coração: o Aníbal Benévolo. E certos estamos, o Chefe do Governo Sergipano, a quem faremos por essa semana a entrega da caderneta do Banco do Brasil, onde está depositada a importância acima, tudo fará para dar a Sergipe o Avião Aníbal Benévolo⁶⁴.

Cabe lembrar que as campanhas realizadas em prol do esforço de guerra, sedimentadas no entusiasmo patriótico alimentado no período, eram uma maneira de ser justo e solidário com a pátria, mas também de se promover socialmente. Em Sergipe, isso ficou claro, por exemplo, na campanha a favor da aquisição do Avião Aníbal Benévolo. Na ocasião, o prefeito da cidade de Campo do Brito enviou uma quantia arrecadada junto a moradores daquele município e solicitou através de ofício a publicação no jornal *Folha da Manhã* da lista contendo o nome dos contribuintes, acompanhados pelos respectivos valores doados⁶⁵, gesto comum, entretanto, que evidencia outros interesses além de querer ajudar sua pátria.

Notamos que as referidas campanhas pautadas na arrecadação material para as forças armadas brasileiras dividiram espaço com as campanhas que visavam angariar voluntários para a defesa militar do país. Por conta das agressões registradas no litoral nordestino, a primeira preocupação foi mobilizar contingente para vigiar essa região. É preciso destacar que havia entre as autoridades estadunidenses e brasileiras o receio de que tropas alemães sediadas no Norte da África almejassem a partir daquele continente invadir as Américas iniciando sua ofensiva pelo território latino⁶⁶.

Diante da ameaça, precisava-se de homens e, mais do que isso, de soldados, pois não se fazem guerras sem a participação humana. Em Sergipe, os discursos pró-mobilização nacional passaram a ser recorrentes desde os torpedeamentos provocados pelo U-507. O trágico acontecimento criou contexto propício para a disseminação de propagandas que legitimavam a convocação de brasileiros para a guerra em defesa de sua pátria e da democracia que contraditoriamente, apesar de mencionada, não era exercida no Brasil nessa época.

⁶⁴ CAMPANHA PATROCINADA PELA "FOLHA". *Folha da Manhã*. Ano III. Nº 5???. Aracaju, 29 de abril de 1943. p. 3.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ OLIVEIRA, Dennison de. *Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Curitiba: Juruá, 2015. p. 39.

O decreto de mobilização nacional que convocava todos os brasileiros aptos a contribuir com a defesa nacional foi assinado pelo presidente Getúlio Vargas no dia 16 de setembro de 1942. Infelizmente, não encontramos documentos que pudessem oferecer dados a respeito do número de sergipanos convocados para compor a Força do Exército, ou seja, este grupo responsável por guardar as fronteiras do Nordeste durante o período da guerra.

A nova lei transformou-se em manchete dos periódicos *Correio de Aracaju* e *Sergipe-Jornal*⁶⁷. No dia 17 Padre Brito, que assinava uma coluna diária no jornal *Folha da Manhã*, na qual discutia assuntos variados, comentou de forma positiva a convocatória. Segundo ele, a notícia da mobilização foi acolhida com júbilo:

Ela é como que a voz da Pátria, conclamando todos os seus filhos, numa clarinada de fé nos seus altos e sacrosantos [sic] destinos, para que defendam a sua liberdade ameaçada.[...] Estejamos a postos, a serviço da Pátria esperando as ordens do seu supremo dirigente. Revestidos de coragem cívica de que se deve se revestir um cristão. De minha parte, como reservista, soldado do Brasil, estou pronto, atento, a sua ordem de siga⁶⁸.

O padre evidencia seu crédulo religioso ao mencionar a “fé no destino” e ao apontar a coragem como uma virtude cristã, logo, todos, como bons cristãos, deveriam se prontificar imediatamente à causa da pátria. Ele próprio dava exemplo ao se colocar como “soldado do Brasil”. Dias depois, o religioso usou seu espaço no jornal para dirigir às mães sergipanas as seguintes palavras:

Consolai-vos mães! Os vossos filhos não vão morrer. Não vão para o cárcere. Eles não são criminosos. Eles são bons patriotas, cidadão de bem, brasileiros convictos dos seus deveres. A pátria, mãe comum e idolatrada, precisa dos seus serviços, das suas energias, precisa de seu auxílio. [...] Consolai-vos mães! Não há motivos nem de tristeza nem de medos. Feliz de uma mãe brasileira que neste instante de mobilização tem filhos para dar ao Brasil. É uma heroína, porque é mãe de heróis⁶⁹.

Percebemos que o discurso do padre Brito atendia aos interesses do governo no momento. Isso não causa estranheza, haja vista sabermos que a imprensa por

⁶⁷ MOBILIZAÇÃO GERAL. *Correio de Aracaju*. Ano: XXXVI. Nº 3.186. Aracaju, 16 de setembro de 1942. p. 1.; Decretada a mobilização geral no país. *Sergipe-Jornal*. Ano: XXIII. Nº 10.220. Aracaju, 16 de setembro de 1942.p.1.O decreto também foi publicado em 17 de setembro de 1942 pelo Diário Oficial do Estado de Sergipe. É provável que a Agência Nacional tenha liberado a notícia no período da tarde, como o *Correio de Aracaju* e o *Sergipe-Jornal* eram vespertinos publicaram o referido decreto em primeira mão.

⁶⁸ MOBILIZAÇÃO GERAL. *Folha da Manhã*. Ano III. Nº 366. Aracaju, 17 de setembro de 1942. p. 3.

⁶⁹ Consolai-vos mães! *Folha da Manhã*. Ano III. Nº 382. Aracaju, 07 de outubro de 1942. p. 3.

meio das propagandas obrigatórias foi peça fundamental para a sustentação do Estado Novo e seus interesses. Ora, apesar disso, não devemos ser ingênuos e acreditar que o povo tomava tudo como verdade e se punha alheio aos fatos. Havia contestações. Quando o padre chama atenção das mães desejava convencer essas mulheres, provavelmente insatisfeitas com a possibilidade de perderem seus filhos para o conflito armado, de que a medida tomada pelo governo era justa. As palavras de fé do religioso, que visava ampliar o apoio ao sacrifício de guerra, contudo, provavelmente não surtiram efeito sobre as mulheres conscientes de que uma guerra é feita de combates que ferem e matam.

As convocações em Sergipe para servir junto a Força do Exército se iniciaram em meados de setembro de 1942. De acordo com o *Correio de Aracaju*, a notícia “foi recebida com geral satisfação, ansiosos, todos, por prestarem seus serviços à Pátria na defesa da nossa integridade e da causa das Democracias”⁷⁰. Veremos adiante, porém, que a realidade pode ter sido bastante diferente.

Na época, o jornal citado acima ouviu o Capitão Izaias Dantas de Carvalho, chefe interino da 19ª Circunscrição Militar, instituição responsável pelo processo convocatório em Sergipe. O militar explicou que seriam chamados à incorporação os reservistas sergipanos de 1ª e 2ª categoria nascidos nos anos 1919, 1920 e 1921 que se licenciaram nos anos 1939, 1940 e 1941. O contingente somaria cento e onze nomes que deveriam se apresentar ao 28º BC em Aracaju até o dia 23 de outubro de 1942. No local eles passariam por uma triagem que levaria em conta a capacidade de vagas existentes para serem preenchidas, bem como a atividade profissional que cada um desempenhava naquele momento, isso porque, a princípio, a incorporação de um indivíduo como combatente mantém o critério de não prejudicar a mão de obra essencial para as atividades produtivas e econômicas da nação⁷¹.

A convocatória foi feita através do envio de cartas oficiais aos reservistas. Os jornais também divulgaram listas com a relação dos convocados. Geralmente estas vinham na última página do periódico e cada nome de um indivíduo convocado acompanhava o nome do seu respectivo pai. Tal cuidado prevenia possíveis dúvidas e falsos alibis daqueles que não queriam se apresentar. Diferente, porém, daquilo que o Capitão Izaias Dantas de Carvalho informou ao *Correio de Aracaju*, cabe

⁷⁰ **Correio de Aracaju**. Ano: XXXVI. Nº 3.193. Aracaju, 24 de setembro de 1942. p. 4.

⁷¹ **Correio de Aracaju**. Ano: XXXVI. Nº 3.193. Aracaju, 24 de setembro de 1942. p. 4.

ênfatizar que encontramos nos jornais locais da época, listas convocando reservas de 1ª, 2ª e 3ª categoria, além disso, os nascidos em 1918 e 1922 também foram chamados. Duas hipóteses podem ser formuladas a partir disso. A primeira, que o exército decidiu ampliar o número de quadros e, por isso, convocou mais gente para preenchê-los. A segunda, que a instituição em Sergipe não conseguiu completar os quadros abertos inicialmente e precisou fazer novas convocações. O último caso evidenciaria que a propaganda do governo, apesar de constante, não era tão convincente.

Com a criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) em 9 de agosto 1943 as convocações foram intensificadas em todo território nacional. Quando o Brasil declarou guerra ao Eixo, os líderes dos Aliados acreditavam que o país contribuiria com o conflito mundial apenas como base logística e por meio do envio de matérias-primas. Entretanto, valendo-se da indignação da população e de um discurso patriótico, visando angariar interesses políticos e econômicos durante as negociações do pós-guerra, Getúlio Vargas e, principalmente seu Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra (1883-1974), passaram a enxergar vantagens em ter soldados brasileiros participando ativamente do *front* europeu.

Cerca de trezentos sergipanos integraram a FEB. Graças à imprensa periódica foi possível elaborar um perfil do grupo antes de ser enviado ao teatro de operações de guerra na Itália⁷². Cabe ressaltar que no Brasil o uso da imprensa como fonte de pesquisa passou a ser registrado com maior incidência depois da década de 1970. De acordo com a historiadora Tania Regina de Luca, que há anos trabalha e estuda essa modalidade de documento, existe uma longa e polêmica discussão no que concerne ao “estatuto do que se publica na imprensa periódica”⁷³. A contenda teria iniciado no final do século XIX e começo do XX e se acirrou a partir da década de 1930 com o surgimento dos *Annales* e sua proposta de trazer para a história novos problemas, abordagens e objetos, que, por sua vez, exigiam novas fontes e metodologias.

Atualmente, os abismos que cercam esse tipo de fonte são conhecidos, porém, ela tem sido ampla e competentemente utilizada. É certo que como qualquer outro

⁷² Para uma análise mais ampla sobre o assunto conferir: OLIVEIRA, Marlíbia Raquel de. **Pracinhas Sergipanos na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2013 (Monografia).

⁷³ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKSY, Carla (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 139.

tipo de fonte de pesquisa eleita ela requer cuidados. Luca nos alerta, por exemplo, para a importância de tentar compreender as razões para que uma informação seja escolhida e publicada, o espaço físico que determinada notícia ocupa nas páginas do periódico, se há constância da mesma, o público para o qual ela se destina, a quem pertence a empresa jornalística, entre outros. Dito de maneira sucinta, é necessário fazer uma análise crítica da fonte e não tomá-la meramente como ingênua ou verídica⁷⁴.

À luz dessas valiosas instruções e do “paradigma indiciário” proposto por Carlo Ginzburg, que nos incentiva a por em prática nossa “intuição alta” à procura de pistas, detalhes e indícios⁷⁵, elegemos dois periódicos sergipanos como fontes para estudarmos os expedicionários sergipanos, a saber: o *Correio de Aracaju* e o *Sergipe-Jornal*. A escolha de ambos se deu devido à constatação de que tais jornais por pertencerem a indivíduos que faziam oposição ao governo foram os únicos na capital sergipana a sobreviverem durante o Estado Novo sem condescender de todo com o regime vigente. Esses periódicos, mesmo submetidos à censura, encontraram brechas para denunciar as falhas da administração autoritária presentes àquela altura no Estado e no país⁷⁶. Somado a isto, eles reúnem entre os jornais que circulavam em Aracaju entre 1943 e 1945 o maior acervo referente aos expedicionários de Sergipe. Veremos mais adiante que a razão para isso é, sobremaneira, política.

Sobre os jornais sergipanos analisados, constatamos que em 1945 o *Correio de Aracaju* se configurava em uma empresa sólida, criado em 1906, ele autodenominava-se “O diário mais antigo do Estado” em circulação. Era dirigido por Luiz Garcia (1910-2001), conhecido advogado e político sergipano que, seguindo a lógica do novo sistema partidário estabelecido no país, havia naquele ano se filiado a União Democrática Nacional (UDN). O *Sergipe-Jornal*, por sua vez, também era consolidado. Em 1945 possuía vinte e seis anos de existência e até junho teve como diretores os seus proprietários, o memorialista Mário Cabral (1914- 2013) e o advogado Paulo Costa (1912-1961), depois apenas o último, que chegou a ser preso

⁷⁴ Ibidem, p. 139-141.

⁷⁵ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

⁷⁶ DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: república (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004. P.88-90.

em agosto daquele ano acusado de injuriar o interventor de Sergipe Augusto Maynard Gomes (1886-1957) e o grupo político que o apoiava.

Os dois jornais eram vespertinos e publicados de segunda a sábado. Eram impressos em preto e branco, geralmente cada edição trazia quatro laudas, podendo alcançar seis, igualmente divididas também entre quatro e seis colunas. Veiculavam notícias de Sergipe, do Brasil e internacionais, estas últimas eram copiadas da Agência Nacional e de jornais mais influentes de outros estados. Suas redações ficavam localizadas no centro de Aracaju. O *Correio de Aracaju* na Avenida Rio Branco, nº 34, já o *Sergipe-Jornal* na Rua São Cristóvão, nº 181.

O nascimento da FEB foi acompanhado por intensa propaganda política. O DIP cuidou para que ela fosse apresentada à população brasileira como uma força organizada e expressiva de combate. Neste sentido, assim como já ocorria com o tema Segunda Guerra, a FEB passou a ser assunto constante nos programas de rádio e nas páginas dos jornais da época. A norma deveria ser aplicada em todo país. Em Sergipe, talvez ela justifique em parte a criação da coluna denominada “Expedicionários Sergipanos” no *Correio de Aracaju*. Esta surgiu no segundo semestre de 1944, teve seu apogeu em 1945 e chegou ao fim em 1946, sendo que neste último ano foi publicada em apenas uma edição do periódico. A seção obedecia ao seguinte formato: geralmente encontrava-se na última página do jornal, trazia a cada número a foto em preto e branco de um expedicionário sergipano uniformizado, acompanhada por breve biografia, que continha na maioria dos casos informações como o nome, nome dos pais, idade, município de origem e residência, profissão, grau da patente, modo como chegou às fileiras do exército, entre outras. Além disso, expunha trechos de cartas enviadas pelos combatentes aos familiares, bem como descrevia experiências vividas por eles no *front* europeu e no retorno para casa.

Enquanto foi publicada, a coluna permitiu aos seus leitores conhecer pelo menos quarenta e oito pracinhas sergipanos, bem como refletir sobre o dia a dia marcado por dificuldades e compartilhado por aquele grupo em solo europeu⁷⁷. Os dados catalogados foram cruzados com outros encontrados nas páginas do *Sergipe-Jornal* de 1944 e 1945. Juntos eles nos fornecem subsídios para conhecer um pouco do contingente sergipano integrante da FEB.

⁷⁷ Conferir: OLIVEIRA, Marlíbia Raquel de. **Pracinhas Sergipanos na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2013 (Monografia).

Desse modo, sabemos que os pracinhas sergipanos eram convocados e voluntários. Os convocados estavam subdivididos entre militares de carreira, inclusive reservistas que, cumprindo sua responsabilidade profissional poderiam apresentar-se de forma espontânea para ir à guerra ou de maneira menos honrosa, esperar e correr o grande risco de ser incorporados, e os civis, indivíduos que repentinamente foram chamados, ou melhor, obrigados a cumprir o dever com a pátria. É importante enfatizar que tanto os militares oficiais quanto os cidadãos-soldados não possuíam experiência prática de combate.

Estes homens residiam em diferentes cidades. O levantamento dos dados nos mostra que moravam tanto na capital, Aracaju, como em vários municípios do estado. Pertencentes a distintas camadas sociais, desempenhavam diversas funções, tais como: marceneiro, pequeno comerciante, jardineiro, agricultor, pedreiro, mecânico, motorista, militar, engenheiro, entre outras. Os pracinhas militares de carreira, geralmente, advinham da classe média e ocupavam dentro do exército patentes mais altas do que a de soldado, tais como tenente ou sargento.

Sobre a faixa etária do grupo, os indivíduos mais velhos catalogados no jornal possuíam vinte e oito anos quando partiram para a Itália. Entretanto, as matérias nem sempre traziam a idade ou data de nascimento dos mesmos. Assim, provavelmente, semelhante ao padrão geral dos expedicionários brasileiros, os sergipanos tinham entre dezoito e trinta anos.

No que se refere ao grau de escolaridade, apesar de serem altas as taxas de analfabetismo no país na década de 1940, os jornais como “... *E a Cobra Fumou!*” e o “*Cruzeiro do Sul*”⁷⁸ confeccionados nos acampamentos do *front* pelos pracinhas, assim como o expressivo número de correspondências enviadas por estes aos familiares, são provas de que muitos febianos sabiam ler e escrever. De acordo com o historiador César Campiani Maximiano, estes correspondiam a 70% da tropa⁷⁹. Trazendo a análise para Sergipe, podemos afirmar que pelo menos alguns dos expedicionários do estado eram alfabetizados, a coluna “Expedicionários Sergipanos” nos oferece os nomes de escolas que determinados pracinhas haviam estudado. Tendo em vista a possibilidade de que nos acampamentos de guerra expedicionários analfabetos pudessem pedir a terceiros para lerem e escreverem

⁷⁸ MAXIMIANO, César Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010. P. 308-322.

⁷⁹ *Ibidem*. p. 62.

suas correspondências, a nossa análise considerou como autores de cartas apenas aqueles pracinhas cujas matérias no jornal traziam também informações sobre as instituições de ensino que haviam frequentado.

Fizemos uma exceção, porém, no caso do pracinha João Lessa Matos. O jornal *Correio de Aracaju* apresentou o trecho de uma carta que teria sido escrita pelo febiano. O periódico, entretanto, não fez referência ao grau de escolaridade do dito combatente. A certeza da real autoria da carta só veio por meio de uma entrevista concedida por João Lessa em 2015 na cidade de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, onde reside atualmente aos 95 anos. Na ocasião, o mesmo afirmou que gosta de escrever e foi graças a isso que conseguiu algumas pequenas regalias durante a guerra. Assim, descreveu bem humorado como acabou servindo em parte privilegiada do Departamento Pessoal da FEB:

[...] Aí eu tava lá, eu tava escrevendo uma carta para minha mãe, escrevendo uma carta para minha mãe. Eu tinha caligrafia boa. Aí desceu o oficial, desceu o oficial e disse: - Ou soldado, você tem uma letra boa! Tu sabe bater a máquina? Eu “digo”: - Eu arranjo. Aí eu subi. – Tu vai ficar aqui! E eu fiquei na companhia do comando [...]⁸⁰

Segundo o veterano, ele teria enviado várias cartas para sua mãe enquanto esteve na Itália, contudo, as correspondências não foram guardadas. Neste sentido, constatou emocionado que restou apenas o trecho de uma delas, a que foi publicado no jornal sergipano⁸¹. Antes da guerra, João Lessa trabalhava no comércio de Estância, cidade em que nasceu. Os seus pais eram fazendeiros e residiam no povoado Pontal.

Os expedicionários sergipanos não partiram juntos para a Itália, tampouco atuaram em um mesmo Regimento da FEB. Ainda assim, estavam ligados um ao outro não apenas pela mesma bandeira no uniforme e o estado de origem na certidão de nascimento. Compartilhavam uma realidade cultural semelhante, designados a servir no conflito, passaram a dividir também experiências e memórias. Juntos partilharam perigos, dores, crenças, medos, tristezas e, diariamente, o desejo de permanecer vivo e poder voltar para casa, para os seus espalhados em Sergipe.

⁸⁰ Entrevista concedida a autora em 25 de outubro de 2015. Nova Iguaçu. Rio de Janeiro.

⁸¹ Expedicionários Sergipanos. **Correio de Aracaju**. Ano XXXIX. Nº 3.858. Aracaju, 3 de março de 1945.p. 4.

2.2 APLAUSOS: O REGRESSO DOS HERÓIS DA FEB A SERGIPE

Heróis existem. Surpreendem. Inspiram. Nasceram junto com os mitos nos primórdios das civilizações, auxiliaram no desenvolvimento das mesmas e continuam a exercer fascínio na contemporaneidade. São múltiplos em poderes e destinos. Heróis confortam a fraqueza humana ⁸² ao mesmo tempo em que podem torná-la vil.

Produzidas a partir de construções históricas e combates de memórias, contadas há muitas gerações, as narrativas míticas ensinam que heróis são aqueles que salvam, protegem, realizam atos que outros dificilmente fariam, não por falta de querer, mas pela ausência de capacidade ou coragem. O dicionário corrobora, entre as definições dadas pelo *Houaiss*, herói é o indivíduo notabilizado por suas realizações, seus feitos guerreiros, coragem, abnegação, magnanimidade. Pessoa capaz de suportar exemplarmente uma sorte incomum ou que arrisca a vida pelo dever ou em benefício de outrem, figura central, ser que se distingue, a principal personagem de uma obra, ídolo ⁸³.

A palavra herói abrange, portanto, vários significados. O conceito de herói varia conforme a sociedade que o criou, pois seu arquétipo está intrinsecamente ligado aos valores da época em que o herói foi criado bem como com as necessidades daqueles que o criaram. É neste sentido que Flávio René Kothe (1985) afirma que as narrativas literárias de gênero heróico elaboradas pela “classe dominante” apresentam sobremaneira aquilo que o autor chama de “heróis altos”, ou seja, que possuem modos de ser derivados dos gêneros épico e trágico. Por outro lado, as histórias pertencentes à classe dos “dominados” privilegiam os ditos “herói baixos”, isto é, os anti-heróis que advêm dos gêneros satírico e cômico ⁸⁴.

No Brasil, notamos que não há um herói nacional de peso, uma personalidade reconhecida de forma unânime por sua excepcionalidade. Ao procuramos quem são os heróis nacionais nos deparamos com uma vasta lista de celebridades e “grandes homens”. No caso destes, escolhidos ao longo do tempo de forma antidemocrática, principalmente pelos substratos mais abastados da sociedade, o que justifica a falta de uma ampla legitimação desses heróis no país.

⁸² FEIJÓ, Martin Cézár. **O que é herói**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984 (Coleção Primeiros Passos). p. 13.

⁸³ **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Versão 3.0. Editora Objetiva Ltda., 2009.

⁸⁴ KOTHE, Flávio René. **O herói**. São Paulo: Editora Ática, 1985.p. 43-55.

Tal realidade evidencia o quão complexo é o processo de heroificação de um indivíduo. O gesto obedece a múltiplos mecanismos, atende aos interesses de determinado grupo que ao eleger um herói investe na construção da imagem deste, ressalta ou fabrica suas qualidades para que os seus observadores criem empatia por sua figura e passem, portanto, a admirá-la. Todavia, o sucesso e a sobrevivência do mito de um herói dependem de um esforço constante de preservação e reavivamento de suas memórias. A tarefa não é fácil. Logo, é comum a existência de “heróis temporários”. Homens e mulheres elevados à categoria de heróis, mas, que momentos depois são esquecidos.

Segundo Maurice Halbwachs (2004) as memórias são constituídas pela lembrança dos outros. Elas ocorrem, portanto, sob uma perspectiva de grupo e se configuram em uma reconstrução do passado com informações adquiridas no presente. Para esse sociólogo francês, as memórias estão em constantes negociações, haja vista ao longo do tempo os indivíduos criarem novas percepções que influenciariam no modo de olhar para o passado e, conseqüentemente, selecionar o que lembrar ou esquecer coletivamente ⁸⁵.

Dito isto, entendemos que no decorrer do processo de legitimação de um herói privilegiam-se alguns aspectos do seu passado enquanto outros são silenciados. Sabe-se que as múltiplas possibilidades de usos do passado são capazes de provocar várias mudanças no presente e, foi assim, por meio de negociações e seleções de memórias que o Brasil entre 1943 a 1945 elevou pouco mais de 25 mil homens a heróis nacionais.

Tratava-se dos combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Graças a interesses que obedeciam à conjuntura política do Estado Novo, os desacreditados combatentes do início do recrutamento foram transformados em heróis, tendo como ponto alto do reconhecimento o “Desfile da Vitória”, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro em 18 de julho de 1945, data que o primeiro escalão da FEB regressou ao Brasil.

O discurso imposto pelo governo, que apresentava os pracinhas como “heróis da FEB” alcançou grande repercussão na sociedade brasileira durante aquele período. Contudo, percebemos que, apesar de intensa, a heroificação dos

⁸⁵ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

expedicionários brasileiros foi efêmera e não produziu impactos profundos na memória nacional⁸⁶.

O regresso da Força Expedicionária Brasileira ao seu país de origem começou a ser planejado, no mínimo, desde abril de 1945. Documentos de caráter confidencial trocados entre o V Exército Americano e o comando da FEB nos indicam isso. Em ofício secreto com data de 16 de maio de 1945 foi discutida uma provável logística necessária para o retorno do corpo expedicionário brasileiro ao país. Os Estados Unidos, representado pelo Major General Ralph H. Wooten, que assina o documento, pareciam dispostos a acatar alguns pedidos feitos em ocasiões anteriores pelos ministros brasileiros da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, e Salgado Filho da Aeronáutica. Entre estes, o envio junto com a tropa brasileira das principais armas usadas durante o conflito, bem como materiais capturados dos inimigos. Tais artefatos serviriam para abrilhantar o desfile cívico previsto para ocorrer no Brasil na ocasião do retorno dos expedicionários.

Havia nítida preocupação para que a volta do Primeiro Escalão da FEB causasse impacto positivo na sociedade brasileira. Nas palavras de Wooten:

[...] O regresso e comemorações atinentes são altamente importantes para os Brasileiros e eu estou convencido que algum esforço adicional de nossa parte contribuindo para o seu sucesso pagará altos dividendos. Por essa razão, sinto que será interessante arranjar para essa viagem um navio da classe do U.S.S. Mann (preferivelmente o U.S.S. Mann ou U.S.S. Meigs), conseqüentemente trazendo 5000 homens, um número suficiente para levar a efeito uma parada impressionante. A tripulação desse navio deve ser instruída sobre a significação da missão que levará a efeito⁸⁷.

A decisão visava demonstrar que o envio de brasileiros para atuar na campanha da Itália foi uma atitude acertada, importante para a vitória das potências Aliadas sobre o Eixo. Entendia-se que a organização da tropa brasileira e um discurso consciente dos seus integrantes eram vitais para dar credibilidade a missão, desmitificar calúnias e assegurar o respeito por parte dos populares. Era preciso causar boa impressão ao voltar ao Brasil.

De fato, o retorno do primeiro Escalão da FEB se tornou um grandioso acontecimento no país. Um dia antes da chegada do grupo os jornais davam

⁸⁶ RIBEIRO, Patrícia da Silva. **Em luto e em luta: construindo a memória da FEB**. CPDOC. Rio de Janeiro, 2013. (Tese - Doutorado em História). p. 60.

⁸⁷ ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. **Documentos relativos ao regresso da FEB ao Brasil**. 1945. Cx. 480.

informações de como estava sendo organizada a recepção na cidade do Rio de Janeiro e convidava seus leitores a comparecerem a festividade.

Neste sentido, no dia 17 de julho de 1945 o *Sergipe-Jornal* estampou a manchete: “O POVO E O GOVERNO Recepcionarão Amanhã, Condignamente, OS BRAVOS SOLDADOS DA F.E.B.”⁸⁸. O corpo da matéria copiada do periódico *Meridional* do Rio de Janeiro alertava sobre os preparativos para o evento. Vejamos:

Para a recepção da FEB, três [sic] navios do Lloyd Brasileiro e da Companhia Costeira estarão fundeados no cais da Praça Mauá, para levar os convidados que quiserem ir até a entrada da Barra, afim de receber os nossos expedicionários. Desde o Pão de Açúcar, cerca de seiscentas embarcações menores, dos Clubes Náuticos do Rio e Niteroi, como barco de pescadores, e Yatchs [sic] dos Clubes Fluminenses comboiarão os transportes dos expedicionários. As esquadrilhas da FAB sobrevoarão os navios, e as baterias de costa salvarão com seus tiros os nossos irmãos que retornam ao lar. Os sinos das igrejas repicarão e as sirenes de todas as embarcações que se encontram surtas [sic] no porto soarão na passagem dos nossos soldados. [...] ⁸⁹.

Através da leitura desta edição do *Sergipe-Jornal* era possível imaginar a enorme operação festiva a ser desencadeada simultaneamente na terra, no ar e na água por ocasião da volta dos pracinhas ao Brasil. O assunto também foi matéria de capa de outro jornal sergipano, o *Correio de Aracaju*, que publicou: “Regressa da Itália onde lutou pela vitória da democracia a Força Expedicionária Brasileira – Chegará amanhã ao Rio o 1º Escalão da FEB”⁹⁰. A notícia, reproduzida de um jornal carioca não especificado, ocupou amplo espaço na primeira página do *Correio*. Como de praxe, o texto não foi acompanhado por imagens. Informava aos leitores horários e locais do evento e comentava sobre a animação da população frente a ele, conforme se pode ler abaixo:

O transporte de guerra que conduz o primeiro escalão da FEB deverá entrar na Guanabara amanhã de madrugada, desembarcando os soldados às quatorze horas da tarde para desfilarem pela cidade às quinze horas. A cidade está vivendo momentos de grande vibração cívica e patriótica com o regresso dos soldados que desagravaram a honra da pátria nos campos de batalha. O entusiasmo do povo está sendo mobilizado a cada instante para mais um ou mais uns que chegam e reclamam as justas homenagens devidas aos heróis⁹¹.

⁸⁸ *Sergipe-Jornal*. Ano XXV. Nº 11.150. Aracaju, 17 de julho de 1945.p. 1.

⁸⁹ Idem.

⁹⁰ *Correio de Aracaju*. Ano XXXIX. Nº 3.956. Aracaju, 17 de julho de 1945.p. 1.

⁹¹ Idem.

É certo que o dia 18 de julho de 1945 não consistiu em uma quarta-feira comum para os moradores da então capital federal. A cidade amanheceu ansiosa. Grande número de indivíduos, ao invés de cuidarem dos seus afazeres domésticos cotidianos ou se dirigirem para o trabalho, saiu de casa rumo ao porto com o objetivo de aguardar a chegada dos homens que compuseram o Primeiro Escalão da Força Expedicionária Brasileira (FEB)⁹² e participaram da campanha na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. O presidente Getúlio Vargas havia declarado feriado naquele dia. Tal gesto deixava clara a importância dada ao evento bem como garantiria que maior número de pessoas pudesse comparecer a ele.

Os ex-expedicionários chegaram a bordo do navio estadunidense General *Meighs* e foram recebidos com entusiasmo por milhares de pessoas. Segundo Francisco Ferraz, eles desembarcaram por volta das 11 horas da manhã, receberam lanche oferecido por voluntários da Legião Brasileira de Assistência (LBA) e em seguida foram tomando os seus lugares para o “Desfile da Vitória”, previsto para iniciar-se às 14 horas. Enquanto isso, para assistirem de perto ao evento e cumprimentarem os ex-expedicionários, a multidão espremia-se atrás dos cordões que isolavam o percurso estendido da zona portuária até o centro da capital⁹³.

Em domínio brasileiro, a festa imaginada a longa data pelos ex-expedicionários ganhou cores. Adquiriu cheiro. Tornou-se real. Ruas da “cidade maravilhosa” por onde o cortejo cívico-militar iria passar receberam cartazes, faixas e enfeites nas cores verde e amarelo. A comemoração regada a reencontros, confetes e serpentinas se estendeu alegre até a noite. Naquele dia, os ex-expedicionários viveram momentos de celebridade. O público presente se dirigia a eles cheios de patriotismo, gratidão, sorrisos, abraços e aplausos. As autoridades discursaram em homenagem ao grupo vindo da Itália e as bandas de música dedicaram aos “heróis da FEB” todo o repertório.

No dia 19 de julho o jornal *Correio de Aracaju* destacou que “CONSTITUIU VERDADEIRA APOTEOSE a recepção prestada no Rio aos Expedicionários

⁹² O primeiro Escalão da FEB, composto por 4.931 homens partiu da cidade de Nápoles rumo ao Brasil no dia 6 de julho de 1945 e era comandado pelo General Euclides Zenóbio da Costa. Cf: SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 229.

⁹³ FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012. p. 122.

Brasileiros”⁹⁴. Porém, o periódico sergipano apresentou uma provocação no subtítulo dessa matéria direcionada a tratar sobre o regresso do primeiro Escalão da FEB. Após o elogio, afirmou: “o continuísmo esquece que os ‘pracinhas’ lutaram contra o fascismo”⁹⁵. Tal crítica não é desenvolvida no corpo da reportagem, provavelmente porque esta foi transcrita de um periódico carioca não citado, que concentrou-se simplesmente em narrar o modo como a celebração teria ocorrido. Sendo assim, acreditamos que a ideia de acrescentar o subtítulo partiu do diretor do vespertino aracajuano, ligado ao partido de oposição ao governo, interessado em não deixar o povo esquecer a contradição em ter brasileiros lutando lá fora contra o fascismo enquanto sua pátria vivia sob um regime também antidemocrático.

A mesma matéria do *Correio de Aracaju* comparou a quantidade de pessoas que participaram do evento com o número de foliões que saíram as ruas para curtir o carnaval carioca naquele ano. Informou que só através dos registros fotográficos era possível ter uma noção mais fidedigna da enorme quantidade de pessoas que participaram da referida recepção. Porém, apesar do discurso inflamado usado na matéria, o periódico sergipano não trouxe nenhuma imagem capaz de dar aos seus leitores alguma perspectiva mais concreta do marcante acontecimento. Observemos:

Só hoje se teve uma impressão mais ou menos exata do que foi a recepção da FEB, ontem, nesta capital, através do amplo serviço fotográfico estampado nos jornais, mostrando os aspectos do desfile triunfal dos soldados brasileiros. [...] Jamais o entusiasmo popular mostrou-se tão exuberante como ontem. Nem mesmo nos dias de carnaval carioca ocorreu da massa tão comparecida as ruas. [...] Havia gente por toda parte, nas calçadas que estavam repletas, nas ruas, trepada nas árvores, nas marquises dos edifícios, nos telhados destes, nos postes, nos automóveis, nas estátuas, no madeirame dos edifícios em construção, em todo canto. Em certos pontos era impossível a uma pessoa levantar o braço⁹⁶.

As festividades em prol dos expedicionários continuaram pelo país. Como a FEB foi formada por indivíduos pertencentes a todo território nacional, o retorno dos expedicionários também foi festejado em seus estados e cidades de origem. Cabe ressaltar que tal cuidado foi distendido, sobretudo, aos ex-expedicionários que integraram o primeiro e segundo escalões da FEB, os componentes dos outros três escalões não foram alvos de semelhante atenção por parte do governo e da

⁹⁴ *Correio de Aracaju*. Ano XXXIX. Nº 3.957. Aracaju, 19 de julho de 1945.p. 1.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ Idem.

sociedade. Possíveis razões para isso podem ser apontadas: ocorre que estes últimos só regressaram ao Brasil nos meses de setembro e outubro, ou seja, a chegada já não tinha o caráter de ineditismo, o contingente era menor, logo, menos imponente e, além disso, não possuíam entre eles comandantes ilustres do exército⁹⁷.

As festividades em prol dos expedicionários possuíam diversos formatos. Sendo assim, por todo país foram organizadas missas, desfiles, cerimônias de entrega de medalhas por mérito, bailes, desfiles, almoços, entre outras. Em Sergipe isso não foi diferente. O estado, que enviou cerca de trezentos combatentes para atuar no teatro de guerra europeu junto ao exército estadunidense, também comemorou o retorno dos seus “heróis” para casa.

Os jornais *Correio de Aracaju* e *Sergipe-Jornal* nos dão indícios de como a população sergipana, ou pelo menos uma parte dela, se preparou para recepcionar seus pracinhas e qual impacto esses eventos causaram no cotidiano local. Por meio desses periódicos soubemos, por exemplo, que semelhante a outros estados do país, Sergipe também criou uma Comissão Estadual de Homenagem, Assistência e Recepção à FEB. A respeito disso, no dia 13 de julho de 1945 o *Correio de Aracaju* publicou:

Aqui mesmo em Aracaju já foi organizada uma “Comissão Provisória de Homenagem e Assistência à F.E.B., em Sergipe” [...] Às vinte horas de amanhã terá lugar no Instituto Histórico e Geográfico uma reunião que contará com o comparecimento de diversas outras instituições convidadas, quando será constituída a Comissão Estadual definitiva e estabelecido o programa de ação em benefício dos Expedicionários Sergipanos⁹⁸.

Meses depois outra nota da Comissão cujo título era “Recepção dos Expedicionários Sergipanos – Explicação necessária”, declarava:

As sub-comissões de Recepção e Homenagem à F.E.B. sentem-se no dever de esclarecer os motivos porque não foram condignamente recepcionados os bravos patrícios expedicionários, ultimamente chegados a essa capital.

Em face da impossibilidade da vinda de todos os heróicos – “pracinhas” num só contingente, ficou deliberado que a recepção seria feita, festivamente, quando da chegada de um grupo maior [...] ⁹⁹.

⁹⁷ Cf.: FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012.; SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 229.

⁹⁸ *Correio de Aracaju*. Ano XXXIX. Nº 3.953. Aracaju, 13 de julho de 1945.p. 4.

⁹⁹ *Correio de Aracaju*. Ano XXXIX. Nº 4.021. Aracaju, 06 de outubro de 1945.p. 4.

Ambas as notas de caráter informativo foram encontradas na última página do jornal, espaço destinado às notícias de menor importância, entretanto, elas tiveram seus títulos destacados, sinal de que eram mais relevantes do que outras colocadas ao seu lado. Provavelmente foram encomendadas por membros da Comissão Estadual de Homenagem, Assistência e Recepção à FEB interessados em prestar contas à população, adquirir maior credibilidade, sobretudo, junto aos seus colaboradores.

A festividade elaborada pela dita Comissão Estadual em prol dos pracinhas sergipanos, apesar do adiamento, finalmente ocorreu em 15 de dezembro de 1945. No dia 17, o jornal parabenizou os organizadores e participantes do evento e deu detalhes dele:

Às 5 horas houve alvorada pelas bandas de música do 28 B.C. e da Força Policial do Estado. Às 8 horas lugar uma grande concentração na Praça General Valadão e desfile até a Praça Camerino [...]. Em seguida houve Missa Campal, com sermão pregado pelo Cônego Avelar Brandão. Às 10 horas teve cocktailna Associação Atlética de Sergipe, quando usaram da palavra o Comandante dos Portos e o Tenente Dulcelino Tavares [...]. Às 12 horas teve lugar no Sítio Sta. Terezinha, no Bairro Industrial, um churrasco, com show e às 22 horas, retreta na Praça Fausto Cardoso e fogos de artifício¹⁰⁰.

Em trecho anterior, o jornal informava ainda que:

Compareceram às homenagens que lhes foram prestadas cerca de 80 pracinhas, que empunharam, no solo italiano, as armas da liberdade contra as forças opressoras, contra os governos totalitários, contra os regimes de força¹⁰¹.

Tendo em vista que Sergipe enviou aproximadamente trezentos homens para o *front* europeu¹⁰², o número de ex-expedicionários que compareceram a festa, oitenta, de acordo com o *Correio*, foi pequeno. Ao levarmos em consideração os dados apresentados pelo jornal, torna-se pertinente mencionar alguns fatores que, neste sentido, podem nos ajudar a compreender o ocorrido. São eles: nem todos os pracinhas sergipanos residiam no estado quando convocados, daí não terem regressado; o contingente voltou a Sergipe de forma individual ou em pequenos grupos, o que dificultou uma recepção conjunta e imediata; muitos residiam em cidades ou povoados no interior do estado, desse modo, é provável que após dias

¹⁰⁰ **Correio de Aracaju**. Ano XXXIX. Nº 4.75. Aracaju, 17 de dezembro de 1945.p. 1.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² OLIVEIRA, Marlíbia Raquel de. **Pracinhas Sergipanos na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe (UFS), 2013. (Monografia).

tão difíceis na Itália, estes tenham preferido ficar na tranquilidade e aconchego de casa e não se dirigiram à capital, local onde foi realizada a festa. Além disso, não se sabe se a divulgação do evento foi feita apenas em Aracaju ou se atingiu lugares mais distantes, bem como quais meios de comunicação ela ocupou, se apenas impressos ou emissoras de rádios também.

No tocante ao regresso dos ex-expedicionários sergipanos, alguns destes se transformaram em notícia no *Correio de Aracaju*. A chegada do cabo Aloísio Plácido Almeida, por exemplo, foi informada na edição do dia 27 de setembro. Segundo a mesma, o filho do Sr. Plácido Almeida e da Dona Maria Leopoldina Almeida, residentes em Aracaju¹⁰³, viria naquele dia no trem das 22 horas e, por esse motivo, o jornal publicizava que

[...] a família desse herói sergipano mandará celebrar missa na próxima terça-feira, na capela do Ginásio N. S. de Lurdes, em ação de graças pela volta do mesmo ao Brasil de onde saiu na defesa dos ideais democráticos.¹⁰⁴

No dia seguinte, o jornal reforçava o retorno de Aloísio Plácido e informava que além deste, outros ex-expedicionários tinham chegado à capital, entre eles, José Gonçalves Valença, que havia integrado o Segundo Escalão da FEB e Alberto Melo e Leite, convocado no final de 1942, filho de Trasíbulo Gomes Leite e Nivalda Melo e Leite. O jornal dedicou a eles uma nota imponente, acompanhada por fotografias dos dois, destacadas no centro da quarta página. A matéria integrava a coluna “Expedicionários Sergipanos”, logo, estava impregnada de elogios patrióticos como se pode perceber na seguinte passagem:

Palmilhando ásperos caminhos, escalando montanhas, atravessando rios, dominando todos os empecilhos, vencendo todas as distancias, esmagando o inimigo feroz esses nossos conterrâneos ergueram bem alto o nome do Brasil fazendo tremular, invicta e gloriosa sobre Monte Castelo, Castel Nuevo e Montese, a bandeira nacional.

Com o sangue das suas veias e o dilaceramento de suas carnes com o suor de sua frente e os esforços dos seus músculos, com o seu patriotismo e o seu senso de responsabilidade e compreensão acrescentaram mais uma página heróica a História Militar do Brasil já abundante de iguais exemplos de bravura cívica¹⁰⁵.

¹⁰³ **Correio de Aracaju**. Ano XXXIX. Nº 3.868. Aracaju, 22 de março de 1945. p. 5. ok

¹⁰⁴ **Correio de Aracaju**. Ano XXXIX. Nº 4.013. Aracaju, 27 de setembro de 1945. p. 1.

¹⁰⁵ **Correio de Aracaju**. Ano XXXIX. Nº 4.014. Aracaju, 28 de setembro de 1945. p. 4.

Os ex-expedicionários sergipanos geralmente chegavam em pequenos grupos. Em suas notas o *Correio de Aracaju* ressaltou o entusiasmo com que eram esperados e recebidos nas estações ferroviárias por familiares, amigos, jornalistas e demais populares. O reencontro era marcado por forte emoção. Abraços, beijos, olhar atento para notar o que mudou na aparência, as cicatrizes que trouxeram da Europa. Tudo isso intercalado por invocações divinas em agradecimento pelo retorno dos mesmos.

O *Sergipe-Jornal* apresenta indícios disso ao narrar a volta de Osvaldo Nascimento ao município sergipano de Maruim. Ele chegou no trem vindo da Bahia e foi recebido com festa no clube da cidade enfeitado com as cores do time de futebol local do qual ele era entusiasta, o A. C. Ipiranga. Ainda conforme a nota: “As solenidades começaram as 19 1/2, quando chegara o homenageado, acompanhado de sua esposa, de diversas famílias de destaque e dos seus companheiros de Sport [sic], sob estrondosa salva de palmas.”¹⁰⁶.

Homenagens aos ex-expedicionários sergipanos aconteceram na capital e em vários municípios do estado. O 2º Tenente Dulcelino de Carvalho Tavares foi um dos ex-expedicionários homenageados. O *Correio* fez uma reportagem de fôlego a respeito desse pracinha e de como foi recebido em Propriá¹⁰⁷, sua cidade natal. Assim, sabemos que o filho do farmacêutico Brasilino da Silva Tavares e de Dona Dulce de Carvalho nasceu em 1º de maio de 1922, estudou em Propriá, anos depois em Aracaju e ingressou na Escola Militar no Rio de Janeiro em 19 de setembro de 1940¹⁰⁸.

De acordo com a nota publicada em 09 de outubro de 1945, Dulcelino de Carvalho Tavares teria se emocionado com as homenagens e discursos proferidos por seus conterrâneos. Para ele foram organizados um sarau, uma missa na qual compareceram alunos de vários colégios locais, autoridades políticas, amigos e familiares e um baile que, na opinião do redator, “foi o maior baile que registra a história social de Propriá”¹⁰⁹. A mesma nota de jornal afirma que outro pracinha de Propriá, de nome Messias, teria também participado de duas das festividades e, em ambas as ocasiões, dividido as honrarias com Dulcelino. Contudo, o redator não

¹⁰⁶ **Sergipe-Jornal**. Ano XXV. N. 11.190. Aracaju, 05 de setembro de 1945.p. 4.

¹⁰⁷ A cidade de Propriá fica a cerca de cem quilômetros de Aracaju.

¹⁰⁸ **Correio de Aracaju**. Ano XXXIX. Nº 3.857. Aracaju, 02 de março de 1945.p. 4. Ver também **Correio de Aracaju**. Ano XXXIX. Nº 4.023. Aracaju, 09 de outubro de 1945.p. 4.

¹⁰⁹ Idem.

forneceu maiores informações a respeito do pracinha Messias, sequer o sobrenome. Como na relação oficial dos sergipanos enviados para a Segunda Guerra consta o nome de cinco Messias, infelizmente não sabemos ao certo a qual deles estariam se referindo.

Apesar do foco desse trabalho ser os ex-combatentes sergipanos e as políticas de memória desenvolvidas pelo grupo através da Associação sergipana de ex-combatentes criada no pós-guerra imediato, a grandiosidade como a Tenente Lenalda Lima Campos foi recebida na cidade de Capela, a cerca de cinquenta e três quilômetros de Aracaju, merece destaque. Durante a guerra Lenalda não foi chamada a lutar com armas, mas a salvar os feridos por estas, assim, ao lado de Izabel Novais Feitosa e Joana Simões Araújo foram às únicas sergipanas que integraram o corpo de enfermeiras da FEB composto por setenta e três mulheres¹¹⁰.

Vista como um símbolo de coragem e dedicação da mulher sergipana, chamada inclusive de “Ana Néri sergipana”, em alusão a pioneira da enfermagem no Brasil¹¹¹, Lenalda Lima Campos foi recebida com pomposas honrarias. Em 18 de agosto de 1945¹¹² chegou a Aracaju. Foi recepcionada ainda em Salgado por uma comissão que a trouxe de automóvel até a Praça Fausto Cardoso no centro da capital onde, segundo o *Correio*, o povo já a esperava para lhe prestar homenagens. Ao adentrar a praça, a Tenente-Enfermeira fora ladeada por oficiais do Exército e após professoras sergipanas discursaram e engrandeceram Lenalda e a mulher brasileira, a própria proferiu seu discurso de agradecimento. Desse modo, se pode ouvir:

Brasileiros e brasileiras: quem viu com os próprios olhos crianças, mulheres e velhos reduzidos a pele e ossos, famintos e quase desnudos, andando ao léu dormindo ao relento e o que é pior, se alimentando do que encontravam como cães – quem os viu assim – cometerá um crime de [...] humanidade se ao primeiro contato com sua gente não fizer o apelo que eu vos faço, nesse momento inesquecível da minha vida: odiai para todo o sempre, com aquele ódio que enaltece e dignifica os selvagens e desalmados NAZI-FASCISTAS desta ou daquela cor.

[...] qualquer conviência ou tolerância com os lacaios daquelas tiranias derrotadas, seria fazer sangrar as feridas, ainda abertas, dos gloriosos

¹¹⁰ É possível ver a relação completa das enfermeiras da FEB no site www.anvfeb.com.br. Disponível em http://www.anvfeb.com.br/siteantigo/enfermeiras_feb.htm. Acesso em 19 de setembro de 2015.

¹¹¹ GRISARD, Nelson; VIEIRA, Edith Tolentino de Souza. Ana Néri, Madrinha da Enfermagem no Brasil. *Gazeta Médica da Bahia*. Salvador, jul./dez., 2008. p. 145-147. Disponível em <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/981/959>. Acesso em 01 de dezembro de 2015. ISSN 0016-54X.

¹¹² **Correio de Aracaju**. Ano XXXIX. Nº 3.981. Aracaju, 17 de agosto de 1945.p. 4.

“pracinhas” vivos e um desrespeito monstruoso aos importais “pracinhas” que para sempre ficaram no cemitério de Pistóia. Seria macular o luto respeitoso das viúvas, das mães e dos filhos desses heróis pela luta das liberdades [...].¹¹³

Em Capela, seu município de origem, Lenalda recebeu mais homenagens. A referida celebração estava sendo preparada há meses. Segundo os organizadores, o evento contaria com “missa em ação de graças, oferecimento de bronze simbolizando a Glória ou a Vitória, um almoço ou jantar no Cine-Teatro Municipal e um baile na Prefeitura”¹¹⁴.

Designado para cobrir o acontecimento, um repórter do jornal *Correio de Aracaju* afirmou em linguagem emocionada que “Capela impacientava-se já de receber a filha querida”¹¹⁵. Assim, a tenente enfermeira foi recepcionada com flores pelo prefeito e por estudantes locais. Na ocasião, um coral de música se apresentou, houve um desfile triunfante pelas ruas enfeitadas com bandeirinhas que, como enfatizado pelo redator, “outrora pisaram os sapatinhos de uma garota que se tornou heroína”¹¹⁶. Depois, cumpriu-se o resto da programação prevista.

Além de noticiar as comemorações, outra prática comum do jornal *Correio de Aracaju* em 1945 era publicar entrevistas realizadas com ex-expedicionários. Elas aconteciam principalmente quando estes iam à redação do jornal cumprimentar os jornalistas pela cobertura da guerra e pelo apoio dado aos pracinhas sergipanos nas páginas daquele periódico.

As enfermeiras Lenalda Lima Campos e Joana Simões Araújo fizeram parte do grupo entrevistado. Ambas elogiaram os soldados brasileiros, os hospitais de campanha e os profissionais de saúde estadunidenses. Lenalda relatou que a discussão sobre a democracia no Brasil não era muito presente na Itália, mas soube do assunto em uma das suas viagens ao país natal enquanto fazia o transporte de feridos de guerra, o que teria lhe deixado muito contente¹¹⁷. Já Joana disse que a

¹¹³ **Correio de Aracaju**. Ano XXXIX. Nº 3.983. Aracaju, 21 de agosto de 1945.p. 2.

¹¹⁴ **Correio de Aracaju**. Ano XXXIX. Nº 3.920. Aracaju, 04 de junho de 1945.p. 5.

¹¹⁵ **Correio de Aracaju**. Ano XXXIX. Nº 3.988. Aracaju, 27 de agosto de 1945.p. 4.

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ **Correio de Aracaju**. Ano XXXIX. Nº 3.982. Aracaju, 20 de agosto de 1945.p. 4. Cabe lembrar que naquela época o país vivia sob o regime político ditatorial denominado Estado Novo (1937-1945), fundado por Getúlio Vargas e caracterizado pelo autoritarismo, centralização do poder, censura a imprensa e violação de direitos democráticos.

longo tempo torcia para que houvesse um movimento democrático no seu país e que comemorou quando soube das eleições presidenciais marcadas para 1945 ¹¹⁸.

Questionadas sobre a importância e qualidade do auxílio que os expedicionários recebiam da Legião Brasileira de Assistência (LBA), as enfermeiras responderam que praticamente nada chegava para os expedicionários e que os cigarros enviados eram de péssima qualidade. De acordo com Joana:

Até os feridos necessitavam de objetos mínimos como pentes, pastas de dentes, sabonetes, giletes, cigarros e eu não tinha onde pedir tais objetos. Note que não faltavam somente dos feridos aos combatentes também. Tenho autoridade para afirmar isto, de vez que fazia parte do Serviço Social nas horas que permanecia em terra ¹¹⁹.

A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi um órgão criado em 1942 com o propósito de ajudar “os chamados a defender a pátria” e suas famílias. Fundada no Rio de Janeiro, teve a então primeira-dama do país, Darcy Sarmanho Vargas como dirigente e contou com o apoio da Federação das Associações Comerciais e da Confederação Nacional da Indústria. A LBA possuiu alcance nacional e foi responsável por desenvolver uma série de trabalhos de cunho voluntário, voltados para atender, sobretudo, as necessidades dos expedicionários ¹²⁰.

Ainda sobre a má qualidade dos cigarros brasileiros, o ex-expedicionário Juviano Vasconcelos, de vinte e quatro anos de idade, residente em Aracaju ¹²¹, que integrou o 3º Grupo de Obuzes do Segundo Escalão da FEB, também teceu comentário. Disse serem tão ruins que ficou determinado que se fizesse uma fogueira com os mesmos. Segundo ele, alguns colegas de farda, porém, trouxeram os cigarros de volta para o país e “quando o 2º escalão desfilou no Rio de Janeiro, os expedicionários em sinal de protesto, começaram a jogar fora os cigarros que foram daqui” ¹²².

Apesar da fala do ex-expedicionário, a abrangência de tal ato é bastante questionável, haja vista que fumar, consumir bebidas alcoólicas e passear faziam

¹¹⁸ **Correio de Aracaju**. Ano XXXIX. Nº 3.988. Aracaju, 27 de agosto de 1945.p. 4. A enfermeira Joana Simões Araújo é denominada no jornal Correio de Aracaju como “Jane”. Este provavelmente era seu apelido, pois na relação oficial do corpo de enfermeiras da FEB o nome “Jane” é inexistente.

¹¹⁹ Idem.

¹²⁰ FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012. p. 163-165.

¹²¹ **Correio de Aracaju**. Ano XXXIX. Nº 3.844. Aracaju, 15 de fevereiro de 1945.p. 4.

¹²² **Correio de Aracaju**. Ano XXXIX. Nº 4.024. Aracaju, 10 de outubro de 1945.p. 4.

parte dos raros e escassos elementos de lazer durante o cotidiano da guerra¹²³. Todavia, o atestado de baixa qualidade dos cigarros brasileiros foi descrito por todos os entrevistados sergipanos.

O pracinha sergipano José da Silva, que antes de ir para a guerra trabalhava como mecânico na capital, foi outro que afirmou a precariedade dos cigarros brasileiros enviados. Quando questionado, porém, se havia recebido presente de Natal por parte da LBA, escreveu o redator do *Correio de Aracaju*: “José da Silva riu e explicou que era pequeno, que não queria falar de gente grande”. Desse modo, a fala do ex-expedicionário nos dá indícios de que ele provavelmente nada recebeu, contudo, sabendo da importância da LBA preferia não fazer maiores acusações¹²⁴.

Outro que concedeu entrevista foi Edson Moura Barreto. Ao lado de Lenalda Lima Campos, ele participou de uma sessão de perguntas no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), promovida pela Comissão Estadual de Homenagem, Assistência e Recepção à FEB no dia 20 de agosto, a partir das 20 horas. De acordo com a nota que saiu no *Correio* a respeito do evento:

[...] Antes das 20 horas já se fazia quase impossível a entrada no recesso do Instituto, sendo que grande número de pessoas se encontrava defronte ao edifício, onde estava postado o carro da empresa Guarany fazendo a retransmissão por alto-falantes.”¹²⁵.

O jornal dá a entender que grande número de pessoas esteve presente no evento. O auditório do IHGSE teria ficado lotado ao ponto que parte do público precisou ficar do lado de fora da instituição e ouvir o pronunciamento dos palestrantes através de alto-falantes¹²⁶. Ao que parece, a volta dos expedicionários e os eventos organizados com o intuito de homenageá-los e dar-lhes as boas vindas contou com o apoio da população sergipana. Deve-se considerar que desde os torpedeamentos dos navios de o litoral de Sergipe em 1942, a Segunda Guerra passou a fazer parte do dia a dia dos moradores do estado. Muitos se assustaram com os corpos das vítimas chegando as suas praias, participaram de manifestações clamando por justiça, mais tarde, tiveram que obedecer aos blackouts. Somados a outros, precisaram contribuir com a economia

¹²³ MAXIMIANO, César Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010.

¹²⁴ *Correio de Aracaju*. Ano XXXIX. Nº 3.994. Aracaju, 04 de setembro de 1945.p. 4.

¹²⁵ *Correio de Aracaju*. Ano XXXIX. Nº 3.983. Aracaju, 21 de agosto de 1945.p. 4.

¹²⁶ Idem.

de guerra e ver amigos e parentes seguirem junto com a FEB rumo à Itália. Sendo assim, entendemos que durante esse tempo estabeleceu-se na sociedade expectativas sobre o fim do conflito e curiosidades para saber o que ocorria diariamente com os combatentes enquanto a paz não era novamente declarada. O contato com os pracinhas na ocasião do seu retorno consistia, portanto, em uma boa oportunidade para elucidar perguntas.

Sobre a participação de Edson Moura Barreto, sargento mecânico do 1º grupo de aviação de caça da Força Aérea Brasileira (FAB), ele falou durante a sessão sobre o treinamento que recebeu nos Estados Unidos e da relação com os pilotos americanos, além disso, relatou que “os americanos lamentavam que estivéssemos a combater o fascismo no estrangeiro, quando havia fascismo em nossa própria casa”¹²⁷.

Cabe enfatizar que expressões como essas, supostamente proferidas por Edson Moura Barreto, ganhavam destaque nas páginas do *Correio de Aracaju* e do *Sergipe-Jornal*. Ambos os periódicos em 1945 faziam oposição ao governo de Getúlio Vargas, assim, se amparavam em discursos sobre a democracia para criticá-lo. Isso provavelmente explica porque tais jornais são em Sergipe aqueles que mais oferecem resquícios a respeito da saga dos pracinhas. Percebe-se que havia um interesse político por trás de tais notícias, afinal, os expedicionários simbolizavam a luta a favor da democracia, comentar sobre eles reforçava a importância de ideais que não se faziam presentes no país naquele período. Utilizava-se a figura do expedicionário para mostrar a contradição do governo e, conseqüentemente, enfraquecê-lo.

Neste sentido valorizava-se qualquer fala contra o fascismo italiano, o nazismo e o integralismo e, sempre que possível, evidenciava-se o nome do Brigadeiro Eduardo Gomes (1896-1981), candidato da UDN a presidência do Brasil nas eleições de 1945. Em passagem alusiva a volta do ex-expedicionário Manoel Gilberto Monteiro vemos que isto fica claro:

[...] entre os que empunhavam a tocha da liberdade e marchavam resolutamente contra as hostis inimigas, figurava esse sergipano que procurou elevar o nome da sua pátria combatendo pelo seu povo e pela humanidade.

E agora, ao regressar ao Brasil, deve sentir-se alegre como os

¹²⁷ **Correio de Aracaju**. Ano XXXIX. Nº 3.983. Aracaju, 21 de agosto de 1945.p. 4.

demais pracinhas por ver o seu país marchando para a verdadeira democracia, tendo a frente, como bandeira de libertação, o nome de Eduardo Gomes ¹²⁸.

O apoio a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes, que disputava as eleições presidenciais com Eurico Gaspar Dutra (1883-1974), permaneceu até o último instante. Os periódicos veiculavam matérias sobre comícios realizados pelo político, sobre viagens e sobre as adesões que ganhava em outros estados. Na semana seguinte, após as eleições, esses jornais passaram a divulgar parciais dos votos e com base nos dados apresentados Eduardo Gomes venceria o candidato apoiado pelo governo, o que na prática não ocorreu.

Diante disso, percebemos que o regresso dos expedicionários sergipanos ao estado de origem reascendeu na população de Sergipe o sentimento patriota. Foi um acontecimento significativo para expressivo número de indivíduos que teve sua rotina alterada pelas festividades e homenagens em alusão a estes homens. Sem dúvida, o contato com os pracinhas elucidava dúvidas e aplainava saudades. Era o momento de retribuir o sacrifício destes em favor da democracia, palavra recorrente nos discursos políticos da época. Sendo assim, entende-se que pelo menos num primeiro momento e, sobretudo nas páginas do *Correio de Aracaju e Sergipe-Jornal*, os ex-expedicionários sergipanos receberam o destaque, o prestígio e os elogios comumente oferecidos aos verdadeiros heróis. Tempos depois, porém, a situação confortável sofreria uma reviravolta.

2.3 O PÓS-GUERRA E O PROCESSO DE REINTEGRAÇÃO

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) nasceu cercada por uma série de dúvidas e entraves. A decisão de dispor contingente brasileiro para atuar diretamente na Segunda Guerra atendeu mais uma função política do que militar. O Brasil enxergou nessa atitude a oportunidade de garantir benefícios financeiros, modernizar suas Forças Armadas, bem como limitar os rumores de que o então presidente Getúlio Vargas simpatizava com os países ligados ao Eixo. Os Estados Unidos, por sua vez, apesar de no princípio se mostrar hesitante, compreendeu que

¹²⁸ **Correio de Aracaju**. Ano XXXIX. Nº 4.014. Aracaju, 28 de setembro de 1945.p. 4.

lutar ao lado do corpo expedicionário brasileiro reforçava sua figura de porta voz das Américas e “grande irmão do Norte”¹²⁹.

A aliança vantajosa entre os dois países enfrentaria, porém, diversos percalços. Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos houve divergências sobre a necessidade da medida que, determinava que o governo brasileiro cederia tropas para combater ao lado dos Aliados e os Estados Unidos se encarregaria de treiná-las e assessorá-las fornecendo o equivalente a 50% da quantidade de material bélico empregado em uma divisão de infantaria¹³⁰.

Tal acordo, bem como muitos outros relacionados à FEB, foi selado através de duas agências criadas simultaneamente em maio de 1942, durante a Política da Boa Vizinhança, para cuidar de questões militares que envolvessem os dois países. Eram elas, a *Joint Brazil-United States Defense Commission* (Comissão Conjunta de Defesa Brasil-Estados Unidos), sediada em Washington e a *Joint Brazil-United States Military Commission* (Comissão Militar Conjunta Brasil-Estados Unidos) com sede no Rio de Janeiro¹³¹.

Apesar do trabalho das referidas instituições, a FEB enfrentou negligências por parte de ambos os países. No tocante aos Estados Unidos, este não cumpriu a promessa de dispor metade do material bélico para equipar a Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE) brasileira. Segundo Dennison de Oliveira havia uma “regra não escrita” proibindo que alguns tipos de armas fossem fornecidos para tropas Aliadas que não as estadunidenses. A exclusividade garantiria a supremacia bélica norte-americana¹³². Do lado brasileiro, alguns oficiais do exército nacional se valeram de tal empecilho para procrastinar a reunião de contingente e a organização de espaços para adestramento deste¹³³. Assim, o projeto inicial de compor e enviar para o *front* três divisões, ou seja, cerca de 60 mil homens que seriam treinados simultaneamente no Rio de Janeiro, São Paulo e Recife acabou reduzido a apenas

¹²⁹OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015. p. 65.

¹³⁰ Idem.

¹³¹Maiores informações sobre as agências, conferir: OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015.

¹³²Ibidem, p. 222

¹³³ MCCANN Frank D., FERRAZ, Francisco César Alves. A participação de brasileiros e norte-americanos na Segunda Guerra Mundial. Tradução de Beatriz Meneguetti. In: MUNHOZ, Sidnei J., SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (Orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2011.p.104-163.

uma DIE, formada por um efetivo de 25.334 combatentes treinados ao mesmo tempo em um único lugar, o Campo de Gericinó na cidade do Rio de Janeiro.

O espaço escolhido estava longe de ser adequado para o tipo de treinamento que o corpo expedicionário necessitava realizar, haja vista o solo e o clima serem muito diferentes daqueles enfrentados pelos pracinhas brasileiros na Itália¹³⁴. A demora na escolha de onde seriam feitas as instalações desse campo fez com que os instrutores estadunidenses designados a ensinar as tropas brasileiras só chegassem ao Brasil a partir de abril de 1944. Os profissionais ainda tiveram que enfrentar entraves quanto as atividades planejadas para a preparação da FEB, devido ao reduzido número de armas disponíveis para a tropa e a inexperiência desta¹³⁵. Somado a isso, houve também atraso na seleção dos oficiais que ocupariam os postos de comando da DIE, bem como na definição do local de atuação da FEB na Europa. Tais retardamentos trouxeram constrangimento e desmotivação para os pracinhas brasileiros, pois culminaram em um campo fértil para rumores desacreditados por parte da sociedade civil e até militar frente ao grupo¹³⁶.

Apesar disso, após tardio, curto e precário período de instrução, os expedicionários, inclusive os sergipanos, seguiram rumo ao *front* europeu¹³⁷. Em solo italiano, porém, a tarefa se mostrou árdua para grande parcela da tropa. O corpo expedicionário brasileiro era majoritariamente composto por “cidadãos-soldados”, civis, portanto, que de uma hora para outra se tornaram combatentes. Este grupo não estava acostumado a rotina da caserna, não possuía o chamado “espírito militar” que, segundo Celso Castro, consiste em um modo de ser adquirido principalmente através de mecanismos simbólicos aplicados nas academias militares. Sendo assim, o “espírito militar” integra a identidade militar e é responsável por orientar este indivíduo a tomar as decisões mais acertadas durante o combate.

¹³⁴ OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015. p.218-258.

¹³⁵ ALBINO, Daniel. Cobra Fumando: a Força Expedicionária Brasileira na Campanha da Itália (1944-1945) In: SILVA, Francisco Carlos T. da, SCHURSTER, Karl, LAPSKY, Igor, CABRAL, Ricardo, FERRER, Jorge. (Coord.) **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.p.326-327.

¹³⁶ OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015. p. 218-251.

¹³⁷ Maiores informações sobre a composição dos Escalões da FEB, conferir: ALBINO, Daniel. Cobras Fumando: a Força Expedicionária Brasileira na Campanha da Itália (1944-1945) In: SILVA, Francisco Carlos T. da, SCHURSTER, Karl, LAPSKY, Igor, CABRAL, Ricardo, FERRER, Jorge. (Coord.) **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.p.327-328.

De acordo com a praxe estabelecida pelas Forças Armadas brasileiras, a transição de civil para militar ocorre paulatinamente ao longo dos anos de formação através do cumprimento de determinados rituais. No caso dos pracinhas, entretanto, não houve tempo suficiente, tampouco escolha. Desse modo, devemos considerar o fato de que alguns desses indivíduos não conseguiram se adaptar a vida no *front*. Para estes, a experiência tornou-se um sacrifício ainda maior, pois a ideia de que a prática de guerra embrutece o soldado e, dessa maneira, o blindava contra o auto julgamento moral não é unânime, logo, não deve ser aplicada como regra, principalmente se o indivíduo deixou de forma abrupta a vida civil.

É preciso compreender que adaptar-se a realidades extremas, o que inclui violência diária, é algo muito particular e influenciado por experiências assimiladas no decorrer da vida. Os pesquisadores alemães Sönke Neitzel e Harald Welzer, historiador e sociólogo respectivamente, que analisaram o comportamento demonstrado por centenas de combatentes pertencentes a *Wehrmacht* e a *Schutzstaffel* (SS) a partir de conversas gravadas pelos Aliados enquanto vigiavam esses grupos alemães durante a Segunda Guerra Mundial, afirmam que ser submetido a uma situação de grande brutalidade por certo espaço de tempo não pode ser visto como determinante para o uso trivial da violência¹³⁸.

Para os autores, pressupor que as pessoas precisam ser inicialmente condicionadas para realizar atos violentos que, por sua vez, estariam sujeitos a habituação sucessiva, é uma hipótese que, apesar de comumente levantada por estudiosos do campo da história e da psicologia social, bem como por autobiógrafos e escritores de romances de guerra, ainda é carente de demonstração e não pode, portanto, ser tomada como única hipótese aceitável. Assim, ambos alertam para que se leve em conta que para alguns indivíduos o uso da violência pode se mostrar uma experiência sedutora e, diante de um cenário que os autorize, tal como a guerra, os mesmos se sentem incentivados e até aliviados ao colocá-la em prática¹³⁹.

Neste sentido, Neitzel e Welzer defendem que as guerras do século XX desencadearam a banalização da violência, a vontade de matar por matar, a chamada violência autotélica, ou seja, “uma violência praticada em razão de si

¹³⁸ NEITZEL, Sönke.; WELZER, Harald. **Soldados: sobre lutar, matar e morrer**. Tradução: Frederico Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 83-93.

¹³⁹ Idem.

mesma, que não quer atingir nenhuma finalidade específica”¹⁴⁰. Isso explicaria porque para alguns combatentes foi possível acostumar-se de forma rápida a crueldade imposta pela rotina do campo de batalha. Contudo, assim como não podemos generalizar o uso da violência autotélica, tampouco a brutalização decorrente do meio, seria errôneo desconsiderar o grupo de indivíduo que, mesmo exposto por longo período a circunstâncias violentas presentes nos conflitos mundiais, não se adaptou àquela realidade. Para estes, provavelmente, a guerra se mostrou mais cruel, lutar tornou-se um martírio diário permeado pela perplexidade e culpa.

Retomando a discussão em torno do quadro de despreparo protagonizado pelos expedicionários brasileiros, este foi desenhado com a ajuda das precárias instruções ideológicas recebidas pelos pracinhas. Apesar da enorme propaganda em torno da FEB e do discurso nacionalista impregnar os jornais da época, de acordo com o Major Médico Mirandolino Caldas, chefe do Posto Avançado de Neuropsiquiatria da FEB, pelo menos metade dos entrevistados no Brasil durante a seleção para ir à guerra e os atendidos por ele na Itália, quando questionados, não sabiam informar a razão pela qual o seu país estava em guerra, ou seja, os motivos que o enviaram a um solo distante para matar ou morrer. É certo que tal desconhecimento contribuía para a desmotivação da tropa¹⁴¹.

A saga da FEB foi acompanhada por vários problemas. Os desafios durante seu processo de formação e as deficiências nos campos de batalha se somaram ao descaso sofrido pelo grupo nas primeiras décadas do pós-guerra. Cabe ressaltar que a FEB foi dissolvida as pressas logo após o término do conflito mundial¹⁴².

Os pracinhas foram dispensados de maneira abrupta ainda na Itália quando receberam seus certificados de baixa enquanto aguardavam o retorno para o Brasil. O documento entregue aos combatentes extinguiu as unidades militares que compunham a FEB e as colocavam à disposição da 1ª Região Militar até que fossem dadas a elas novo destino. Exonerados das atividades junto ao corpo expedicionário, a última ordem a cumprir era retomar a vida e seus antigos empregos. Os militares de carreira e os reengajados, dentro do Exército nacional,

¹⁴⁰Ibdem, p.89.

¹⁴¹ CALDAS, Mirandolino. **O Posto Avançado de Neuropsiquiatria da FEB**. Rio de Janeiro, Biblioteca Militar, 1950. Apud MAXIMIANO, César Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010.p. 69.

¹⁴² É possível ler o Aviso Ministerial na íntegra em: SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989. p. 337.

alocados em diferentes unidades e, os civis, desempenhando as funções realizadas antes de partirem para o *front* europeu.

A atitude tomada pelo governo brasileiro foi criticada por autoridades militares estadunidenses que tinham outros planos para a Divisão, tais como mantê-la atuando junto às forças americanas de ocupação da Europa e implantar uma reorganização do Exército brasileiro através dela¹⁴³. De acordo com César Campiani Maximiano, a decisão foi também mal recebida por muitos pracinhas. É preciso considerar que fazer parte de um regimento possibilita a criação de laços de cumplicidade entre os indivíduos que, neste caso, acabaram nutrindo pela FEB um sentimento de pertencimento. Muitos cidadãos-soldados acostumaram-se a ser militares e não queriam voltar a exercer suas antigas atividades profissionais da vida civil. Sendo assim, é compreensível a indignação frente a ordem para que fossem imediatamente dispensados e retomassem à vida normal do país¹⁴⁴.

No tocante aos oficiais da FEB, os únicos que receberam o direito de ser automaticamente incorporados ao Exército nacional, havia aqueles que se sentiam desconfortáveis em servir a antiga instituição, sobretudo, porque já não se identificavam com o grupo que havia ficado no Brasil¹⁴⁵. Sendo assim, o número de interessados em continuar na carreira militar foi pequeno. Contribuiu sobremaneira para isso o fato de que a maioria dos componentes da FEB eram cidadãos-soldados, que acostumados com a vida civil, que ao vivenciarem o serviço militar durante perigo tão iminente ansiavam para se verem livres de tais obrigações¹⁴⁶.

De volta ao Brasil, o processo de reintegração social e profissional dos expedicionários foi, portanto, uma realidade exaustiva e, em alguns casos, trágica. Diferente de outros países, o governo brasileiro não havia desenvolvido uma política de assistência visando amparar socialmente seus ex-combatentes, oferecendo-lhes auxílio médico e psicológico, tampouco tomou medidas que garantisse suporte profissional para atender esse grupo no pós-guerra.

¹⁴³ MCCANN Frank D., FERRAZ, Francisco César Alves. A participação de brasileiros e norte-americanos na Segunda Guerra Mundial. Tradução de Beatriz Meneguetti. In: MUNHOZ, Sidnei J., SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (Orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2011. p. 146.

¹⁴⁴ MAXIMIANO, César Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010. p. 349

¹⁴⁵ FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012.

¹⁴⁶ Idem.

Antes da criação da FEB, a última vez que o Brasil tinha realizado mobilização de homens que não eram militares regulares para participar de um conflito armado havia sido durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Entretanto, ao contrário de outras nações que, a partir de experiências anteriores buscaram aprimorar suas políticas de assistência a favor dos ex-combatentes, o Brasil, que no século XIX deixou desamparados aqueles que haviam se sacrificado pela pátria, repetiu a conduta em 1945 e, dessa maneira, não cumpriu com os benefícios prometidos ao grupo no momento do recrutamento.

Todavia, se o governo brasileiro no pós Segunda Guerra Mundial se mostrou mais uma vez negligente no quesito reintegração, por outro lado, se preocupou em evitar a ascensão de figuras militares nesse período, algo que ocorreu quando o país se envolveu no conflito anterior e que transformou profundamente o quadro político brasileiro. Isso explicaria, inclusive, o porquê do cuidado na escolha dos comandantes da FEB e sua imediata dissolução¹⁴⁷.

De acordo com Francisco Ferraz, os Estados Unidos se transformaram em exemplo de país no qual foram bem sucedidas as medidas adotadas com o propósito de minimizar os efeitos trágicos provocados pela ausência de uma reintegração social e profissional para veteranos de guerra. Lá foi criado, entre outras iniciativas, um conjunto de leis conhecido como *G. I. Bill of Rights* que, de modo geral, consistia em um respaldo legal que concedia financiamentos especiais para custear ensino superior e imóveis residenciais para ex-combatentes do país¹⁴⁸.

É pertinente enfatizarmos que dois fatores foram fundamentais para a conquista de tais direitos nos Estados Unidos. O grande número de famílias atingidas diretamente pela guerra, já que o país enviou milhões de combatentes para os campos de batalha no último conflito mundial e o fato de que tais combatentes pertenciam a diversas classes sociais. Isso, sem dúvida, tornou as reivindicações e a reintegração mais abrangentes.

¹⁴⁷OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015.;FERRAZ, Francisco César Alves. Tão próximos, tão distantes: o pós-guerra dos ex-combatentes do Brasil e dos Estados Unidos. In: OLIVEIRA, Dennison de. (Org). A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: estudos e pesquisas - **Anais do II Seminário de Estudos sobre a Força Expedicionária Brasileira**. Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército. Curitiba: [s/n], 2011. p.41-49.

¹⁴⁸OLIVEIRA, Dennison de. (Org). A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: estudos e pesquisas - **Anais do II Seminário de Estudos sobre a Força Expedicionária Brasileira**. Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército. Curitiba: [s/n], 2011. p.41-49.

Se compararmos tal realidade com a encontrada no Brasil em 1945, perceberemos uma grande diferença. Apesar de significativo o número de brasileiros enviados para atuar na Itália, pouco mais de vinte e cinco mil homens, a quantidade de famílias atingidas era pequena em relação ao total de habitantes do país na época. Somado a isso, devemos considerar que durante muito tempo no Brasil o serviço militar esteve relegado às camadas mais pobres da sociedade. Esta possuía pouca instrução escolar o que, conseqüentemente, prejudicava a reinserção no mercado de trabalho e a plena consciência de sua cidadania. Assim, ao final da guerra tivemos basicamente apenas uma classe social lutando por direitos também de uma minoria.

As autoridades e a população brasileira, inclusive familiares dos pracinhas, não estavam preparadas para voltar a conviver com o grupo marcado por uma experiência de guerra. Faltava por parte dos que ficaram em solo brasileiro compreender que aqueles que retornavam já não eram os mesmos, mas traziam marcas visíveis e invisíveis dos dias que viveram em meio aos horrores do conflito. Apesar da pompa com a qual foram recebidos os membros dos dois primeiros escalões da FEB quando regressaram ao país, não tardou até a população brasileira se cansar dos seus “heróis”. A longo prazo a situação só piorou, o interesse em ouvir as memórias da guerra foi arrefecendo, faltava-lhes ouvintes, orientações, empatia.

No tocante a reintegração profissional, para os que optaram por continuar na carreira militar apostando que a experiência na guerra os ajudaria a alcançar patentes mais elevadas, a opção se mostrou frustrante. O “exército da FEB” não foi bem recepcionado pelo “exército de Caxias”, pois os militares que compunham o Exército nacional e que ficaram guardando as fronteiras do país temiam perder espaço para o “grupo elitizado vindo da Itália” e, por isso, o tratava com rispidez. Tardou longos anos até que ambas as forças convivessem harmoniosamente¹⁴⁹.

Aqueles que buscaram retomar seus antigos empregos garantidos por lei foram constantemente vítimas de demissões justificadas pelas “neuroses de guerra”. Em situação difícil ficou também o grupo de ex-combatente enviados para o *front* em idade de aprender uma profissão. Estes ao retornarem ao Brasil tinham maiores

¹⁴⁹Idem.

dificuldades de adquirir emprego, pois lhes faltava experiência bem como cargos apropriados¹⁵⁰.

Cabe frisar que antes de serem enviadas à Europa as tropas foram submetidas a exames médicos, porém, no momento do retorno não houve o cuidado de submeter os ex-combatentes a novos exames que pudessem comprovar sua capacidade efetiva de reassumir suas funções no mercado de trabalho. Aqueles que tiveram seu estado psicológico abalado devido à dura realidade experimentada no *front*, bem como outros que, por conta de ataques durante as batalhas, ficaram com sequelas físicas caberia por lei o recebimento de assistência por parte do governo. Entretanto, para que esse direito fosse atendido era necessário manter boas relações com autoridades e utilizar de muita bajulação no intuito de conseguir vencer a grande burocracia estabelecida¹⁵¹.

Sem dúvida, um dos graves problemas enfrentados pelos veteranos da FEB foi em relação às leis de assistência. Apesar de encontrarmos decretos e leis federais, estaduais e/ou municipais desde 1942¹⁵² com o propósito de beneficiar o grupo e seus familiares, esses respaldos legais não contemplavam de maneira concentrada as múltiplas carências dos pracinhas e, pior, não eram cumpridos. A luta por direitos só seria definitivamente pacificada em 1988 por meio do 53º Artigo referente ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, presente na Constituição Federal¹⁵³. Ou seja, quarenta e três anos depois do retorno para o Brasil.

O atraso no cumprimento dessas leis permitiu que muitos veteranos morressem sem receber qualquer auxílio. A injustiça se consolidou graças a alguns motivos, entre eles, a falta de apoio político a causa dos ex-expedicionários. Mesmo com o Golpe de 1964 e a subida dos militares ao poder, a situação dos veteranos não obteve o destaque cogitado. A ausência de apoio popular, justificada entre outros fatores pela pequena quantidade de brasileiros envolvidos direta e indiretamente com a guerra se comparada com o número de habitantes do país em 1945 é igualmente relevante. Entende-se também que havia grande número de

¹⁵⁰FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012.

¹⁵¹MAXIMIANO, César Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010. p. 23.

¹⁵²MELLO, José Luiz Ribeiro (Comp.). **A Legislação do Ex-Combatente**. Rio de Janeiro: Editora Expedicionário LTDA, 1978.

¹⁵³Conferir Artigo 53 das Disposições Constitucionais Transitórias na Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: outubro de 2016.

veteranos analfabetos, pessoas simples advindas da zona rural ou pequenas cidades do interior que dificilmente tomavam conhecimento dos seus direitos e mesmo quando recebiam instruções lhes faltavam recursos financeiros para recorrer por eles no tribunal.

Somado a isso, essas leis não privilegiavam apenas os “veteranos”, quer dizer, os que atuaram na Itália, mas os “ex-combatentes”, entendidos como todos os militares que participaram da campanha do Brasil na Segunda Guerra, o que incluía, portanto, aqueles incumbidos de vigiar as fronteiras marítimas, aéreas e territoriais do Brasil. Dessa forma, o direito foi estendido para muitos, porém, era recebido por poucos, sobretudo por aqueles que se valiam dos apadrinhamentos. A extensão do benefício foi vista por muitos febianos como um desprestígio, ainda que tenha sido a única maneira de conseguir um grupo consistente de luta.

O cenário apresentado aos pracinhas no pós-guerra era desfavorável. A falta de conhecimento da população, o medo de perder o emprego para os veteranos, as confusões protagonizadas por alguns destes que, sem perspectivas após gastarem o soldo da campanha com divertimento nos centros urbanos, se deixaram levar por vícios e “vadiagem”, transformou-se em terreno fértil para a inveja e incompreensão, gerando e disseminando a partir daí, histórias que denegriam a imagem dos ex-expedicionários. Entre elas, a de que estes foram fazer turismo na Europa durante a Segunda Guerra Mundial¹⁵⁴.

Sobre a origem dessa história, é importante esclarecer que ela se propagou graças à prática adotada por muitos ex-expedicionários que diante de memórias tão chocantes e traumáticas sobre o cotidiano na guerra, preferiram concentrar-se em relatar as vitórias no *front*, os esporádicos momentos de diversão da tropa, os lugares famosos da Europa que devido à circunstância puderam visitar, entre outras situações mais agradáveis.

Isso ficou claro durante as entrevistas que realizamos com os dois veteranos da FEB. Ambos se estenderam ao relembrar as aventuras bem sucedidas em solo europeu, porém, quando questionados sobre o pior da guerra um silêncio se estabelecia, sendo rompido por respostas sucintas ou mudanças de assunto. Assim o Sr. João Lessa nos contou das pequenas regalias e oportunidades que usufruiu por servir junto ao Departamento Pessoal da FEB em Nápoles, longe, portanto, da

¹⁵⁴FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012.

linha de frente do combate. Em tom divertido contou que costumava circular pela cidade italiana, ora cumprindo ordens de seus superiores, ora com autorização destes, mantendo assim contato com a população local. Em um dos trechos da sua fala relembrou de como naquela época juntou dinheiro que, somado a seu soldo foi suficiente para na volta ao Brasil comprar um apartamento no Rio de Janeiro:

[...] a sede do Banco do Brasil é lá então eu vendia minhas coisas, minha, meu café. O capitão mandava eu comprar eu também pegava dele, mandava dinheiro pra ele, mas tirava também. Ninguém é bobo. Eu vou trabalhar pra ele? Quando eu cheguei aqui eu trouxe um dinheirinho que ainda deu pra comprar um apartamento na rua do correio, eu comprei um apartamento por duzentos mil cruzeiros, um apartamento bom. Depois eu não tinha juízo, não tinha nada ,a gente...quando eu vim de lá completamente tonto, eu não sabia, não tinha orientação, nada, joguei tudo fora¹⁵⁵.

Lessa foi um dos seduzidos pelo discurso temporário de “heróis da pátria”. Hoje reside com a esposa em uma casa na cidade de Nova Iguaçu, cujo local predileto é um quartinho repleto de objetos que remetem ao período que serviu a FEB mais de setenta anos atrás.

O outro ex-pracinha entrevistado, o Sr. Zamardile Leão Brasil afirmou com desdém que foi preso no Rio por ter agredido um policial dias depois de retornar da Itália. No início da entrevista ele fez gestos com as mãos que indicavam confusão em sua cabeça e deu a entender que teve problemas psicológicos por conta da guerra: “eu tive uns problemas... fiquei meio assim”, depois foi mais explícito: “[...] as vezes eu queria ficar dentro de casa, não queria ver ninguém, sabe? Não queria nem ver a luz do dia e não comia”¹⁵⁶. Junto do marido, dona Maria de Jesus Leão Brasil relembrou do seguinte episódio:

[...] Tava numa fazenda de uma colega que morava lá, eu tava grávida, eu saí, aí foram pra feira dia de sábado. Então tinha um pé de mangueira assim pra trás, aí eu disse: -vamo[sic] ali catar uns pés de mangueira. Aí ele pegou uma foice e saiu. Quando eu to lá debaixo da mangueira eu gaitei [sic] pouco, viu?! Aí vinha um avião longe, ele aí se apavorou, fez pontaria, pá, pá! Eu digo:- o que é, menino? -O alemão vem aí. Cala a boca, cala a boca! Dentro de casa os alemão já atacou ele não sei quantas vezes, ele ficou oi, meio... ficou de um jeito que era pra ta dentro de casa de porta fechada, ninguém falar e ele vendo os alemão[...] inda veio pra Aracaju e

¹⁵⁵ João Lessa. Entrevista concedida a autora em 25 de outubro de 2015. Nova Iguaçu. Rio de Janeiro.

¹⁵⁶ Zamardile Leão Brasil. Entrevista concedida a autora em 14 de dezembro de 2016. Aracaju. Sergipe.

ficou aqui na casa de uns parente, depois ele melhorou da cabeça, mas não era pra ninguém conversar dentro de casa nem arrastar o chinelo¹⁵⁷.

Apesar dos problemas de saúde enfrentados no pós-guerra, o Sr. Zamardile se mostrou muito lúcido em sua fala. Pareceu um pouco acanhado ao relembrar do período de traumas, revelou que passou por tratamento e isso hoje já não o incomoda mais. Em contrapartida, contou orgulhoso algumas de suas experiências diante dos inimigos alemães. Assim, o ex-soldado de linha de frente levantou do sofá e encenou como conseguiu sozinho tornar três alemães seus prisioneiros. Segundo ele, a emboscada feita de última hora durante uma patrulha lhe rendeu uma excelente recompensa:

[...] Aí o comandante disse: - você é de que companhia?

– Sou da quinta companhia do primeiro batalhão.

- Muito bem. Você fez uma coisa boa. Você vai passar um dia na cidade de Roma, cidade de turismo. Lá não gasta nada. Pode esperar que vai chegar o teu chamado. Você e outros por aí, não é você sozinho não.

- Tá certo. Foi com um tempo me chamaram. [...] prepare-se para você ir para Roma passar uns quinze dias lá, dançando, brincando. Eu era muito namorador, né!?¹⁵⁸.

Aparece uma nítida contradição na fala do ex-pracinha, a priori ele menciona um dia de descanso, depois quinze. Todavia, a veracidade do enredo contado não é crucial aqui, serve apenas para exemplificar uma das centenas de histórias contadas pelos ex-expedicionários no retorno para o Brasil e que culminaram na falsa versão segundo a qual os combatentes brasileiros atravessaram o Atlântico para se divertir.

Hoje sabemos que os pracinhas enfrentaram em território italiano uma dura guerra, mas que ganhou novas batalhas quando retornaram para solo natal, pois nem a sociedade civil nem as autoridades brasileiras estavam preparadas para voltar a conviver e prestar auxílio necessário ao grupo. Assim, o Brasil garantiu aos seus ex-expedicionários um pós-guerra traumático, marcado por incompreensões, injustiças e lutas que ao longo do tempo aflorou ressentimentos, ainda vigentes nos dias atuais entre os poucos que ainda estão entre nós.

No tocante aos ex-combatentes da Força do Exército que fizeram a proteção das fronteiras do Brasil durante a participação do país na Segunda Guerra e que

¹⁵⁷ Maria de Jesus Leão Brasil. Entrevista concedida a autora em 14 de dezembro de 2016. Aracaju. Sergipe.

¹⁵⁸ Zamardile Leão Brasil. Entrevista concedida a autora em 14 de dezembro de 2016. Aracaju. Sergipe.

também serão mencionados no decorrer do texto como integrantes das associações de ex-combatentes criadas, inclusive em Sergipe, compreende-se que apesar de enfrentarem perigos, a incidência de traumas entre eles foi menor. Há, porém, menos registros desse grupo na historiografia e sua trajetória de luta se confunde muitas vezes com a dos veteranos da FEB, já que os mesmos direitos jurídicos foram reivindicados e conquistados por ambos.

3 ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DE SERGIPE: REUNIR E LUTAR DEPOIS DA GUERRA

3.1 ASSOCIAÇÕES DE EX-COMBATENTES: A EXPERIÊNCIA DA SECÇÃO SERGIPE

Quando as associações de ex-combatentes se tornaram uma realidade brasileira, estas já eram velhas conhecidas de países como Estados Unidos, França, Inglaterra, Austrália e Alemanha, onde detinham grande força social e política. De acordo com Francisco Ferraz, tamanho poder foi fruto de um processo histórico desencadeado na segunda metade do século XVIII quando movimentos sociais se uniram para lutar a favor do cumprimento de direitos prometidos aos cidadãos-soldados convocados para defender a pátria. Esse tipo de reivindicação ganhou maior evidência no período entre guerras do século XX, devido ao envolvimento de várias nações em conflitos armados, sobretudo, de caráter mundial¹⁵⁹.

Nos países mencionados acima, responsáveis por enviar milhões de soldados para os campos de batalhas, as associações de ex-combatentes alcançaram notoriedade econômica, social e política no sentido que pressionavam os governos visando à concessão de empregos e pensões, auxiliavam na reintegração social dos soldados, bem como organizavam representações políticas para participarem mais de perto das decisões tomadas pelos dirigentes de seus países. No caso das associações brasileiras de ex-combatentes e veteranos, apesar de lutarem por esses mesmos direitos, estas não alcançaram tamanho êxito.

Sabe-se que o desejo de criar uma associação de ex-combatentes surgiu simultaneamente ainda na Itália em meio a vários círculos de expedicionários. A ideia inicial era poder reunir os expedicionários e manter vivo o laço de companheirismo e fraternidade alimentado entre eles durante a convivência no teatro de operações de guerra. Todavia, com as dificuldades encaradas pelos mesmos no pós-guerra, logo as Associações passaram a ser também compreendidas como espaços de lutas em defesa desse grupo.

Assim, posteriormente, tornou-se bastante vasta as funções desempenhadas pelas Associações. Cabia a elas além de promover o espírito de amizade e solidariedade mútua entre os ex-combatentes, representar os interesses do grupo diante das autoridades, oferecer, dentro de suas possibilidades, assistência social e

¹⁵⁹ FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012. p. 211.

jurídica, preservar a memória dos feitos dos brasileiros participantes da Segunda Guerra Mundial, valorizar o exercício da paz nacional e internacional.

Como existiam ex-combatentes pertencentes a todo o país, sedes da Associação de Ex-Combatentes do Brasil foram fundadas em várias cidades e, depois, unificadas por um estatuto eleito em 1946 durante a Primeira Convenção Nacional realizada em novembro no Rio de Janeiro¹⁶⁰. Cabe ressaltar que essas instituições estavam organizadas regionalmente e não por regimento, ou seja, agregam membros do mesmo estado ou região que na guerra não tinham servido necessariamente sob o mesmo comando e função. No tocante ao sistema de administração adotado pelas mesmas, seus representantes eram eleitos através de colegiado e ocupam os cargos pelo espaço de tempo determinado por estatutos internos que variam entre si¹⁶¹.

Acompanhando o surgimento de associações de ex-combatentes pelo país, em 21 de outubro de 1946 foi fundada em Aracaju, durante cerimônia realizada no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE), a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, seção Sergipe que foi extinta quase sessenta e nove anos depois, em julho de 2015¹⁶². É importante ressaltar que há uma divergência no tocante a data de criação da mesma. Seu regimento interno aprovado em 1976 afirma que esta foi fundada em 25 de outubro de 1948¹⁶³. No entanto, em 2011 seus documentos timbrados apontavam que ela teria nascido no dia 25 de outubro de 1946¹⁶⁴. A edição do dia 23 de outubro de 1946 do jornal *Diário de Sergipe* já cita a reunião no IHGSE que deu origem a Associação dos Ex-Combatentes em Sergipe¹⁶⁵. Além disso, tivemos acesso a um inquérito de 1947 que traz um recorte de outro jornal sergipano onde consta que a reunião entre os combatentes no

¹⁶⁰ É possível conferir o estatuto através do seguinte endereço: <<http://assocexcombd.f.xpg.uol.com.br/estatuto.pdf>> Acesso em janeiro de 2017.

¹⁶¹ Idem

¹⁶² A última ata de reunião realizada na associação é datada de fevereiro de 2015, porém, em entrevista a ex-secretária Claudete Santos Dantas e o filho do último presidente da instituição, Tulio Azevedo Faro, afirmam que ela permaneceu aberta até julho de 2015 quando foi definitivamente fechada e teve parte do seu acervo doado ao 28º Batalhão de Caçadores de Aracaju (28º BC). Cf.: Entrevistas concedidas a autora em 07 de outubro de 2016 e 11 de maio de 2016, respectivamente.

¹⁶³ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SEÇÃO DE SERGIPE. **Regimento Interno**. Aracaju-SE, 1977. p.03.

¹⁶⁴ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SEÇÃO DE SERGIPE. **Trajetória bélica da Força Expedicionária Brasileira – FEB, no território italiano, por ocasião da 2ª Guerra Mundial**. Aracaju-SE, 14 de outubro de 2011.

¹⁶⁵ Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Seção de Sergipe. **Diário de Sergipe**. Ano V. Nº 1.339. Aracaju, 23 de outubro de 1946.p. 1.

IHGSE foi realizada aos 21 dias de outubro de 1946 ¹⁶⁶. Diante disso, preferimos tomar como data de fundação esse primeiro dia de encontro e decisão do grupo. Por outro lado, consideramos a hipótese de que o dia 25 de outubro de 1946 tenha sido a data de registro da Associação junto aos órgãos legais e que o dia 25 de outubro de 1948 seja um erro de digitação ou signifique que a instituição fechou e reabriu.

Quando iniciamos em 2012 a pesquisa sobre os pracinhas sergipanos, não se sabia onde ficava localizada a sede da Associação que era, portanto, popularmente desconhecida. Tal experiência de dificuldade, reforça o argumento defendido a longa data pela historiografia nacional que afirma que o interesse sobre a participação dos brasileiros na Segunda Guerra, o que inclui as associações criadas posteriormente pelos veteranos e ex-combatentes, são restritos aos familiares, amigos desse grupo e uma pequena parcela de outros aficionados pelo tema.

Sem dúvida essa ideia se aplica ao caso sergipano, pois, embora haja forte ligação desse estado com o conflito mundial devido aos torpedeamentos de cinco navios nacionais pelo submarino alemão U-507 no litoral entre Sergipe e Bahia que resultou na declaração de guerra do Brasil aos países formadores do Eixo, o assunto foi relegado durante muito tempo pelos historiadores locais. A primeira iniciativa que se propôs abordar a participação dos sergipanos no conflito mundial veio à luz em 1973 no momento em que João Pires Wynne reuniu em uma parte do livro *História de Sergipe* informações sobre o ataque ocorrido na costa sergipana em 1942. Desse modo, de maneira sucinta o autor descreveu as negociações entre o Brasil e as potências em guerra que culminaram no ataque do submarino U-507, apresenta listas detalhadas contendo nomes dos mortos e sobreviventes das embarcações afundadas na tragédia, depoimentos de náufragos compilados da imprensa periódica e tabelas elencando os sergipanos posteriormente enviados para o *front*. Trata-se assim de um registro importante, contudo, concentra uma narrativa dos acontecimentos mais descritiva do que crítica¹⁶⁷.

Quase duas décadas depois Maria Nely dos Santos escreveu *A Participação de Sergipe na II Grande Guerra*. O estudo condensa informações sobre os motivos que levaram o Brasil a entrar no conflito mundial ao lado dos Aliados, a maneira como os sergipanos receberam a notícia da agressão realizada pelo U-507, a

¹⁶⁶ARQUIVO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE. **Inquérito Militar Luiz Vieira Lima (1947-1949)**. Documento 2532, Caixa 05. Aracaju/SE, 1947-1949.

¹⁶⁷WYNNE, J. Pires. **História de Sergipe**. V. 02. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973.

criação da FEB e suas operações militares e, semelhante a João Pires Wynne, também traz várias listas, inclusive, dos sergipanos que fizeram parte do corpo expedicionário. No caso destes últimos, os nomes dos indivíduos vinham acompanhados de número do RG e grau de patente e foram divididos e elencados de acordo com a arma¹⁶⁸ a qual pertenciam dentro do Exército. A pesquisa de Santos merece destaque pelo pioneirismo em dedicar uma obra inteira à temática, nos oferece valiosos subsídios para novas pesquisas, entretanto, no decorrer de suas páginas a autora deixa evidente sua intenção em prestar uma homenagem póstuma a militares sergipanos que participaram ativamente da guerra, tal abordagem apologética e maniqueísta acaba prejudicando um caráter mais analítico dos fatos¹⁶⁹.

Nos últimos anos, porém, é certo que houve no âmbito local um significativo aumento de pesquisas acadêmicas de fôlego contemplando o envolvimento de Sergipe naquele que foi o maior conflito armado do século XX. Entre os trabalhos mais recentes que, por sua vez, concentram versões mais minuciosas e críticas, cabe destacar as obras *Dias de Luta: Sergipe na Segunda Guerra Mundial*; “*A guerra já chegou entre nós!*”: *o cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942/1945)*; *Pracinhas Sergipanos na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)*; *O caso Nelson de Rubina: guerra e cotidiano em Aracaju (1942-1943)*; e *Segunda Guerra: histórias de Sergipe* que apresentam estudos referentes a experiências cotidianas vividas pelos sergipanos, sobretudo os moradores da capital Aracaju, durante o período de 1939 a 1945¹⁷⁰.

¹⁶⁸No Exército Brasileiro os militares são divididos em Armas, Quadros e Serviços de acordo com a especialidade e a área de atuação escolhida pelo indivíduo ou designada a ele. No tocante as Armas elas se subdividem entre as Armas-Base (Infantaria e Cavalaria) e as Armas de Apoio ao Combate (Artilharia, Engenharia e Comunicações). Segundo Celso Castro cada arma possui um “espírito” que exige determinadas características de conduta e personalidade por parte daquele que a escolhe. Maiores informações Cf. CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. p. 55-104. E no site do Exército brasileiro: www.eb.mil.br Disponível em: <http://www.eb.mil.br/armas-quadros-e-servicos> Acesso em: 30/05/2016.

¹⁶⁹SANTOS, Maria Nely dos. **A Participação de Sergipe na II Grande Guerra**. São Cristóvão/SE: UFS/PDPH, s/d. Mimeo.

¹⁷⁰MAYNARD Andreza Santos Cruz; MAYNARD Dilton Cândido Santos. **Dias de Luta: Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Iluminária, 2011.; CRUZ, Luiz Antônio Pinto. “**A guerra já chegou entre nós!**”: **o cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942/1945)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012. (Dissertação de Mestrado).; e OLIVEIRA, Marlíbia Raquel de. **Pracinhas Sergipanos na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2013 (Monografia).; BARROS, Maria Luiza Pérola Dantas. **O caso Nelson de Rubina: guerra e cotidiano em Aracaju (1942-1943)**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2015 (Monografia); e MAYNARD Andreza Santos Cruz.; BARBOSA, Caroline

Todavia, no tocante a saga dos ex-combatentes sergipanos, bem como da Associação de Ex-Combatentes criadas posteriormente por eles e pelos veteranos da FEB residentes no estado, nos deparamos ainda com enormes lacunas. As informações contidas nesta dissertação sobre o grupo e a instituição possuem, inclusive, caráter inédito, haja vista não termos encontrado nenhum trabalho escrito que se refira a ambos. Neste sentido, compreendemos que as histórias e lutas vividas por muitos desses indivíduos, por vezes compartilhadas dentro da Associação, permanecem guardadas na memória dos poucos que ainda resistem ao tempo, de seus familiares e amigos, longe, porém, dos olhares e ouvidos da sociedade contemporânea.

Uma das razões para a situação de anonimato da instituição Associação de Ex-Combatentes de Sergipe foi talvez o fato de que a mesma mudou três vezes de endereço. A inexistência de um prédio seu impossibilitou, por exemplo, que a sociedade reconhecesse a Associação como parte da memória coletiva da cidade de Aracaju. Ocorre que a secção sergipana da Associação de Ex-Combatentes do Brasil nunca possuiu um imóvel próprio, ao longo de sua existência ocupou espaços emprestados, seja por autoridades políticas do Estado ou por um dos sócios da própria instituição, algo registrado na última década.

A priori, ela funcionou nas dependências do IHGSE. Em ata do dia 07 de novembro de 1998, o presidente da Associação da época e ex-integrante da FEB, o Major Aloísio Tavares Santos, teria afirmado que quando assumiu a presidência da instituição em 1962 seu grande propósito era conseguir uma sede definitiva para a mesma:

[...]. A minha primeira preocupação foi a que encontrássemos um local definitivo onde fôssemos instalados. Foi uma luta sem tréguas, pelas dificuldades encontradas, especialmente pelo Sr. governador do Estado, Paulo Barreto de Menezes, que ao ser abordado, ficou estarrecido em ouvir o meu pedido de uma sala para que funcionasse a Associação uma vez que se localizava na Secretaria de Saúde [...] ¹⁷¹.

Apesar de ter sido redigida um tanto confusa, a fala atribuída a Aloísio Tavares Santos nos indica que o pedido foi feito entre 1971 e 1975, pois este foi o período em que Paulo Barreto de Menezes (1925-2016) ocupou, através de votação indireta,

Alencar.; MAYNARD Dilton Cândido Santos (Orgs.). **Segunda Guerra: histórias de Sergipe**. Recife: EDUPE, 2016.

¹⁷¹ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 07 de novembro de 1998. p.40-41.

o cargo de governador de Sergipe. Adiante, o texto da ata nos deixa saber que após entraves a solicitação foi atendida:

[...] tivemos o prazer de receber a autorização de uma sala na Secretaria de Saúde, em precárias condições de ser ocupada, pois era local de marginais. Enfim, depois de conseguida tivemos o prazer de inaugurá-la em presença do Sr. governador e de outras autoridades aonde tive o prazer de dizer ao Sr. governador, os obstáculos que ele nos ofereceu para nos ceder esta sala. [...]"¹⁷².

A secretaria referida acima era a Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe¹⁷³, que fica no Palácio Serigy, localizado em uma esquina movimentada no centro de Aracaju. Nos anos 1970 o prédio era compartilhado com outras instituições públicas e a sua entrada lateral que ficava na Rua José do Prado Franco, nº 468, dava acesso ao espaço ocupado pela Associação no primeiro andar. Atualmente, a referida rua é denominada João Pessoa e apesar da porta lateral ainda existir, para entrar na parte interna do prédio a partir dela é preciso passar pela portaria principal que fica de frente para a Praça General Valadão.

Sem querer adentrar na polêmica discussão de juízo de valor, quando o Major afirmou que a sala concedida era “local de marginais”, provavelmente estava se referindo aos indivíduos frequentadores da área após o horário de expediente. Como em décadas atrás, o entorno do prédio que sedia a Secretaria de Saúde do Estado continua abrigando forte comércio de dia e à noite se transforma em zona de prostituição e consumo de drogas. Isso justificaria os sócios da Associação de Ex-Combatentes de Sergipe precisarem do serviço de um vigilante. Este foi apresentado nas atas pelo nome de Ezequiel e recebia uma ajuda de custo pelo seu trabalho. Na entrevista concedida por Gicelda Maria de Souza, colaboradora da Associação e filha de um ex-expedicionário sócio da mesma, o Sr Joaquim de Souza Neto, ela relembra que o Sr. Ezequiel era um aposentado que se tornou sócio e passou a vigiar de forma espontânea a sede, chegando praticamente a residir no local durante a gestão do presidente Aloísio Tavares Santos¹⁷⁴.

¹⁷² Idem.

¹⁷³ Ao longo dos anos, o prédio onde funcionou a primeira sede da Associação de Ex-Combatentes de Sergipe passou por algumas reformas e a nomenclatura da rua que o abriga também sofreu alterações. O endereço atual é Edifício Serigy - Praça General Valadão, 32. Cf.: www.agencia.se.gov.br Disponível em: <<http://agencia.se.gov.br/noticias/saude/palacio-serigy-ganha-reforma-externa-e-iluminacao-especial>> Acesso em maio de 2016.

¹⁷⁴ Gicelda Maria de Souza. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 12 de janeiro de 2017.

De acordo com uma de suas atas, a inauguração da sede da Associação de Ex-Combatentes de Sergipe no prédio da Secretaria de Saúde do Estado se deu em 1975¹⁷⁵. Infelizmente não encontramos outros registros que nos permitam saber mais a respeito desse evento. Por outro lado, podemos afirmar que Associação permaneceu funcionando neste endereço até julho de 2006. Antes disso, na reunião do dia 05 de abril de 2003, o então presidente Sizenando Azevedo Faro informou aos companheiros que recebeu um ofício proveniente da Secretaria de Saúde que propunha arranjar outro local para instalar a sede da Associação. Houve alvoroço diante da notícia, os presentes se mostraram preocupados e resistentes a suposta mudança de sede. O presidente tentou acalmar os ânimos, mas alertou: “o documento que nós temos foi doado pelo Sr. governador Paulo Barreto de Menezes, e este documento diz: caso a Associação esteja em comum acordo, poderá haver mudanças”. Questionado por outro sócio se tal documento tinha valor legal, a intrigante pergunta fica, pelo menos nesta ata, sem resposta e a discussão é transferida para a próxima reunião¹⁷⁶.

No mês seguinte, foi realizada uma votação entre o grupo que decidiu permanecer com sua sede e dar o assunto como encerrado¹⁷⁷. Entretanto, este ressurgiu em 06 de setembro de 2003, quando o presidente da Associação informou que representantes da Secretaria de Saúde continuavam insistindo para que os ex-combatentes trocassem de sede e, assim, ele havia visitado naquela semana um imóvel na Rua Lagarto, centro da capital sergipana, que o teria agradado. Combinou de retornar ao local acompanhado de outros sócios para que estes também pudessem avaliar a proposta¹⁷⁸. A discussão perdurou nas reuniões seguintes, a Secretaria chegou a disponibilizar corretores para ajudar os ex-combatentes a encontrarem outro local para a Associação, contudo, a sugestão era que esta custeasse as despesas com aluguel, algo que revoltou os sócios. Estes se sentiam injustiçados, pois, compreendiam que o sacrifício feito em prol da pátria não gerou respeito e gratidão por parte da sociedade¹⁷⁹.

¹⁷⁵ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 12 de agosto de 2006. p. 97-98.

¹⁷⁶ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 05 de abril de 2003. p. 68-69.

¹⁷⁷ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 03 de maio de 2003. p. 69.

¹⁷⁸ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 06 de setembro de 2003. p. 73-74.

¹⁷⁹Ibidem, p.74 e 86.

A situação de incerteza se arrastou por pouco mais de três anos. O grupo formado por veteranos e ex-combatentes continuou normalmente com suas atividades na sede e parecia obstinado a permanecer nela até quando decidiu se mudar para a sala 103 cedida pelo filho do presidente Sizenando Azevedo Faro e, localizada também no centro de Aracaju, dentro de um imóvel comercial na Travessa Benjamin Constant, nº 98. A ata da primeira reunião realizada na nova sede e, datada de 12 de agosto de 2006, aponta que o documento de doação do espaço ocupado na Secretária de Saúde do Estado só assegurava a sobrevivência da Associação naquele prédio, não havia, portanto, obrigatoriedade de concessão de sala em outro órgão público estadual¹⁸⁰. Gicelda Maria de Souza explica que o documento afirmava que os ex-combatentes poderiam ocupar o prédio da Secretaria de Saúde por tempo indeterminado e que se não fosse esse aparato legal provavelmente eles teriam sido expulsos de lá:

[...] Se não tivesse eles teriam saído numa boa, numa boa se entende, expulso pelos próprios é..., pessoas que foram ocupando esses últimos cargos políticos [...]Muitas vezes quando eles passaram a pressionar aí o, por exemplo, eles [os ex-combatentes]aí tomavam uma providência e iam até o 28, aí lá o comandante da época ia ter uma conversa na Secretária e aí eles se aquietavam [...]Várias vezes quando eles fizeram essas tentativas o Sizenando ia lá e tinha uma conversa com o secretário da saúde, aí ele ficava quietinho, entendeu?Porque ele não entendia, quando passava a entender o problema aí já recuava, porque tinha outros lá que não tinham conhecimento de nada que ficavam fazendo uns boicotes com eles [...]a ponto de até um cadeado do portão eles mudarem o cadeado, entupir o cadeado de coisas, danificar o cadeado da própria Associação, na hora em que eles iam passar o cadeado não conseguiam entrar [...], fechar uma bomba de água que funcionava lá em cima, entendeu? Isso aconteceu. Aconteceu e ele chegou a ir falar com o secretário da Saúde do que estava acontecendo dentro do prédio. Realmente eu vi essa falta de respeito [...]”¹⁸¹.

Ainda segundo Gicelda Maria de Souza, “[...] a Secretaria queria porque queria aquela parte [o espaço ocupado pela Associação]. Infelizmente, sei lá, o povo daqui não tinha essa cultura de ex-combatente, de valorizar não, então eles aprontavam [...]”¹⁸². Diante das ações de sabotagem, da falta de reconhecimento e mau convívio entre ex-combatentes e empregados da Secretária de Saúde, se mudar parecia a melhor solução. Entretanto, o principal motivo levado em consideração para a

¹⁸⁰ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 –12 de agosto de 2006, p. 97-98.

¹⁸¹ Gicelda Maria de Souza. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 12 de janeiro de 2017.

¹⁸² Idem.

transferência é que a nova sede não possuía escadas, o que facilitaria o acesso dos ex-combatentes, já que devido à idade avançada do grupo, a maioria subia os degraus do prédio pertencente ao Estado com dificuldade, enquanto outros já não aguentavam o esforço.

Sendo assim, a novidade foi bem acolhida, mas, a princípio, é certo que o novo ambiente causou estranheza aos associados, pois, comparado ao antigo endereço, onde a Associação ocupava pelo menos duas salas e um auditório no primeiro andar¹⁸³, a sala 103 era minúscula. Por conta disso, ela não pôde acomodar todos os bens materiais acumulados pela instituição que em um levantamento afirmava possuir: 1 armário vertical e 1 fichário com gavetas, 5 mesas pequenas e 1 grande de reunião, 11 cadeiras de encosto, 63 poltronas de auditório, 5 birôs, 1 escada, 1 banquinho alto para assinaturas, 2 ar condicionados, 1 bomba de puxar água, 1 televisão e 1 geladeira. O destino dado aos itens listados não fica claro nas atas, porém, Gicelda afirma que o que não coube na nova sede foram doados ou deixados no antigo imóvel¹⁸⁴.

A sede mudaria ainda uma última vez. De abril de 2012 até o fim da instituição em 2015, o grupo passou a ocupar outra sala comercial, dessa vez na Rua Senador Rolemberg, nº 569, bairro São José em Aracaju. O local também pertencia ao filho do Sr. Sizenando Azevedo Faro, Tulio Azevedo Faro, e fora emprestado por este¹⁸⁵. A possibilidade de pedir um espaço público pertencente ao município de Aracaju para abrigar a associação chegou a ser cogitada, a ideia, porém, não foi aceita, pois diante do pequeno número de sócios frequentadores das reuniões, a maioria achava que o pedido não seria acatado, logo, não valia a pena o esforço ou possível chateação¹⁸⁶. Cabe notar ainda que, a cada mudança havia o cuidado por parte do grupo de comunicar as instituições parceiras, antigos sócios, bem como autoridades políticas e militares a respeito do novo endereço.

Em suas duas últimas décadas de existência, a Associação de Ex-Combatentes de Sergipe possuiu apenas dois presidentes: Aloísio Tavares Santos e Sizenando Azevedo Faro. Sabemos que de maio de 1996 a julho de 2002 o cargo foi

¹⁸³ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 07 de novembro de 1998. p.40-41.

¹⁸⁴ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 12 de agosto de 2006, p. 97-98.

¹⁸⁵ *Ibidem*, p. 169-171.

¹⁸⁶ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 01 de dezembro de 2012. p. 179-180.

ocupado por Aloísio Tavares Santos, que já era 3º sargento quando viajou para o *front* italiano e, de volta ao Brasil, alcançou a patente de Major. Com a morte deste em 2002, o então vice renunciou e Sizenando Azevedo Faro foi eleito para assumir a presidência da Associação. Permaneceu no comando da mesma até seu encerramento em 2015 e foi, segundo os entrevistados para essa pesquisa, grande entusiasta dos direitos dos ex-combatentes e da sobrevivência da secção sergipana da Associação¹⁸⁷.

Nascido em 28 de julho de 1923 no povoado Borda da Mata, localizado no município de Nossa Senhora das Dores, Sizenando foi um dos sergipanos voluntários a incorporar as fileiras da FEB. No pós-guerra, seu gosto pelos estudos fez com que fosse aprovado em um concurso para auditor do Ministério da Fazenda, hoje Receita Federal. Anos depois formou-se em Direito, mas só exerceu a profissão após aposentar-se do emprego federal. Como advogado previdenciário atuou em várias causas a favor dos veteranos e ex-combatentes¹⁸⁸. O orgulho pela própria trajetória fica claro em um documento proveniente da Associação, onde se pode ler na última página:

Atenciosamente, com os cumprimentos de **Sizenando Azevedo Faro**, como:

- veterano da Força Expedicionária Brasileira – F.E.B.
- Presidente da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Seção de Sergipe;
- Bacharel em Direito- Advogado militante;
- Auditor Fiscal do Ministério da Fazenda, por Concurso Público a nível nacional;
- 1º Tenente da Reserva Não Remunerada (Lei nº 4.767, art. 9, § único)
- Um dos colaboradores para a existência da legislação de amparo aos Ex-Combatentes e família, inclusive com sugestões para emendas à Constituição Federal, tendo feito sustentação em defesa oral perante o Congresso Nacional em Brasília¹⁸⁹.

Nas palavras de seu filho, Túlio Azevedo Faro:

Meu pai teve um período que ele foi transferido para Brasília, por conta de ser auditor da Receita Federal. E ele foi pra lá, trabalhar em Brasília, isso nos anos sessenta. Na verdade, o nome não era ainda Receita Federal era Ministério da Fazenda. Ele era auditor do Ministério da Fazenda, posteriormente foi criada a Receita Federal e ele passou a ser auditor da Receita Federal. Mas, muito bem, então como auditor do Ministério da

¹⁸⁷ Segundo os entrevistados com exceção do Sr. João Lessa Matos que afirmou não conhecer o Sr. Sizenando Azevedo Faro.

¹⁸⁸ Tulio Azevedo Faro. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 11 de janeiro de 2017.

¹⁸⁹ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Trajetória bélica da Força Expedicionária Brasileira – FEB, no território italiano, por ocasião da 2ª Guerra Mundial**. Aracaju-SE, 14 de outubro de 2011.

Fazenda lá em Brasília, ele, juntamente com outros colegas ex-combatentes, que na época eram deputados e senadores, elaboraram essa legislação específica que até hoje beneficia os ex-combatentes. Ele teve uma participação muito grande mesmo nisso¹⁹⁰.

A contribuição dada na feitura e ampliação das leis de amparo aos ex-combatentes e seus familiares era com frequência citada por Sizenando Azevedo Faro e, pelo menos uma dessas vezes, isso foi registrado na ata de reuniões do grupo que traz: “[...] Ainda o Sr.Presidente, diz que a Associação dos Ex-Combatentes, sente-se orgulhosa por ter colocado artigos em nossa Constituição, em favor de seu pessoal.”¹⁹¹. Os resquícios do engajamento com essa legislação permanecem na última sede da Associação, guardados em um armário de metal. Consistem em aproximadamente quarenta processos judiciais defendidos por Sizenando Azevedo Faro e movidos entre os anos 2000 e 2015 por ex-combatentes e familiares destes que reivindicavam direitos, sobretudo pensões.

De acordo com Túlio Azevedo Faro seu pai cobrava honorários abaixo do recomendável no mercado a serem pagos no final do processo, que poderia durar anos, inclusive, teria havido casos ganhos em que os herdeiros beneficiados deram calote. O ex-pracinha Faro faleceu na tarde de 11 de junho de 2016. Veremos no capítulo seguinte que partiu dele a iniciativa para a maioria das políticas de memória praticadas pela Associação de Sergipe nos seus últimos anos.

A escolha do presidente, bem como daqueles que assumiram demais cargos administrativos da Associação de Ex-Combatentes de Sergipe, se dava por meio de eleições que, de acordo com o regimento interno da mesma, deveriam ser realizadas de forma bienal. Na prática, entretanto, em condições normais de vigência a chapa vencedora permanecia por mais tempo do que esse previsto. Observemos a tabela abaixo.

Eleições para Diretoria da Associação de Ex-Combatentes do Brasil, Secção de Sergipe	
Ano	Data
1996	14 de dezembro
1998	19 de dezembro
2002	05 de janeiro

¹⁹⁰ Tulio Azevedo Faro. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 11 de maio de 2016.

¹⁹¹ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 12 de agosto de 2006. p. 97-98.

2002	07 de dezembro
2005	08 de janeiro
2008	09 de fevereiro
2009	07 de março
2014	05 de abril

Fonte: Tabela criada pela autora a partir de dados levantados nas atas da Associação de Ex-Combatentes do Brasil, Secção de Sergipe¹⁹².

Os dados nos mostram que novas eleições não ocorriam rigorosamente a cada dois anos. Em 2002 até houve mais de uma assembléia por ano para eleger nova diretoria, isso devido à morte de presidente em exercício. Contudo, entre 1996-2015 prevaleceu a reorganização dos cargos administrativos entre o pequeno número de sócios ativos em detrimento às eleições oficiais.

A secretaria e a tesouraria, por exemplo, sofriam constantes mudanças de tutela. O motivo de tal atitude não foi explicado nas atas. Percebe-se ainda que, com o passar dos anos, a associação foi ficando menos rígida com seus estatutos, algo que se agravou a partir de 2011 quando se deu o encerramento do Conselho Nacional das Associações de Ex-Combatentes do Brasil, sediado no Rio de Janeiro.

Infelizmente, os documentos encontrados não nos permitem traçar um histórico de todos os presidentes da instituição estudada, mas, além dos dois últimos, sabemos quem foi o primeiro. O Tenente Damião Mendonça de Santana, ligado ao 28º Batalhão de Caçadores de Aracaju, assumiu o cargo no ano de criação da Associação, ou seja, em 1946. A indicação provavelmente se configurava em uma tentativa de aproximar os laços entre o exército e os ex-expedicionários, distantes na época.

É interessante observar que a primeira gestão da Associação de Ex-Combatentes de Sergipe foi formada por apenas um ex-expedicionário, Luiz Vieira Lima, ex-soldado da FEB que exercia a função de coordenador geral da instituição. Na época, Júlio de Araújo Dias, que integrou a Força do Exército e patrulhou o litoral brasileiro no período da Segunda Guerra era o responsável pela tesouraria, já José Waldson de Oliveira Campos, civil ligado ao Partido Comunista, foi eleito secretário. Esse quadro de gestores, entretanto, foi alterado em novembro de 1946 após a primeira Convenção Nacional dos Ex-Combatentes do Brasil que estabeleceu um estatuto para unificar todas as associações e uma das regras impostas na ocasião

¹⁹²ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2015.

era que a mesa diretora de cada uma das instituições deveria ser composta apenas por ex-expedicionários, os veteranos, portanto. Isso colocava os ex-combatentes da Força do Exército e da Marinha de Guerra em posição desprestigiada e, por isso, sofreria alterações posteriormente.

Neste sentido, nos últimos dezenove anos a secção sergipana da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil agregava veteranos e ex-combatentes. Não podemos afirmar se em algum período ela foi palco de rixas entre esses dois grupos, o pequeno número de sergipanos enviados a guerra, se comparado a outros estados do Sudeste, por exemplo, talvez tenha contribuído para uma harmonia entre os filiados. Nos documentos da instituição analisados não foram encontrados indícios de disputa, entretanto, devemos considerar que estes são contemporâneos, pertencem a uma época na qual os direitos dos ex-combatentes já estavam assegurados o que, sem dúvida, reduz a chance de discussões neste sentido. É pertinente, porém, observar que as comemorações realizadas na Associação, bem como as memórias compartilhadas pelo grupo estavam atreladas sobremaneira à atuação da FEB na Itália.

Encontramos, em quase vinte anos de atas apresentadas na Associação, apenas três menções a Força do Exército. Em uma delas, escrita em maio de 1998 foi dito de maneira vaga que um dos sócios havia feito comentários a respeito dos direitos das famílias daqueles que zelaram pela defesa do litoral brasileiro no período de guerra¹⁹³, nas outras duas, redigidas em 2010 foi mencionado uma discussão sobre as diferenças existentes entre as associações de ex-combatentes e as de veteranos da FEB¹⁹⁴. Uma delas explicitava:

O companheiro Carlos Moura pediu a palavra e mais uma vez falou sobre a diferença que existe entre as Associações de Ex-Combatentes com as dos Veteranos da FEB. E o presidente esclareceu ao companheiro que a nossa Associação sempre esteve empenhada em defender os direitos de todos, e que a Associação dos Veteranos da FEB apenas existe com a representação do companheiro Luiz Vieira Lima¹⁹⁵.

Tendo em vista que, como mencionado anteriormente, Luiz Vieira Lima foi um dos fundadores da Associação de Ex-Combatentes de Sergipe em 1946 e que em

¹⁹³ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014. p. 35-36.

¹⁹⁴Ibidem, p. 152-153.

¹⁹⁵ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 02 de outubro de 2010. p. 152.

2010, segundo consta na ata, o ex-pracinha era representante da Associação dos Veteranos da FEB, compreendemos que houve pelo menos uma tentativa de fundar em Sergipe uma sede da ANVFEB. Na internet, é possível encontrar uma nota que informa sobre a existência desta e aponta endereço, telefone e nome do seu presidente, no caso, Luiz Vieira Lima¹⁹⁶. Todavia, o número de telefone fornecido não completa as chamadas, já no suposto endereço em Aracaju não há nenhuma identificação e os moradores que residem no local nunca ouviram falar da mesma.

Na entrevista realizada com Gicelda Maria de Souza, a mesma afirmou que soube da existência da ANVFEB em Sergipe através de um de seus irmãos que reside em Belo Horizonte e que, por sua vez, recebeu a notícia durante uma de suas visitas a sede da ANVFEB localizada naquela cidade. Surpresa com a novidade, Gicelda relembra que foi esclarecer o assunto com seu pai, o febiano Joaquim de Souza Neto:

[...] Fui conversar com meu pai, aí meu pai começou a explicar que, realmente minha filha... Porque tinha as duas é tanto que ele [Luiz Vieira Lima] queria que a boina fosse azul. Meu pai chegou a comprar a boina azul, aí lá na outra associação chegou e disse, olhe você é quem sabe Joaquim, porque ele tá sozinho e o resto tá pra cá. E claro que meu pai não ia ficar com ele, até porque os negócios, os amparos estavam tudo na outra. [...] ¹⁹⁷.

A fala de Gicelda Maria de Souza evidencia uma característica marcante que oficialmente distinguem ex-combatentes e veteranos, a cor da boina usada em eventos. Os primeiros usam boina verde e os últimos, boina azul. Cabe ressaltar que na Associação de Ex-Combatentes de Sergipe tanto ex-combatentes quanto veteranos usavam boina verde, algo, sem dúvida, incomum, pois mesmo convivendo na mesma associação é de praxe prevalecer essa distinção na cor da boina. O fato de não haver diferença indica real união do grupo.

No tocante a uma secção sergipana da ANVFEB, sabemos muito pouco, as fontes encontradas não nos permitem afirmar se esta de fato existiu e chegou a consolidar-se com um quadro de sócios e uma estrutura física. Infelizmente não conseguimos localizar Luiz Vieira Lima ou seus familiares. Compreendemos que este

¹⁹⁶ [www.portalfeb.com.br](http://www.portalfeb.com.br/anvfef/sergipe/) Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/anvfef/sergipe/>> Acesso em novembro de 2016.

¹⁹⁷ Gicelda Maria de Souza. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 12 de janeiro de 2017.

ex-expedicionário não era sócio, pelo menos atuante, da Associação de Ex-Combatentes de Sergipe nas suas últimas duas décadas, porém, ele aparece em fotos de eventos militares promovidos pelo 28º Batalhão de Caçadores de Aracaju, o que indicia preocupação em preservar a memória da FEB, bem como o rompimento com a antiga Associação que ele ajudou a criar durante o pós-guerra imediato.

Sobre a quantidade e o perfil dos sócios que a Associação de Ex-Combatentes de Sergipe possuiu, apesar das duas ex-secretárias entrevistadas afirmarem que haviam documentos contendo informações sobre os mesmos, estes não foram encontrados no último prédio ocupado pela instituição nem em versão física, tampouco digital. As atas e os depoimentos orais obtidos nos fornecem alguns dados divergentes, ainda assim, importantes para compreendermos tal realidade.

Gicelda Maria de Souza, por exemplo, menciona dois livros de cadastros de sócios da Associação. Vejamos o trecho:

Assim, se for pela numeração total de sócios, do que eles cadastraram tinham aproximadamente, eu diria assim, uns setecentos e cinquenta [...]. Sim, mas que participava antes. Isso estava registrado lá por causa da numeração que eu vi no livro, entendeu?o cadastro que eles tinham dos sócios. [...] então eu tô falando já nos setecentos e alguma coisa, setecentos e cinquenta que já fui eu escrevendo, dando continuidade a esse segundo livro. [...]o nome, endereço, identificava dizendo quem era ele, se era da FEB, eles colocavam porque como era misto, né? Aí eles faziam isso, eu li, tinha escrito lá. E aqueles sócios contribuintes que era independente de profissão, entendeu?Então, tinha lá homem e mulher de todas as idades, tinha essa questão de idade não, tinha até de dezoito anos¹⁹⁸.

Para a ex-secretária de ata, a Associação ao longo de sua existência contou com aproximadamente setecentos e cinquenta sócios entre ex-combatentes, civis e militares pertencentes a faixa etária e gênero distintos. O regimento interno da Associação especifica os tipos de sócios permitidos dentro da instituição, eram eles: os efetivos, que eram todos aqueles que participaram da campanha do Brasil na Segunda Guerra incorporados em uma das três Forças Armadas nacionais; os cooperadores, que era qualquer pessoa que desejasse colaborar na associação; os beneficiários especiais, que eram os herdeiros de ex-combatentes mortos durante a guerra; os beneficiários, que eram os herdeiros de ex-combatentes falecidos depois da guerra; os fundadores que era o grupo que havia assinado a ata de fundação da Associação; e os remidos, “os sócios efetivos, cooperadores e beneficiários, que

¹⁹⁸ Idem.

pagarem no prazo de um ano, a quantia correspondente a 240 mensalidades (20anos).”¹⁹⁹. Além destes, nos últimos anos tornou-se comum a escolha de sócios honorários, geralmente, militares da ativa.

A secretária administrativa, Claudete Santos Dantas, relatou especificamente a quantidade de sócios enquadrados na categoria de efetivos, ou seja, aqueles que durante a Segunda Guerra desempenhavam funções junto a FEB, ao Exército, a Marinha ou a Aeronáutica brasileira:

Nós tínhamos lá de associados, assim, de ex-combatentes, nós tínhamos eram 296 associados. Não é que compareciam, entendeu como é? Nós tínhamos a relação. No caso, não eram nem associados, eram associados ex-combatentes. Mas aí era a minoria, nós tínhamos mesmo de contribuintes assim não chegavam nem a trinta, isso em 2005. Aí foram defasando, foram distanciando, distanciando, aí chegamos no final a sete. Sete chegavam a contribuir, sete, oito entre ex-combatentes, mas tinham viúva de ex-combatente que também tinham lá, né?²⁰⁰.

Claudete S. Dantas alega que, apesar de existir uma relação com 296 nomes distintos, poucos ex-combatentes contribuía e, sobretudo, participavam das reuniões na Associação sergipana. Somado a isso, haviam viúvas e outros familiares sócios que esporadicamente também contribuía e assistiam as reuniões. Sem dúvida, a inadimplência em pagar e comparecer a sede era um dos graves problemas que assombravam e corroboraram para o fechamento da mesma. Na ata da reunião do dia 07 de março de 1998 um membro da diretoria avisou com preocupação que seria pregado no mural da Associação uma lista contendo o nome de 343 sócios a ser excluídos do quadro de membros por não cumprirem com o pagamento de suas mensalidades. Em uma ata de 03 de abril de 2010 a questão também aparece: “outro assunto abordado foi a situação financeira da Entidade, que apesar de ter 77 sócios, apenas 18 cumprem com a sua mensalidade segundo informações do tesoureiro [...]”²⁰¹.

Os dados apesar de divergentes e avulsos retratam que nas últimas décadas a sede da Associação passou a receber público cada vez menor. A não visitação dos

¹⁹⁹ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Regimento Interno**. Aracaju-SE, 1977. p. 11-13.

²⁰⁰ Claudete Santos Dantas. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 07 de outubro de 2016.

²⁰¹ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2015. p. 143-144 e 32-33.

ex-combatentes evidenciava esquecimento ou desconhecimento do grupo e isso gerava pesar e revolta nos sócios atuantes que se mostravam mais apaixonados pela causa. A necessidade de preservação fez com que o grupo discutisse com maior frequência maneiras de angariar sócios para a instituição, gesto considerado por nós como política de memória.

3.2 REUNIÕES E ATAS: O RITUAL

Velhas conhecidas no mundo das reuniões, as atas constituem um instrumento burocrático eficaz para registrar ocorrências e resoluções tomadas numa assembleia. De acordo com o dicionário Houaiss, ata consiste em:

s.f. 1 registro ou resenha de fatos ou ocorrências verificadas e resoluções tomadas numa assembleia ou numa reunião de corpo deliberativo ou consultivo de uma agremiação, associação, diretoria, congregação etc. <livro de atas> 2 registro escrito de uma obrigação contraída por alguém 3 *fig.* relato, crônica. ETIM lat. *acta, órum* 'coisas feitas, obras, feitos, façanhas' [...] ²⁰².

Antes reunidas em um livro específico para essa função, hoje também realizadas em plataformas digitais, as atas ainda preservam certo grau de padronização entre si. Desse modo, ao ter contato com uma delas, espera-se encontrar um texto contínuo, escrito no pretérito perfeito do indicativo, com a descrição dos acontecimentos em ordem cronológica, sem rasuras, assinado, informando, além disso, o endereço da instituição a qual pertence aquele que a redigiu.

Geralmente ricas em detalhes, as atas são potenciais fontes históricas. Foi com essa perspectiva que buscamos aquelas pertencentes à Associação de Ex-Combatentes de Sergipe. Descobrimos que a instituição já não guardava todas elas, os livros de atas dos primeiros cinquenta anos não estavam na sede e, infelizmente nenhum dos entrevistados soube informar o paradeiro dos mesmos. Tivemos, porém, acesso a dois volumes referentes ao período entre maio de 1996 e janeiro de 2015, são duzentas e dez atas dos últimos dezenove anos. Ambos os livros possuem capa preta. Um deles, mais antigo, traz o símbolo da FEB colado na capa e está completamente escrito. O outro foi menos usado, apenas as primeiras cinco páginas que concentram cinco atas. Cabe lembrar que em tais livros apenas as

²⁰² **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa.** Versão 3.0. Editora Objetiva Ltda., 2009.

páginas e não as laudas vêm numeradas, portanto, cada página equivale a duas laudas ou faces.

As atas da Associação de Ex-Combatentes de Sergipe não são eximamente organizadas, os secretários criavam, conforme seus modos e vícios de redação, formatações particulares. Assim, elas variavam de tamanho, apresentavam parágrafos, abreviações, erros de português, rasuras e mesmo sendo comuns alertas como: “que a ata seja escrita com verbo no presente”²⁰³ as discrepâncias persistiram ao longo dos anos.

Tendo em vista as orientações dadas por Marc Bloch para o ofício do historiador, compreendemos que atas são testemunhos históricos voluntários²⁰⁴, logo, carregam interesses de um determinado grupo, no caso os ex-combatentes de Sergipe, que de modo consciente pretendiam por meio delas guardar suas memórias. É certo que a análise crítica do conjunto de atas nos oferece respostas para algumas lacunas e, por outro lado, nos dá indícios que elucidam novos questionamentos. A feitura dessas atas, entretanto, nos permite evocar um pensamento de Paul Auster que, em uma obra de cunho biográfico, se refere à escrita como menos eficaz do que a memória:

[...] A caneta jamais será capaz de se mover suficientemente rápido para escrever cada palavra descoberta no espaço da memória. Algumas coisas perderam-se para sempre, outras talvez sejam lembradas, e outras ainda foram perdidas, encontradas e perdidas novamente. Não há como ter certeza de nada disto²⁰⁵.

Para o romancista estadunidense não há como ter certeza da quantidade de memória depositada no papel por aquele que escreve, pois a memória é mais veloz do que o ato de escrever. Indo além, podemos afirmar que não se sabe o quanto de memória fidedigna é de fato colocado no papel, tampouco temos controle sobre a mesma depois de registrada, haja vista ela poder ser reinterpretada. Diante disso, entendemos que no processo de feitura das atas os secretários da Associação de Ex-Combatentes de Sergipe selecionaram, reduziram e esqueceram informações. Ainda assim, nos resta considerar o que foi registrado e confrontar com outras fontes

²⁰³ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 03 de março de 2004. p. 78-79.

²⁰⁴ BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

²⁰⁵ AUSTER, Paul. **O inventor da Solidão**. Tradução de Luiz Roberto Mendes Gonçalves. São Paulo: Editora Best Seller - Círculo do Livro, 1982. p. 144.

capazes de nos revelar, pelo menos, uma parte do cotidiano vivido na Associação sergipana nos primeiros sábados de cada mês, dia oficial para as reuniões do grupo e nos dias de celebrações externas das quais os ex-combatentes participavam.

As reuniões mensais começavam por volta das 15 horas na sede da Associação, localizada em Aracaju. A ocasião era marcada por um ritual, desse modo, após a abertura da sessão, gesto proferido pelo presidente, era feita a leitura da ata referente à reunião anterior que passava pela aprovação do grupo e em seguida era assinada. Em 1996 apenas os membros da diretoria assinavam, nos últimos tempos, porém, quando o número de sócios reduziu-se, as atas passaram a ser assinadas por todos os presentes. Em um segundo momento da reunião o secretário listava as correspondências recebidas e expedidas no mês, depois o tesoureiro explanava o balancete, na sequência era comum informar o nome de todos os sócios aniversariantes daquele mês e prestar-lhes homenagem, por último era discutido outros assuntos.

No tocante ao número de sócios frequentadores das reuniões, observemos a tabela a seguir, criada a partir de dados levantados na Livro de Frequência da Associação:

Livro de Frequência nas Reuniões													
Nº de Presentes	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média de frequência mensal
Ano 2008	-	-	-	13	17	17	17	10	17	13	18	17	15,44
Ano 2009	11	14	12	14	08	15	11	11	15	11	10	08	11,66
Ano 2010	09	07	08	10	13	08	11	17 e 08	15	10	14	16	12,16
Ano 2011	12	09	07	10	11	05	12	-	15	09	08	16	10,36
Ano 2012	10	10	12	09	11	12	10	11	13	13	12	16	11,58
Ano 2013	10	10	11	12	09	11	12	13	09	08	09	10	10,33
Ano 2014	11	01*	10	08	08	07	05	08	04*	05*	06	09	6,83
Ano 2015	06	04*	05*	02*	04*	04*	-	-	-	-	-	-	4,16
-	Obs.: No Livro de Frequência não consta dados referentes a esse mês												
*	Obs.: Não houve reunião por falta de membros filiados suficientes												

	Meses com maior número de participantes nas reuniões a cada ano
--	---

Fonte: Tabela criada pela autora a partir de dados levantados na Livro de Frequência da Associação de Ex- Combatentes do Brasil, Secção de Sergipe²⁰⁶.

Os dados da tabela acima foram levantados a partir do livro de frequência dos últimos sete anos da Associação encontrado em sua sede. Notamos que a quantidade de sócios e visitantes que compareciam as reuniões vinha decaindo em comparação com 2008, quando a média era de 15,44 participantes. Agosto, setembro e dezembro eram os meses que mantinham uma boa média de presenças, pois, os dois primeiros abrigavam informações sobre o desfile do Dia da Independência e em dezembro os sócios costumavam trocar votos de prosperidade para o ano novo. Assim, analisando atas e o livro de frequência percebemos que em 2013, por exemplo, como o desfile foi discutido em agosto este foi o mês que contou com maior número de participantes naquele ano, o que demonstra a importância dada ao evento pelos ex-combatentes. Em 2014, como as instruções para o Dia da Independência também foram passadas em agosto, a reunião marcada para 13 de setembro acabou cancelada devido a falta de membros filiados,

A redução de frequência dos associados se tornou assunto recorrente durante os encontros mensais. As faltas eram frisadas no momento de leitura dos nomes dos aniversariantes, pois repetidas vezes nenhum estava presente e, desse modo, o típico desejo de felicidade era substituído pela crítica e lamúria. Os sócios atuantes enxergavam a ausência como um desmerecimento das lutas do grupo encabeçadas pela Associação e havia quem ressaltasse que “muitos companheiros estão ainda com saúde para passear, mas não comparecem as sessões.”²⁰⁷. O descontentamento ganhava reforço na voz do tesoureiro, já que a ausência dos associados culminava no não pagamento das mensalidades da instituição, o que dificultava a manutenção da mesma.

Desde 1996 os ex-combatentes convivem com a preocupação de vir a encerrar as atividades da Associação por conta do baixo número de sócios e conseqüentemente de saldo financeiro. Na ata do mês de maio do referido ano, um

²⁰⁶ Os livros de frequência referentes aos anos anteriores não foram encontrados. Cf.: ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Livro de Frequência**. Aracaju-SE, 2008-2015.

²⁰⁷ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 01 de dezembro de 2001. p. 61-62.

dos associados teria dito que a entidade não cumpriria mais com ações sociais previstas em seu estatuto devido à diminuição de renda:

[...] Ainda com a palavra o companheiro Travassos fazia uma advertência a todos os que fazem a Associação, informando que daqui para o mês de setembro ela não irá ter condições de continuar atendendo aos seus compromissos sociais e as necessidades inerentes as atividades previstas no seu estatuto. Haja vista a renda mensal decorrente das contribuições dos associados vem diminuindo a cada mês e comunicava a todos para que se esforçassem e procurassem manter o pagamento de suas contribuições em dia [...] salientava que a Associação não tem outras fontes de renda e assim é necessário que cada um procure cumprir com sua obrigação²⁰⁸.

Os compromissos ressaltados na fala do ex-combatente eram de ordem assistencialista, já que o regimento interno da Associação sergipana previa amparo médico e cultural aos ex-combatentes e seus familiares com base na disponibilidade de recursos²⁰⁹. Para tentar reverter o cenário de crise e saldar as despesas com água, luz, telefone, correio, papelaria, bem como o pagamento de uma ajuda de custo oferecida mensalmente ao vigilante até 2006 e a partir de 2010 a secretária Claudete Santos Dantas, os sócios propuseram várias vezes o aumento da mensalidade. Sabemos que de 1996 a 2004 o valor pago era R\$10,00 (dez reais), de 2005 até maio de 2012 era cobrado R\$15,00 (quinze reais) e de junho daquele ano até 2015 o valor estipulado era de R\$20,00 (vinte reais)²¹⁰, mas, aqueles que desejassem podiam fazer contribuições maiores como esclarece Claudete S. Dantas:

Era estipulado assim: estipulado vinte reais. Mas aí ficava assim: a pessoa poderia contribuir com quanto quisesse. Tinha alguns que contribuía a mais, contribuía com cinquenta, entendeu? Mas tinha muitos deles que atrasavam muito as mensalidades, dois, quatro, seis meses, aí quando via, entendeu como é? Criou aquela névoa, aquela bola de neve de dívidas e dívidas, aí pronto teve que chegar a fechar²¹¹.

O problema de inadimplência mencionado pela ex-secretária atingia também sócios atuantes, vejamos:

²⁰⁸ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 04 de maio de 1996. p. 01-02.

²⁰⁹ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Regimento Interno**. Aracaju-SE, 1977. p. 04.

²¹⁰ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014.

²¹¹ Claudete Santos Dantas. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 07 de outubro de 2016.

Outro assunto abordado foi a situação financeira da Entidade, que apesar de ter 77 sócios, apenas 18 cumprem com a sua mensalidade segundo informações do Tesoureiro Jackson que após a leitura do balancete do mês de março de 2010, em que apenas três sócios fizeram pagamento dando um total de R\$105,00 e uma despesa de R\$385,64 e de acordo com essas informações, a situação da Associação não poderá ficar em atividade por muitos meses²¹².

A ata revela que, além de ser pequeno o número de sócios que frequentavam a Associação, estes não estavam com os pagamentos das suas mensalidades regularizados junto à entidade. No tocante ao aumento do valor pago mensalmente pelo grupo, o assunto vinha à tona geralmente no final do ano e era acompanhado por uma calorosa discussão, já que alguns sugeriam uma alta substancial, como em março de 2014 quando um sócio chegou a indicar o valor de R\$100,00 (cem reais)²¹³ que foi rejeitado.

As despesas da Associação eram supridas apenas pelas mensalidades pagas pelos sócios, pois notamos que apesar de possuir no quadro administrativo um sócio destinado a cuidar do setor de relações públicas, nos dezenove últimos anos a Associação de Ex-Combatentes de Sergipe praticamente não buscou angariar patrocínio junto a empresas ou instituições públicas, algo previsto em seu regimento interno, ainda que sob caráter facultativo. Entendemos que as políticas de memória foram desenvolvidas pelos ex-combatentes sergipanos sobremaneira no plano interno e não adotaram nenhum projeto sociocultural capaz de aproximar sua associação do grande público, o grupo acabou mantendo-se recluso e, por isso, procurava resolver internamente seus problemas financeiros.

A questão, porém, era grave, repetidas vezes o dinheiro arrecadado não era o suficiente para cobrir as despesas e, nesses casos, medidas paliativas de fundo solidário eram tomadas. Exemplo disso era o dinheiro recebido por Claudete Santos Dantas pelos seus serviços de meio expediente como secretária da Associação, que somava menos de um salário: “[...] algum mês não dava, não chegava, quem pagava, quem cobria era o Doutor Sizenando [...]”²¹⁴, lembrou a mesma. Outra situação comum era quando havia necessidade de consertar ou comprar objetos

²¹² ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 03 de abril de 2010. p. 143-144.

²¹³ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 08 de março de 2014. p. 196.

²¹⁴ Idem.

que exigiam um valor monetário mais significativo, nestas ocasiões os sócios faziam uma contribuição extra e momentânea durante o encontro mensal, acompanhemos a descrição de um desses casos:

O presidente lembrou a todos o quanto é importante o pagamento das mensalidades para que a entidade continue funcionando e prestando informações de interesse dos associados e comunicou a todos que um dos equipamentos de uso diário, ou seja, a impressora havia uma peça danificada na mesma e segundo informações de um técnico especializado a peça teria que solicitar em S. Paulo e não valeria a pena devido ao custo da mesma, então o presidente solicitou a todos presentes que quizesse[sic] fazer uma contribuição voluntária para comprar uma nova impressora, pois a entidade não poderia arcar com mais um custo, devido a sua situação financeira. E assim todos aprovaram e fizeram cada um suas contribuições, ficando o tesoureiro responsável pela compra da mesma²¹⁵.

Na ata do mês seguinte, está registrado: “[...] o presidente pediu a secretária Claudete que lêr-se [sic] a relação dos associados que contribuiram para a compra da nova impressora em que juntos deu um valor total de R\$350,00 [...]”²¹⁶. Ação semelhante foi tomada para a compra de um computador em outubro de 2010²¹⁷ e em 2003 um dos sócios sensibilizado com as circunstâncias doou a instituição um arcondicionado²¹⁸.

Além da falta de recursos financeiros para adquirir bens materiais, o não pagamento das mensalidades e o pequeno número de sócios que de fato frequentavam as reuniões prejudicavam o lazer outrora promovido pela Associação. Desse modo, encontramos na maioria dos meses marcados por celebrações nacionais tais como festa junina e de fim de ano, afirmações em tom saudosista de um tempo passado quando existiam celebrações que visavam à confraternização dos ex-combatentes e seus familiares.

Gicelda, filha de ex-febiano e ex-secretária de ata, durante sua entrevista relatou que as festas internas já não existiam na última década:

[...] existia bem antes do Sizenando, com o Aloísio, mas nos últimos anos já não existia mais nada [...] os eventos quando aconteciam muitos eram

²¹⁵ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 04 de fevereiro de 2012. p. 168-169.

²¹⁶ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 03 de março de 2012. p. 169-170.

²¹⁷ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 02 de outubro de 2010. p. 152.

²¹⁸ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 06 de dezembro de 2003. p. 75-76.

quando existiam a maioria deles porque eles foram falecendo, os principais, assim, os que comandavam, entendeu?²¹⁹.

Corroborando com o depoimento acima, quando a Associação ainda estava sob o comando de Aloísio Tavares Santos encontramos nas atas registros relacionados a eventos festivos, sobretudo, celebrações tradicionais do calendário brasileiro. Sobre a celebração do Natal realizada no em 1996, por exemplo, pode-se ler:

No dia 14 último foi realizada a tradicional festinha de Natal que transcorreu em um ambiente de muita alegria e desconcentração, havendo inclusive distribuição de refrigerantes e salgadinhos. Houve também o sorteio de vários brindes entre os presentes. A festinha foi abrilhantada com a presença dos associados do Clube da Maior Idade. No final foi realizado um animado baile²²⁰.

Em junho de 1997, os ex-combatentes sergipanos também não deixaram passar em branco os festejos juninos que contou, inclusive, com grupo musical para alegrar os brincantes. Vejamos:

O presidente passou a comentar a alegre festa junina da Associação deste ano, destacando o conjunto musical que todos agradaram e proporcionou momentos descontraídos e alegres juntamente com tudo ocorreu nessa tarde. Em nome da diretoria agradeceu a todos companheiros que de uma forma ou de outra contribuíram para o bom êxito e satisfação²²¹.

O grupo realizou esse tipo de evento até 1998. Depois as festividades materiais, marcadas por música e comidas, foram substituídas por discursos carinhosos e a ressalva de que, infelizmente, não havia “condições para se fazer uma festinha, como era efetuada nos anos anteriores”²²² na Associação. A partir daí, notamos que as confraternizações festivas dos ex-combatentes passaram recepções oferecidas pelo 28º Batalhão de Caçadores de Sergipe. Ao receber o

²¹⁹ Gicelda Maria de Souza. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 12 de janeiro de 2017.

²²⁰ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 04 de janeiro de 1997. p. 16-17.

²²¹ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2015 – 05 de julho de 1997. p. 24-25.

²²² ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2015 – 01 de dezembro de 2007. p. 109-110.

convite do quartel, os membros da Associação aproveitavam então para divertir-se entre si e estreitar seus laços com o pessoal da ativa do Exército.

A associação contou com seis secretários de ata em seus últimos dezenove anos, estando entre eles apenas duas mulheres, as únicas que não eram ex-combatentes. No desempenho de suas funções esses colaboradores descreveram as mudanças vividas pelos associados e pelo lugar onde coexistiram, ou seja, as três sedes ocupadas pelo grupo. Em sua obra *A guerra que não acabou* que aborda o processo de reintegração dos ex-expedicionários brasileiros, Francisco Ferraz afirma que “as associações são lugares de memória dos vivos, na luta de seus corpos e mentes envelhecidos e cansados, contra processo de extinção lenta que o tempo e o esquecimento estão promovendo, inapelavelmente”²²³. Tomando a reflexão desse historiador, é preciso compreender que as associações de ex-combatentes são atualmente comandadas por idosos, que têm como grande desafio preservar suas memórias para além do tempo a ser vivido por cada um deles.

Em Sergipe, o processo de envelhecimento dos associados tornou-se perceptível no desenrolar de suas decisões e atitudes, algumas preservadas pelas atas. Assim, não estranhamos quando por mais de uma vez o tesoureiro ou secretário solicitou que outro companheiro fizesse a leitura do balancete ou ata, pois havia esquecido seus óculos de grau e não conseguia enxergar direito o que fora escrito por si mesmo. Ou ainda com as frequentes faltas nas reuniões por conta de doenças, os relatos dos sintomas provocados pela enfermidade, os procedimentos cirúrgicos aos quais se sujeitariam e as rotineiras notícias de morte. Para esta circunstância mais extrema, repetia-se o ritual de ficar de pé e fazer um minuto de silêncio em homenagem ao falecido da vez, que podia ser tanto um ex-combatente como seu cônjuge. Em algumas dessas ocasiões, o silêncio era interrompido por lembranças cheias de vida, respeito e afeto por aquele que havia partido.

Cabe lembrar que a faixa etária tornou-se protagonista nas discussões sobre a mudança da sede da Associação sergipana em 2006 e foi vital para a tomada da decisão cujo propósito era oferecer maior comodidade aqueles que já não aguentavam subir os degraus de uma escada. Além disso, o fator idade também contribuiu para alterar a forma de participação do grupo na parada anual em

²²³ FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)**. Londrina: Edel, 2012. p. 217.

homenagem ao Dia da Independência do país realizada em Aracaju. Desse modo, desde 2003, a marcha a pé percorrida pelos ex-combatentes foi substituída pelo uso de transporte militar que os levava por todo o itinerário do desfile de 7 de Setembro.

O grupo de ex-combatentes sergipanos constituído, portanto, pela terceira idade carregava consigo as perdas inerentes àqueles que alcançam essa fase da vida, tais como: a perda da viçozidade da pele, da saúde do corpo, do convívio com familiares e amigos de sua geração já mortos. A experiência de guerra talvez tenha demonstrado a esses homens a fugacidade do viver, a importância do resistir, a necessidade de lutar por uma causa. Isso seria suficiente para justificar o empenho por parte de indivíduos com mais de oito décadas em manter funcionando uma instituição cujo objetivo maior já havia cumprido: a conquista de direitos. Por certo, após as lutas burocráticas em prol das pensões, restou os laços de amizade, a memória coletiva construída ao longo dos anos de convívio, bem como a vontade de mantê-la viva e fazê-la reconhecida.

Sob a premissa de que cabe aos velhos o dever da memória, pois são eles que trazem para o presente as lembranças do passado, e pela memória dos mesmos se percebem as transformações ocorridas na história ao longo das gerações²²⁴, entendemos que as memórias da participação dos sergipanos na Segunda Guerra foram preservadas pelo grupo de ex-combatentes que frequentava a Associação e que muitos anos depois ainda compartilhavam as lembranças dos fatos vividos, sobretudo com a FEB na Itália. O grupo reconhecia seu dever de memória, sabia da importância do seu papel para a história, enquanto isso, a maioria das pessoas continua alheia a estes feitos, presa a estereótipos, enxergando-os como meros velhinhos patrióticos e estagnados em meio ao mundo capitalista moderno que vangloria a pressa e a novidade cotidianamente.

3.3 A ASSOCIAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM A SOCIEDADE E O EXÉRCITO EM SERGIPE

Desde sua criação, que culminou em seu espalhamento pelo país, a Associação dos Ex-Combatentes do Brasil assumiu uma série de funções, sendo que manter os laços de amizade construídos enquanto os combatentes atuavam no conflito mundial, bem como lutar pelos direitos desse grupo, garantindo-lhe um

²²⁴ BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

processo de reintegração social mais rápido e digno no pós-guerra, foram as mais propagandeadas.

O nascimento da secção sergipana da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil trouxe ao longo dos anos contribuições para os combatentes e seus beneficiários residentes no estado. Na época de sua criação, a mesma foi anunciada de maneira positiva pela imprensa aracajuana. Desse modo em outubro de 1946 o jornal *Diário de Sergipe* defendeu:

[...] É uma Associação que, devido ao seu caráter e a composição do seu organismo merece, amplo, o apoio da Imprensa, das classes sociais e do povo sergipano em geral, pois se trata de uma organização de ilimitado conceito democrático, composta de elementos de sentimentos nobres perante a pátria, os nossos 'pracinhas' de ontem, patriotas que souberam dar, intransigente, o seu apoio na defesa do Brasil, quando este por muito tempo se manteve em luta, ao lado das Nações Unidas, contra as forças do mal representadas pelo nipo-nazi-fascismo [...]²²⁵.

O discurso nacionalista apresentado na matéria almejava sensibilizar os leitores. Percebemos que ao invés de citar os ex-combatentes, entendidos como aqueles que atuaram na Itália bem como no Brasil, apenas os pracinhas são citados. Isso não deve nos causar surpresa se constatarmos que foram os componentes da FEB os grandes alvos de honrarias e atribuições de heroísmo. Os pracinhas haviam representado o Brasil na defesa da democracia e, depois de ajudar a vencer a guerra, cabia aos seus compatriotas auxiliar aqueles combatentes e os familiares dos mesmos, prejudicados pela guerra, para que recebessem amparo legal instituído pelo governo. Essa ideia também foi veiculada na nota atribuída ao jornal *O Nordeste*, além disso, o periódico ressaltou ainda algumas das finalidades da instituição recém-criada. Eram elas:

[...] dar assistência as famílias dos 'pracinhas' mortos na guerra ou em consequência, aos expedicionários necessitados, especialmente os mutilados, ajudando ainda as autoridades a resolver o problema do desemprego entre os ex-combatentes²²⁶.

²²⁵ Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, Secção de Sergipe. **Diário de Sergipe**. Ano V. Nº 1.339. Aracaju, 23 de outubro de 1946.p. 1.

²²⁶ O recorte de jornal integra o Inquérito Militar Luiz Vieira Lima (1947-1949), mas não traz maiores dados sobre o periódico. Cf.: ARQUIVO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE. **Inquérito Militar Luiz Vieira Lima (1947-1949)**. Documento 2532, Caixa 05. Aracaju/SE, 1947-1949.

Mais uma vez há alusão aos pracinhas. Ambas as notas nos dão indício de que a Associação de Ex-Combatentes de Sergipe no começo de sua vida procurou conquistar o apoio da sociedade para, junto a esta, reivindicar os direitos do grupo. Todavia, em momento anterior deste capítulo, já apresentamos que a tão almejada adesão a longo prazo por parte da sociedade brasileira não alcançou êxito, já que após o alvoroço inicial maquiado pela temática do heroísmo, os ex-expedicionários foram relegados a própria sorte.

No acervo do Arquivo Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe encontramos, porém, vestígios de que a secção sergipana da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil buscou cumprir seu papel desde os primeiros anos de funcionamento. Trata-se de um inquérito policial militar aberto em 1947 contra Luiz Vieira Lima, ex-soldado da FEB e, aquela altura, sócio da Associação dos Ex-Combatentes de Sergipe. O mesmo foi acusado de caluniar o exército e autoridades políticas brasileiras ao alegar, durante campanha promovida em nome da dita associação, que, depois da guerra, os pracinhas haviam sido “esquecidos e abandonados pela pátria”²²⁷.

O caso teve início na tarde do dia 02 de junho de 1947 quando o Major Alberto Zamith se deparou com um aglomerado de gente na Rua João Pessoa, esquina com a Rua Laranjeiras, no centro de Aracaju. Movido pela curiosidade, o militar parou no local e logo constatou que o motivo do alvoroço era um cartaz com dizeres e foto preso a um poste de luz. Julgando ofensivos ao Exército os dizeres do cartaz: “Herói de Monte Castelo morre na miséria – em defesa da pátria – A Associação dos Ex-Combatentes agradece a todos que cooperaram nesta campanha”, o Major decidiu arrancá-lo e encaminhá-lo ao 28º Batalhão de Caçadores de Sergipe (28º BC) para que providências fossem tomadas.

A acusação, porém, não foi feita contra a Associação dos Ex-Combatentes de Sergipe, mas a um dos seus sócios, Luiz Vieira Lima, que segundo o Major Zamith já possuía histórico de calúnia e tentativa de boicote ao Exército. O inquérito instaurado contou com o depoimento de dezesseis testemunhas e se arrastou até pelo menos 1949. Ao longo de mais de trezentas páginas de processo judicial, descobrimos que o cartaz trazia a foto de Manuel Ribeiro, um febiano carioca que estava gravemente doente e não recebia qualquer benefício por parte do governo.

²²⁷ ARQUIVO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE. **Inquérito Militar Luiz Vieira Lima (1947-1949)**. Documento 2532, Caixa 05. Aracaju/SE, 1947-1949.

Sua história havia sido publicada na revista de circulação nacional *O Cruzeiro* e comoveu os sócios da Associação de Ex-Combatentes de Sergipe que decidiram fazer uma campanha para ajudá-lo e, assim, conseguiram junto ao proprietário do Cine-Teatro Rio Branco uma sessão cinematográfica beneficente.

Segundo alguns dos interrogados, o cartaz exposto tinha o objetivo de impactar a população local sobre a dura situação vivida por muitos pracinhas no país e fazer propaganda da sessão beneficente que seria exibida naquela noite em um cinema no centro da capital, próximo de onde ocorreu o tumulto. Por sugestão de Luiz Vieira Lima, os dizeres e a fotografia exibidos no cartaz foram copiados do artigo de caráter denunciativo presente na revista *O Cruzeiro*. Entretanto, em sua defesa o acusado demonstra o que Michel de Certeau batizou de “tática”²²⁸, pois astuciosamente o ex-expedicionário afirma que a autoria intelectual do cartaz deveria ser atribuída ao jornalista que escreveu a matéria, além disso, alega que antes de ser confeccionado o cartaz foi aprovado democraticamente pelos membros da Associação de Ex-Combatentes de Sergipe durante uma de suas reuniões, logo, tratava-se de uma decisão coletiva e se houvesse punição, esta deveria ser aplicada ao grupo e não de maneira individual.

A leitura do inquérito não nos permite saber claramente sobre o desfecho desse caso. O jornal *Correio de Aracaju* informa em tom de protesto que a sessão de cinema cancelada pela polícia foi remarcada para uma nova data²²⁹. Não sabemos se isto realmente ocorreu. Todavia, o caso nos oferece indícios das maneiras encontradas pelos ex-expedicionários sergipanos para chamar atenção da sociedade em relação aos problemas de reintegração social e profissional enfrentados pelos ex-combatentes, sobretudo, durante o pós-guerra imediato. Venda de bilhetes para sessão beneficente de cinema, cartazes denunciativos e arrecadação de donativos no comércio foram algumas delas.

Acreditamos que em 1947 os ex-expedicionários membros da Associação sergipana não se encontravam em situação de miséria, haja vista os convocados a depor no processo, filiados ou ex-filiados da associação, declararam trabalhar no

²²⁸ Para o autor, a tática é a “arte do fraco”, a astúcia que deve ser produzida e utilizada por este no momento em que surge a oportunidade. A arma utilizada pelo “homem ordinário” para que no seu cotidiano a ordem efetiva das coisas seja desviada em benefício próprio, ainda que não de modo permanente. Conferir: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Vol. I. 5 ed., Petrópolis: Rio de Janeiro, 1994.

²²⁹ Ainda sobre o festival dos ex-combatentes. **Correio de Aracaju**. Ano: XL. Nº 4.456. Aracaju, 09 de junho de 1947. p. 1.

serviço público ou militar, logo, possuíam emprego e renda fixa. Reforça nossa suspeita a contradição que seria organizar uma campanha para ajudar um ex-expedicionário carioca vítima do descaso se tais indivíduos conhecessem em Sergipe algum pracinha em situação semelhante. Outro agravante é que em todo inquérito foi mencionado apenas um suposto ex-combatente sergipano que estaria necessitando de ajuda financeira, este identificado como José Carlos. A lista levantada de sergipanos que incorporaram a FEB, porém, não possui nenhum indivíduo com esse nome. Sequer, aparece um “Carlos”.

Diante disso, o rigor do trabalho científico exige que elenquemos aqui algumas ressalvas. A primeira, que é possível que este sergipano “Carlos” tenha integrado a Força do Exército, unidade sobre a qual não dispomos de dados sobre seus integrantes. A segunda, é que o investigador do processo não perguntou de forma direta a respeito de febianos de Sergipe que estivessem sofrendo dificuldades. Neste sentido, ainda que os depoentes soubessem de casos podem ter se limitado a responder apenas aquilo que lhes foi perguntado. Outra, é que devemos levar em consideração a grande possibilidade de que nem todos os ex-expedicionários sergipanos estavam filiados a Associação. Assim, a afirmação de não miséria se restringe aos filiados em 1947, mas não pode ser estendido a todo o grupo composto por cerca de trezentos homens. Por último, o fato de não estarem em situação de miséria não quer dizer que não sofriam com demais infortúnios, sequelas, adquiridas em decorrência da participação guerra.

Décadas depois, quando analisamos o recorte temporal proposto nessa pesquisa encontramos ex-combatentes conscientes da conquista por seus direitos, vejamos:

Em seguida o Sr. Presidente aborda sobre a nova convenção dos Ex-Combatentes, agora em novembro na cidade de Maceió – Alagoas. Também falou sobre as antigas convenções, onde se reivindicavam muitas coisas e hoje, praticamente não temos mais o que reivindicar²³⁰.

A Constituição Federal aprovada no Brasil em 1988 trouxe a plena seguridade para os ex-combatentes e seus familiares e, a partir daí, as convenções nacionais desse grupo promovidas a cada dois anos passaram a ter outras preocupações como a preservação da memória da participação dos brasileiros na Segunda Guerra

²³⁰ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 03 de julho de 2004. p. 80-81.

e a manutenção das associações na contemporaneidade, após o envelhecimento dos sócios. O auxílio jurídico aos ex-combatentes continuou sendo tratado nestas instituições, porém, de modo escasso, sendo mais comum o acompanhamento aos sócios beneficiários. No tocante a Sergipe, Gicelda Maria de Souza relatou que ainda chegou a presenciar casos de ex-combatentes que, já idosos, procuraram a associação estadual para, através desta, buscar seus direitos:

[...] o Sizenando ele ajudou bastante. De ex-combatente que ainda estava procurando os direitos dele de pensão, já idosos, entendeu? [...] teve muitos que não procuraram, aí já envelhecidos, já com problemas de saúde, a família chegava lá, que ele estava só com o salário do outro emprego que ele teve, aí se tinha direito ele ia atrás, mas aí o que acontece, o governo com o passar do tempo foi ficando mais restrito, limitado e pedindo a documentação e muitos deles, assim, não teve cuidado e perdeu. Isso eu presenciei. Gente chegar lá e aí o Sizenando explicar que só podia, o Sizenando dizia eu só posso dar entrada se você me apresentar o certificado²³¹.

O certificado exigido pelo presidente Sizenando Azevedo Faro para iniciar um processo de reconhecimento da condição de ex-combatente era o de dispensa recebido pelos integrantes da FEB ao final da guerra. No caso daqueles que fizeram parte da Força do Exército, da Marinha e do grupo de caça da Força Aérea Brasileira (FAB) também foram contemplados com o certificado de participação nas operações de guerra do Brasil durante o segundo conflito mundial. Nos processos judiciais, os apelantes poderiam apresentar além dos certificados, medalhas recebidas por conta do combate, fotos, cartas, bem como comprovante de alistamento nas Forças Armadas brasileiras no período que englobou o desencadeamento da Segunda Guerra e sua vigência. Somado a isso, era possível recorrer a testemunhas, assim, ex-combatentes já assegurados poderiam depor em prol daquele que ainda reivindicava seu direito. O problema é que quando a procura se dava tardiamente, muitos dos companheiros de *front*, hábeis a depor, já haviam falecido.

Na ata da Associação sergipana dos Ex-Combatentes referente à reunião realizada no dia 05 de setembro de 1998 podemos ler: “Foi também falado pelo Sr. Presidente que tem aparecido vários requerimentos de Ex-Combatentes para se

²³¹Gicelda Maria de Souza. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 12 de janeiro de 2017.

habilitarem as pensões militares, adquiridas há mais de 50 anos.”²³². A atrasada procura por direitos causou surpresa nos sócios da entidade, cuja maioria já gozava de tais benefícios há longo tempo. Esse tipo de assunto, contudo, não tornou surgir nas demais atas dos últimos dezenove anos. Os registros de auxílios prestados pela instituição neste período se restringiam a ações de natureza imediatista, o público alvo, por sua vez, continuou sendo indivíduos ligados aos ex-combatentes, familiares dos mesmos principalmente.

Assim, em ocasiões distintas o grupo se comprometeu a conseguir emprego para a filha de um dos sócios²³³, colaborou financeiramente para que outra frequentasse um curso²³⁴ e para que o filho de mais um deles pudesse tratar de um problema de saúde²³⁵. Teve, inclusive, pedido de votos para eleger filhos de sócios que foram em anos diferentes candidatos ao cargo de vereadores da capital²³⁶ e, neste sentido, nos deparamos com um aspecto intrigante, pois, de acordo com o estatuto que rege as associações de ex-combatentes, incluindo a de Sergipe, estas são instituições apolíticas.

É sabido, contudo, que apesar dessa regra acompanhar a associação desde seu nascimento, foi descumprida inúmeras vezes. A priori, suas sedes estavam repletas de membros ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB) que, acostumados com o trabalho de organização sindical e associativa, passaram a ocupar posições administrativas dentro das secções e no Conselho Nacional das Associações de Ex-Combatentes. Depois, a partir da decretação de ilegalidade do referido partido, o grupo passou a apoiar outras coligações partidárias. Na verdade, tornou-se praxe os ex-combatentes elegerem figuras políticas para representá-los e lutar a favor de suas causas, as quais nunca foram atendidas de forma imediata nem mesmo quando um veterano chegou ao comando do país, caso do General Castelo Branco durante a Ditadura Civil Militar. Sabemos, inclusive, que posteriormente a

²³²ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 05 de setembro de 1998. p. 38-39.

²³³ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 03 de fevereiro de 2001. p. 57-58.

²³⁴ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 06 de setembro de 2003. p. 72-73.

²³⁵ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 07 de abril de 2001. p. 58-59.

²³⁶Ibidem, p. 08-09; 121-122.

ligação de ex-expedicionários com o Regime Militar foi um dos fatores que contribuiu para o preconceito e desvalorização da FEB²³⁷.

Em Sergipe, o assunto política era pauta frequente nas reuniões. Exemplo disso são os elogios calorosos feitos aos políticos que ajudaram os dirigentes da Associação a conseguirem sua sede no prédio da Secretaria Estadual de Saúde e depois forneceram meios materiais para melhorar sua infraestrutura. Observemos o trecho a seguir:

[...] Hoje temos a nossa disposição estas salas e este auditório em ótimas condições de serem usadas, graças ao Secretário de Saúde Dr. Ivan, que conseguiu verbas para tal fim. O Secretário Dr. Ivan e o Dr. Antônio Passos compareceram posteriormente para agradecer o apoio que demos nas eleições atuais, votando em seus nomes [...]²³⁸.

Os nomes mencionados são dos políticos sergipanos José Ivan de Carvalho Paixão e Antônio Passos Sobrinho, eleitos aos cargos de deputado federal e estadual, respectivamente, nas eleições de 1998²³⁹. A fala do então presidente da Associação demonstra uma troca de favores entre políticos e ex-combatentes associados. Todavia, além dos discursos de agradecimento, as atas revelam que os parlamentares também eram constantemente criticados:

[...] Logo após falaram os companheiros [...], comentando sobre a delicada e preocupante situação que atravessa o país, onde os seus governantes e mandatários não vem cumprindo com seus deveres e obrigações deixando que hospitais cheguem ao ponto de não ter remédios e nem mesmo médicos para atenderem ao povo sofredor, que chega, em alguns casos morrerem por falta de assistência e atendimento devido. Por outro lado, a situação crítica da polícia militar em que alguns chegam a se envolverem com traficantes, deixando a população desprotegida e sem segurança. [...]²⁴⁰.

²³⁷ Para maiores informações sobre o assunto conferir: FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012. p. 226.; e RIBEIRO, Patrícia da Silva. **Em luto e em luta: construindo a memória da FEB**. CPDOC. Rio de Janeiro, 2013, p. 171-205. (Tese - Doutorado em História).

²³⁸ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 07 de novembro de 1998. p. 40-41.

²³⁹ Dados sobre as eleições de 1988 em Sergipe, conferir: [www.infonet.com.br](http://www.infonet.com.br/eleicoes/1998/apuracao/1turno/SE/Deputado%20Federal.htm) Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/eleicoes/1998/apuracao/1turno/SE/Deputado%20Federal.htm>> Acesso em novembro de 2016.

²⁴⁰ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 07 de junho de 1997. p. 23-24.

Percebemos que a insatisfação apresentada no excerto acima, que aborda problemas sociais como a corrupção, o descaso com a saúde pública e a violência, foi destinada aos políticos de modo geral. Os ex-combatentes reconheciam seu grau de culpa frente aos dramas descritos e vividos por toda população brasileira: “[...] a culpa é nossa uma vez que ninguém aparece para protestar publicamente, reivindicando [sic] seus direitos [...]”²⁴¹, diria um deles, todavia, apesar da inconformidade diante da situação, na prática nas raras vezes que o grupo tomou alguma medida, esta teve caráter paliativo e visou apenas contemplar os sócios ex-combatentes e a comunidade ligada consaguineamente a eles. É o caso da denúncia contra o prefeito de Aracaju e os políticos sergipanos que não cuidavam do Monumento do Dia da Vitória construído na capital sergipana em homenagem aos febianos do estado²⁴².

No tocante a espécie de redoma sob a qual viviam as associações de ex-combatentes e dos veteranos da FEB espalhadas pelo país, a historiadora Carmen Lúcia Rigoni aponta sérios entraves provocados pelo hábito mantido por décadas. Se referindo as Associações dos Veteranos da FEB (ANVFEB), a autora explica que tais entidades ao admitirem como sócios apenas elementos que estiveram envolvidos diretamente com as ações do Brasil na Itália durante a Segunda Guerra impediram um maior entrosamento com a sociedade civil. A atitude influenciou, portanto, a não renovação e amplitude do quadro de filiados, que por sua vez não eram alvos de uma prática de políticas de memória voltadas para a posteridade, o que tem levado gradativamente ao fechamento de tais instituições nos últimos anos²⁴³.

Notamos que na Associação de Ex-Combatentes de Sergipe se desenrolou processo semelhante, pois, apesar da admissão de sócios sem quaisquer vínculos com ex-combatentes, segundo estatuto vigente em 1977, a estes era vedado direito a voz e voto durante as reuniões²⁴⁴. Mesmo que tal prática excludente tenha sido

²⁴¹ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 02 de agosto de 1997. p. 25-26.

²⁴²ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 01 de junho de 2013. p. 187; lbdem, 05 de setembro de 2009. p.136-137.

²⁴³RIGONI, Carmen Lúcia. Quando a cobra fumou! O destino das associações de veteranos da FEB. Artigo publicado em 15 de novembro de 2013. In.:www.portalfeb.com.br Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/quando-a-cobra-fumou-o-destino-das-associacoes-de-veteranos-da-feb/>> Acesso em outubro de 2016.

²⁴⁴ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Regimento Interno**. Aracaju-SE, 1977. p. 13.

alterada, compreendemos que ela veio tardiamente, mais de trinta anos depois do término do conflito. A essa altura, a associação já estava afastada do público civil e havia atraído para si uma fama de grupo fechado e autossuficiente. Somado a isso, pelo menos nas suas duas últimas décadas de existência, não houve investimento em atrativos para sua sede, tais como exposições permanentes e itinerantes, apoio a pesquisas, promoção de seminários, ações capazes de despertar na comunidade a importância de preservação das memórias do grupo. A falta desses elementos na rotina da instituição sem dúvida contribuiu para que a mesma fechasse oficialmente suas portas em julho de 2015.

O gesto tem se repetido em todo país nos últimos anos. Devido à carência de membros e recursos financeiros, as Associações de Ex-Combatentes do Brasil e de Veteranos da FEB vêm encerrando suas atividades e a tutela dos acervos pertencentes a essas instituições tem ficado principalmente sob responsabilidade do Exército. No início, tal decisão não causou alarde, parecia unânime a ideia de que, após a morte dos ex-combatentes, os militares da ativa receberiam a incumbência de guardar as memórias da FEB, tornando estas de alguma maneira perenes. Historicamente até os dias atuais o Exército cumpre um calendário onde estão inclusas as celebrações em alusão aos fatos mais marcantes da trajetória dos expedicionários na Itália, como as conquistas em Montese, Monte Castelo e o fim do conflito mundial, o chamado Dia da Vitória.

O estudo de Patricia da Silva Ribeiro nos alerta, contudo, para o equívoco que seria generalizar essa prática de generosidade mútua entre associações de ex-combatentes e Exército. A autora cita como exemplo a *Casa da FEB*, primeira associação exclusiva de veteranos da FEB (ANVFEB), fundada em 1963 na cidade do Rio de Janeiro e que em 2009, no ápice de uma grave crise, fechou as portas ao público²⁴⁵. Antes de tomar a medida extrema, os membros dessa instituição travaram uma querela sobre o rumo a ser seguido pela mesma. Parte deles via com normalidade a transferência do acervo da entidade para dependências pertencentes ao Exército, outros, entretanto, se recusavam doar aos militares contemporâneos a memória física da história dos ex-expedicionários cariocas, pois enxergavam em tal

²⁴⁵ Ainda em 2009, sob nova direção, a Casa da FEB reabriu depois de receber o patrocínio da empresa paranaense Tecnolach, que fabrica e instala equipamentos para arquivamento e armazenagem de acervos e custeou a revitalização do prédio pertencente aos veteranos. Para maiores informações, conferir: RIBEIRO, Patrícia da Silva. **Em luto e em luta: construindo a memória da FEB**. CPDOC. Rio de Janeiro, 2013. (Tese - Doutorado em História). p.15.

ato uma completa descaracterização da associação como lugar de memória e sociabilidade, algo que arranharia a genuína identidade dos veteranos e de sua sede²⁴⁶.

O embate de opiniões entre os ex-febianos evidencia as dissidências e nuances que coexistem no campo de memórias sobre a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial. Mais de setenta anos depois do conflito, notamos na resistência de parcela do grupo carioca resquícios de ressentimentos gerados no pós-guerra imediato. Ocorre que, somado aos infortúnios vividos no dia a dia da guerra na Itália, ao retornar para o Brasil os expedicionários não receberam assistência devida e esperada, o que lhes provocou enorme trauma. Para muitos pracinhas, a injustiça material e simbólica que sofreram foi culpa das autoridades governamentais, representadas pelo Estado e, também do Exército, que se mostrou negligente frente às reivindicações do grupo vindo da Europa²⁴⁷.

A partir daí, originou-se uma disputa pelas memórias da FEB entre Exército e veteranos. Tal contenda é responsável por estabelecer ao longo do tempo uma relação constante e ambígua de aproximação e distância entre ambos. O Exército opta por se apropriar dos feitos da FEB e trazer para si as glórias da participação na guerra, porém, não reconhece suas próprias omissões frente o processo de reintegração dos veteranos. Devido à isso, muitos ex-expedicionários não se sentem representados pelos militares da ativa e, portanto, acham incoerente atribuir a estes a função de protetores das suas memórias, já que receiam quanto a versão a ser preservada por aqueles. Por outro lado, esses veteranos precisam se apoiar no Exército para legitimar sua identidade, fundamentada na sua experiência na guerra enquanto militar.

A ausência de um pedido de desculpas do Exército e de um perdão por parte dos veteranos impede a genuína reconciliação entre os dois grupos, que seguem negociando as memórias da FEB, cada um a seu modo, já que não podem romper deliberadamente sua relação por conta do forte grau de dependência que os sustentam. Por certo, os gestos de desculpar-se e perdoar não apagarão as memórias traumáticas, mas colocaria em prática o que Paul Ricoeur²⁴⁸ denominou de “política justa de memória”, cujo mérito não é investir no esquecimento do

²⁴⁶ RIBEIRO, Patrícia da Silva. **Em luto e em luta: construindo a memória da FEB**. CPDOC. Rio de Janeiro, 2013. (Tese - Doutorado em História).

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas:Ed da UNICAMP, 2007.

sofrimento da vítima, mas no apaziguamento das memórias traumáticas acendidas devido a um passado difícil. Dito de outra maneira, uma “política justa de memória” implicaria na lembrança do trauma por parte da vítima sem que este lhe traga dor, haja vista estar consciente de que a justiça foi cumprida mesmo que seja apenas através da humildade do agressor de reconhecer publicamente o erro cometido²⁴⁹.

Ampliando essa discussão até o território sergipano percebemos que apesar de encontrarmos indícios de desentendimentos envolvendo Exército e veteranos no imediato pós-guerra, caso do inquérito policial militar aberto contra o expedicionário Luiz Vieira Lima, a Associação de Ex-Combatentes de Sergipe, pelo menos no que diz respeito as suas duas últimas décadas de existência, conviveu em harmonia com a instituição representante do Exército no estado, o 28º Batalhão de Caçadores –Batalhão Campo Grande, doravante 28º BC, localizado no Bairro 18 do Forte em Aracaju²⁵⁰.

As duas instituições mantinham uma relação de cordialidade fundamentada na dependência e reconhecimento mútuo. O Primeiro Sargento Marcelo Ramos dos Santos explica:

Como o 28º BC é a única OM²⁵¹ no estado e a secção, e a Associação dos Combatentes também era a única do estado, então, é praticamente a única ligação do pessoal, desse pessoal que hoje é da reserva com o pessoal da ativa. Então a ligação é única. É um com o outro porque um precisa do outro porque são os dois únicos na região, né! Então fazíamos muitas trocas [...] ²⁵².

As trocas, referidas na fala acima pelo Primeiro Sargento, possuíam principalmente caráter burocrático e se davam quando os ex-combatentes e seus familiares compareciam ao 28º BC para tratarem de questões que careciam da legitimidade do Exército, bem como para participarem dos eventos que compõem o calendário militar brasileiro. Os militares da ativa, entretanto, raramente visitavam a Associação, o contato com esta era feito via telefone nas ocasiões que precisavam

²⁴⁹RIBEIRO, Patrícia da Silva. **Em luto e em luta: construindo a memória da FEB**. CPDOC. Rio de Janeiro, 2013. (Tese - Doutorado em História).

²⁵⁰ Para maiores informações sobre o 28º BC, conferir: www.28bc.eb.mil.br Disponível em: <http://www.28bc.eb.mil.br/index.php/en/historico> Acesso em outubro de 2016.

²⁵¹ OM é a abreviação de Organização Militar, no caso específico, o Sargento estava se referindo ao 28º BC.

²⁵² Marcelo Ramos dos Santos. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 01 de dezembro de 2016. Marcelo Ramos dos Santos, 42 anos, é Primeiro Sargento do Exército e em 2016 servia junto ao setor de Comunicação Social do 28º BC.

de dados sobre seus sócios ou quando queriam confirmar a presença destes nas celebrações realizadas no quartel.

No início da entrevista, o Sargento Ramos pondera sobre a vivência do 28º BC com os ex-combatentes: “Nós temos uma relação até um pouco próxima mais pela parte profissional porque em muitas das nossas formaturas e eventos os ex-pracinhas são exaltados de forma... relembrando a tradição do Exército [...]”²⁵³. O recebimento de convites e a presença dos veteranos e ex-combatentes nas celebrações organizadas pelo 28º BC são confirmadas pelas secretárias da Associação. Questionada a respeito da correspondência, Claudete Santos Dantas informou: “Recebíamos assim de repartições, do Exército mesmo, do 28, da 19º CSM, da Marinha. Era... eles tinham eventos, assim, datas comemorativas com relação aos ex-combatentes, com relação a proclamação da república...essas datas comemorativas. [...]”. As atas de reunião da Associação sergipana também registravam mensalmente a chegada de convites e relatos sobre a participação dos sócios em muitos deles. Os elogios nestas ocasiões eram unânimes.

Há oito anos integrando a equipe do setor de Serviço Social do 28º BC, o Segundo Sargento Edilberto Honorato Lima é enfático: “[...] posso afirmar que para todas as solenidades eles recebiam o convite e ficava a critério deles, né, se participariam ou não. Mas o 28º BC ele se sentia muito honrado com a presença deles aqui no batalhão”²⁵⁴. Vinda de um militar contemporâneo, a fala não nos causa surpresa, o Sargento reconhece os pracinhas como seus ídolos, pois entende que a FEB é um segmento do Exército Nacional. O respeito se torna para nós ainda mais compreensível quando este relewa um período de convivência que manteve com um dos ex-expedicionários sergipanos, o Sargento Zacarias Izidoro Cardoso. Acompanhemos:

Quando Soldado, eu conheci o Sargento Zacarias, que é um dos nossos maiores, aliás eu tive a oportunidade de conversar com ele. Ele sempre ia no alojamento nosso, contava todas as histórias deles e, aquele senhor, aquele velhinho, entre aspas que, apesar de você ver uma figura frágil ao ter um contato mais próximo com ele você percebia a força descomunal que ele passava para você. A partir desse momento eu comecei a tê-lo como um espelho, um exemplo de vida [...]. Muitas vezes engraçado, a maioria das vezes, outras vezes a gente pegava ele, acredito que as memórias voltavam e a gente pegava ele ali sentado na arquibancada e

²⁵³ Marcelo Ramos dos Santos. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 01 de dezembro de 2016.

²⁵⁴ Edilberto Honorato Lima. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 30 de novembro de 2016.

começávamos a conversar, ele não tinha esse problema, conversava desde o Soldado ao Coronel [...]”²⁵⁵.

O ex-expedicionário Zacarias Izidoro Cardoso foi um dos mais conhecidos sergipanos integrantes da FEB. Tornou-se famoso por ser destemido, teria sido apelidado pelo então Coronel Castelo Branco, ex-presidente do Brasil, de “Meu Leão” e “Louco de Pisa” pelos colegas de farda. Cardoso recebeu a medalha “Sangue do Brasil”, dada aos brasileiros feridos no *front* e a medalha “Silver Star”, concedida pelo exército americano aos mais bravos em combate. Durante a campanha de guerra foi ferido muitas vezes e, por isso, necessitou passar por diversas cirurgias realizadas em hospitais estadunidenses. Após recuperar-se, voltou ao Brasil em 1947. Morreu em Sergipe em dezembro de 2011 aos 88 anos, vítima de uma infecção generalizada²⁵⁶.

Para o Sargento Lima, o ex-expedicionário Cardoso e os demais pracinhas são heróis contemporâneos, sendo assim, a extinção dos componentes desse grupo não cessará as honrarias dedicadas a ele pelo Exército. A primeira vista o fato parece plausível, afinal, há anos os membros das Associações de Ex-Combatentes e veteranos têm o Exército como seu maior anfitrião, pois em datas específicas nas quais emergem as memórias sobre os feitos da FEB, tais como 21 de fevereiro, que no calendário militar celebra a conquista da batalha em Monte Castelo, 14 de abril que comemora a vitória em Montese e o 05 de maio, Dia da Vitória, que festeja o fim da Segunda Guerra, os ex-combatentes são recebidos e homenageados nas dependências dos quartéis.

Ao observarmos a situação de maneira mais ampla, compreendemos que esse hábito adotado pelo Exército integra o processo de militarização que atingiu as Associações de Ex-Combatentes e Veteranos ao longo dos anos em todo país e que culminou na frequente transferência de suas celebrações para dentro da caserna. Hábito que de alguma maneira contribuiu para a construção da redoma entre sociedade e ex-combatentes.

Diante da inexorável passagem do tempo, muitos ex-combatentes, sobretudo veteranos, começaram a perceber o quão prejudicial foi para o futuro das entidades por eles criadas mantê-las longe da população. Assim uma tardia tentativa de

²⁵⁵ Idem.

²⁵⁶ Maiores informações, conferir: www.infonet.com.br Disponível em: <<http://www.infonet.com.br/noticias/cidade//ler.asp?id=122211>>. Acesso em outubro de 2016.

aproximação com a sociedade civil foi observada nas últimas décadas em algumas associações, entretanto, em outras esse debate sequer existiu ou ficou apenas na teoria. Pequeno avanço foi alcançado no Paraná através de iniciativa tomada na cidade de Jaraguá do Sul que encaminhou ao governo um pedido de obrigatoriedade do ensino da história da FEB nas escolas estaduais, aprovado em 2011²⁵⁷. A atitude é benéfica, pois uma das regras básicas para a preservação do patrimônio cultural é que o indivíduo só preserva aquilo que conhece.

Para a pesquisadora Carmen Lúcia Rigoni outra maneira de preservar as memórias da FEB e estancar o problema do esquecimento seria a implantação no Brasil de uma versão do *Veterans Day*, evento estadunidense que ocorre anualmente no dia 11 de novembro, cujo objetivo é rememorar e homenagear os veteranos que lutaram em quaisquer das guerras travadas pela potência americana ao longo do tempo. A proposta dos brasileiros seria, portanto, unificar associações de veteranos, ex-combatentes e militares contemporâneos do Brasil e, dessa maneira, salvaguardar as memórias da FEB no país, bem como através de campanhas lutar a favor da paz mundial. Contudo, a ideia parece muito longe do êxito²⁵⁸.

No caso de Sergipe, tal unificação com outras associações não foi cogitada, pelo menos não aparece nenhum indício no tocante a isso nas atas e entrevistas analisadas. Contudo, o futuro da Associação de Ex-Combatentes tornou-se assunto de pauta. Sem desenvolver a ideia, a ata de fevereiro de 1997 sugere que os filhos dos ex-combatentes assumam o rumo da instituição²⁵⁹. Questionado a respeito disso, o filho do último presidente da associação sergipana, Túlio Azevedo Faro, disse que sempre se manteve distante da Associação, logo, a ideia dele assumir tal compromisso nunca existiu e comentou ainda:

²⁵⁷Maiores informações sobre a Carta de Jaraguá do Sul, conferir: www.jaraguadosul.sc.gov.br Disponível em: <<http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/news/feb-sera-tema-curricular-nas-escolas-de-santa-catarina>> Acesso em outubro de 2016.; RIGONI, Carmen Lúcia. Quando a cobra fumou! O destino das associações de veteranos da FEB. Artigo publicado em 15 de novembro de 2013. In.: www.portalfeb.com.br Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/quando-a-cobra-fumou-o-destino-das-associacoes-de-veteranos-da-feb/>> Acesso em outubro de 2016.

²⁵⁸RIGONI, Carmen Lúcia. Quando a cobra fumou! O destino das associações de veteranos da FEB. Artigo publicado em 15 de novembro de 2013. In.: www.portalfeb.com.br Disponível em: <<http://www.portalfeb.com.br/quando-a-cobra-fumou-o-destino-das-associacoes-de-veteranos-da-feb/>> Acesso em outubro de 2016.

²⁵⁹ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 01 de fevereiro de 1997. p. 17-18.

A associação era assim a menina dos olhos do meu pai [...]. Só que ele também, tinha consciência que a Associação não poderia perdurar *ad perpetum* por causa de uma limitação era... a Associação visava os veteranos da Segunda Guerra Mundial, bem diferente da associação dos Estados Unidos, a americana que lá é veteranos de guerra, aqui é veteranos da Segunda Guerra [...] ²⁶⁰.

Como familiares dos ex-combatentes sergipanos não se manifestaram para dar continuidade a instituição, até porque não houve campanhas e incentivos diretos neste sentido e, como esta contava com grande número de sócios beneficiados, mas, que já não se importavam em visitá-la, tampouco contribuía financeiramente para sua manutenção, o que demonstrava que tais indivíduos já não se identificavam com a mesma nem carregavam por ela sentimento de pertencimento, vendo-a simplesmente como algo do passado, a sua extinção foi inevitável. Sendo assim, após repetidas ausências dos poucos sócios ainda ativos, ou seja, que visitavam a sede da Associação mensalmente, ela encerrou suas atividades em julho de 2015, ao que tudo indica, sob o silêncio conformado dos seus sócios.

Com o fim da associação de ex-combatentes, após uma reunião cuja ata nunca foi escrita, parte do acervo foi doado ao 28º BC, que a partir daí passou a ter direito sobre uma parcela da memória material da participação dos sergipanos na Segunda Guerra. Não existiu contestação dessa decisão. O Exército aceitou de bom grado a oferta dos ex-combatentes e os últimos ex-combatentes também. O futuro desse conjunto de objetos compostos por bandeiras, estandartes, cartazes e quadros, porém, ainda está sendo definido. De acordo com o Sargento Honorato:

[...] O 28º BC está já com o projeto de uma sala que comportasse esse acervo, pra receber esse acervo. Vai ser um espaço cultural em homenagem aos ex-combatentes. Já tem o local, orçamentos, tudo. Então por enquanto a gente ainda tá fazendo, verificando o que foi nos doado ²⁶¹.

O Sargento Ramos revela uma proposta ainda mais ampla. Segundo ele, o 28º BC pretende:

[...] Tá num projeto inicial, mas já foi dado o pontapé não só da situação da FEB, da participação da FEB, da Associação em geral, mas, tem um projeto Raízes, Valores e Tradições que tem um espaço já destinado, já foi pedido uma ...a obra já foi pedida, já está em fase de aprovação do projeto pra

²⁶⁰ Tulio Azevedo Faro. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 11 de janeiro de 2017.

²⁶¹ Edilberto Honorato Lima. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 30 de novembro de 2016.

justamente isso, pra ter... como é a única OM no Sergipe aqui e interior da Bahia, pra fazer uma sala aqui, um museu que receba visitantes, escolares, pra fazer um museu itinerante, mas que tenha uma rotatividade justamente pra isso, para não deixar morrer, né! Porque a história se não tiver nada guardado acaba perdendo. Então fazer um acervo, um bom acervo do 28º BC mesmo que completa cem anos ano que vem e tem a Associação, a Associação faz parte da história, é muito ligada, sempre foi muito ligada ao 28º e, claro que vai ter a parte da... já tem, inclusive, uma parte voltada a Associação dos Ex-Combatentes²⁶².

A ideia, portanto, é que os objetos vindos da Associação de Ex-Combatentes de Sergipe integrem um museu. A licitação já teria sido feita, mas a obra está longe de uma conclusão. Os militares se referem a construção de um espaço cultural itinerante, comprovando desse modo consciência quanto ao papel dos museus na contemporaneidade. Espera-se que a proposta a ser desenvolvida no 28º BC fuja da ultrapassada noção de museu como depósito de coisas mortas e aposte em um espaço dinâmico voltado para a aprendizagem e o entretenimento, cuja base privilegie uma educação patrimonial consistente, capaz de ascender nos visitantes o desejo de preservar as memórias da participação dos sergipanos no conflito mundial e a compreensão da importância dessa atitude de salvaguarda como condição indispensável à construção de uma identidade marcada pela memória social coletiva.

Assim, ao que tudo indica, as memórias dos ex combatentes de Sergipe ficara a cargo do Exército. Se houver a construção do museu, elas poderão ser preservadas a longo prazo, do contrário, corre o risco de serem esquecidas e ficarem restritas apenas protocolarmente ao Dia da Vitória e ao 7 de Setembro.

²⁶² Marcelo Ramos dos Santos. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 01 de dezembro de 2016.

4 PARA NÃO ESQUECER: AS POLÍTICAS DE MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DE SERGIPE

4.1 POLÍTICAS DE MEMÓRIA DA ASSOCIAÇÃO

As múltiplas funções desempenhadas pela memória são conhecidas no tempo presente. Constituída pelo duo lembrança e esquecimento, a mesma possui laços estreitos com a identidade e atua como forte mecanismo afetivo e político. Entre os pesquisadores, a memória ganhou destaque a partir dos anos 1980 e 1990 quando o mundo assistiu ao chamado “boom da memória”, promovido entre outras razões pela ampla emergência de memórias traumáticas²⁶³.

Segundo o historiador britânico Jay Winter tal fenômeno foi possível devido ao fato de que no final século XX e início do século XXI as pessoas passaram a reconhecer a importância de se atentar para essas memórias, pois, finalmente compreenderam que estavam cercadas por indivíduos e famílias inteiras oprimidas pela modalidade traumatizante da recordação, fruto de catástrofes apresentadas à humanidade no contexto da Segunda Guerra²⁶⁴.

O holocausto é visto como o maior exemplo de memória traumática do referido período e suas vítimas foram pioneiras na quebra do silêncio que, décadas depois, contribuiu para a explosão em série das “memórias subterrâneas”, ou seja, aquelas narrativas de grupos minoritários e dominados, excluídas da versão oficial da história²⁶⁵. Os testemunhos oculares dessas vítimas provocaram enorme interesse na sociedade contemporânea, legitimaram outra dimensão dos fatos, diferente da história oficial contada, evidenciaram injustiças, geraram uma nova e mais dolorosa compreensão da *Shoah*.

Para Michael Pollak essas memórias submersas invadiram o espaço público no momento em que os seus detentores já idosos perceberam que em breve iriam desaparecer e, por isso, decidiram inscrever suas lembranças numa tentativa de combater o esquecimento das mesmas. Cabe frisar que tais memórias sempre acompanharam as vítimas, porém, estes indivíduos se sentiam incompreendidos,

²⁶³ Maiores informações sobre o “boom da memória”, conferir: WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história. In: SELIGMAN-SILVA, Márcio (org.). **Palavra e Imagem, Memória e Escrita**. Chapecó: Argos, 2006. p. 84.

²⁶⁴ WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história. In: SELIGMAN-SILVA, Márcio (org.). **Palavra e Imagem, Memória e Escrita**. Chapecó: Argos, 2006. p. 84.

²⁶⁵ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, 1989, p.3-15.

excluídos e, por vezes, culpados frente ao discurso oficial pregado na sociedade e ligado ao grupo dos chamados vencedores²⁶⁶.

A nível pessoal e público memórias são sufocadas diariamente. No primeiro caso, está intrinsecamente relacionado ao estado psicológico do indivíduo e ao grupo social do qual faz parte. Neste último, há a intervenção política que seleciona conforme seus interesses aquilo que se transformará em memória histórica nacional. Uma das formas de se fazer isso é através da exclusão ou criação de comemorações que privilegiam a memória coletiva de determinado grupo em detrimento de outro. A atitude, porém, se depara com conflitos desencadeados pelos grupos que se vêem excluídos dessa eleição indireta. Longe dos holofotes, que simbolizam reconhecimento, tais grupos buscam a inserção das memórias que carregam nessa outra, apresentada como fundamental.

Partimos, portanto, do princípio revisionista apontado por Pollak que, diferente de Maurice Halbwachs, não enxergou a memória coletiva apenas como um elemento fruto da coesão plural que garante unidade à sociedade. Para Pollak é preciso considerar que os grupos realizam “enquadramentos” da memória, portanto, selecionam o que lembrar e isso faz com que as ditas memórias coletivas sejam constituídas mais por conflitos individuais e de grupos do que por união entre eles²⁶⁷.

A memória não é neutra nem homogênea, há um processo ativo de atribuição e sentido seletivo conscientemente dado a ela²⁶⁸. Guardada conforme interesses e amplamente usada pelo poder político vigente, foi através da sua manipulação que o regime estadonovista tentou incutir na sociedade brasileira a figura do “herói da FEB”. Lançados como heróis nacionais a partir de agosto de 1943 com a criação da FEB, os pracinhas brasileiros tornaram-se a partir daquele ano assunto constante na imprensa. A intenção era promover o grupo, fazê-lo receber apoio e adesão da população e, assim, assegurar que a entrada do Brasil na Segunda Guerra fosse vista como uma decisão acertada do governo de Getúlio Vargas.

²⁶⁶ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, 1989, p.3-15.

²⁶⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, 1989, p.3-15.; HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

²⁶⁸ TEDESCO, João Carlos. Memórias em batalhas: dimensão política da memória. In: **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Argos, Ano 25, n. 34, 2011. p. 15-44. (Arquivos e tecnologias digitais). Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/965/547> Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

Embora tenha havido a descrença inicial quanto à capacidade de combate do grupo brasileiro formado para lutar no *front* europeu, isso devido à série de entraves políticos e econômicos enfrentados pelos expedicionários no período de organização das tropas, em 1945 após o término do conflito mundial os pracinhas viveram dias de glória. Na celebração mais imponente, o Desfile da Vitória, realizado no Rio de Janeiro, os expedicionários foram aclamados como verdadeiros heróis da pátria. Todavia, apesar da propaganda intensa sobre eles, sabemos que o processo de heroificação foi efêmero e não produziu impacto profundo na memória nacional.

Tal realidade demonstra a complexidade em torno da imagem do herói. Não basta apenas fabricar o ídolo, é preciso investir para que os seus observadores criem empatia por sua figura e passem, portanto, a admirá-la. Desse modo, notamos que se entre 1943 e início de 1945 pregava-se na imprensa o heroísmo dos pracinhas, justificado na responsabilidade de representar o Brasil além mar no combate às práticas de regimes totalitários, em meados de 1945 o culto aos heróis da FEB se arrefeceu. O grupo foi dissolvido ainda na Itália, pois parecia clara a contradição de efetivar junto as Forças Armadas do país a FEB, reconhecida por lutar a favor da democracia, quando o Brasil estava sob a tutela de um regime de caráter ditatorial que era Estado Novo.

Diante disso, os heróis temporários foram relegados ao esquecimento pelos próprios responsáveis por sua criação. O público que outrora aplaudiu suas qualidades reduziu-se bruscamente e o interesse pelas histórias de guerra foi sendo deixado de lado. Hoje compreendemos que alguns fatores foram essenciais para desenhar esse cenário, além da interferência política, cabe também lembrar que a Segunda Guerra foi vista pela maioria dos brasileiros como um evento bastante longínquo. Apesar dos torpedeamentos sofridos em Sergipe e na Bahia e do envio de aproximadamente 25 mil indivíduos para combater nos campos de batalha europeus durante o conflito mundial, o número de famílias no Brasil atingidas diretamente por essa guerra foi reduzido algo que, sem dúvida, interferiu na formação de uma memória coletiva nacional ligada ao acontecimento histórico²⁶⁹.

²⁶⁹ Conferir: FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012.; MAYNARD Andreza Santos Cruz; MAYNARD Dilton Cândido Santos. **Dias de Luta: Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Iluminária, 2011.; CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: EDUSP /Geração Editorial, 2000.

A falta de assistência aos expedicionários no pós-guerra com o propósito de auxiliá-los no processo de reintegração social e profissional também corroborou para o desprestígio do grupo que repentinamente ganhou e perdeu seu lugar no panteão dos heróis nacionais. Entendemos que se por um lado os ex-combatentes possuíam uma memória específica sobre a Segunda Guerra, grande parcela da população brasileira não se identificava com essa perspectiva, sobretudo, no tocante a dimensão da tragédia.

A ausência de uma mesma visão sobre o fato produziu uma memória desarticulada entre ex-combatentes e sociedade que resultou naquilo que Joël Candau denomina de memória fraca. Ao contrário da memória forte, que é organizadora e compartilhada por um conjunto de indivíduos que se identificam com ela de forma coerente e massiva, a memória fraca não possui contornos bem definidos, se mostra superficial e, por isso, incapaz de sustentar uma memória coletiva²⁷⁰.

O despreparo das autoridades, da população em geral e mesmo de familiares para voltar a relacionar-se com indivíduos marcados pela experiência da guerra, fez com que os ex-combatentes procurassem as associações e lá se sentissem mais acolhidos. Sabemos que tanto as associações de ex-combatentes como de veteranos da FEB foram responsáveis por prestar assistência social e jurídica para estes indivíduos, mas muito mais do que isso, eram também lugares marcados pela afetividade, onde lembranças e anseios eram divididos e laços de amizade se estreitavam.

A vivência nas associações, pautada nos encontros com indivíduos que se deslocaram para espaços e passaram por situações traumáticas semelhantes, fundamentou a identidade de ex-combatente, além de traçar uma memória coletiva para o grupo. Tendo em vista o pressuposto defendido por Halbwachs que afirma que a memória é uma faculdade coletiva, pois é constituída pelas lembranças de outros, entendemos que o contato com os colegas de farda permitia que as lembranças individuais se renovassem e se completassem²⁷¹. Juntos formaram uma comunidade fundida por ideias e por uma série de princípios²⁷².

²⁷⁰ CANDAL, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016. p. 44-46.

²⁷¹ HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

²⁷² ZYGMUNT, Bauman. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 17.

As relações de memória, porém são alvos de constantes negociações. Segundo Candal, as memórias coletivas se fortalecem quando definem objetivos comuns voltados para um mesmo horizonte de ação. Assim, nas narrativas coletivas os membros do grupo depositam para seus próprios usos a imagem de seu passado mais conveniente as suas necessidades comuns²⁷³. Esse passado é reconstruído também a partir de informações adquiridas no presente e só se solidifica com o aval do grupo, pois como esclarece Pollak, o indivíduo lembra, mas é o grupo que define o que deve ser lembrado, que enquadra a memória, ou seja, que a seleciona e limita²⁷⁴.

Consideradas lugares de memória, conceito desenvolvido por Pierre Nora, cujo sustentáculo é o cumprimento de um protocolo que englobe de modo simultâneo valor material, simbólico e funcional, as associações de ex-combatentes e veteranos são as guardiãs da memória dos feitos dos brasileiros que participaram da Campanha de Guerra do Brasil durante o segundo conflito mundial. De acordo com Nora, os lugares de memória nasceram em meio a sociedades acumuladoras de memória, todavia o autor denuncia que essa necessidade de guardar memórias, somada ao desenvolvimento de tecnologias com esse propósito, advém da culpa de esquecer. Guardamos para lembrar algo que já não existe, ou uma memória rara, do contrário não haveria a necessidade de preocupar-se com sua memorização²⁷⁵.

Dentro das associações há os chamados guardiões da memória, indivíduos selecionados por preservar uma memória enquadrada que corresponde aos interesses do grupo. Tal associado possuiu um discurso pronto e maniqueísta e, geralmente, foge das questões polêmicas que envolvem a instituição. São eles os responsáveis por transmitir lembranças, valores e representações para os novos sócios ou visitantes, preservando uma memória específica e garantindo assim a identidade e a coesão do grupo. Em Sergipe, a função de guardião da memória ficava com o presidente, na ausência deste, com qualquer membro da diretoria que tivesse integrado a FEB. Os ex-combatentes da Força do Exército não eram escolhidos para essa tarefa.

²⁷³ CANDAL, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016. p. 97.

²⁷⁴ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, 1989, p.3-15.

²⁷⁵ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, n.10, dez 1993. p.21.

O enquadramento da memória é importante para disseminar entre o grupo e demais membros da sociedade aquilo que se quer lembrar e, esconder destes, o que se quer esquecer. Todavia, se na cultura contemporânea a lembrança gera prestígio, o esquecimento, por sua vez, é malvisto. De acordo com Paul Ricoeur, o esquecimento põe em dúvida a credibilidade da memória e essa é uma das razões para que a palavra esquecimento seja oprimida e lamentada pela sociedade da mesma maneira que o envelhecimento e a morte. Com base no “dever de memória”, o autor defende a busca do equilíbrio, a “justa memória”, o esquecimento feliz conquistado a partir do perdão, que geraria uma memória apaziguada²⁷⁶.

Em sua obra, que discute o assunto, Ricoeur diferencia a problemática do esquecimento em duas figuras gerais: o esquecimento por apagamento de rastros, que significa um esquecimento total e o esquecimento de reserva, que é aquele de caráter inesquecível. Além destes, o autor também aborda à luz dos “usos e abusos da memória” e do “dever de memória”, o esquecimento manifesto ou exercido no qual o esquecimento se apresenta como memória impedida, relacionado ao inconsciente freudiano e a obsessão pela repetição; esquecimento como memória manipulada, diretamente ligado a narratividade no sentido de que toda narrativa é seletiva e, portanto, impõe algum tipo de esquecimento e; por fim, o esquecimento comandado, aquele obrigatório, visto por exemplo nos casos de anistia. A investigação desse trio forma o que o autor denominou de “pragmática do esquecimento”²⁷⁷.

Na visão de Andreas Huyssen, há desde o século XX uma obsessão pela memória e o trauma e, por isso, o esquecimento parece uma afronta a dor e a justiça. Isso explica o fato de não termos uma fenomenologia do esquecimento e o tema seguir esquecido. Visando reverter tal panorama, este autor faz uma defesa histórica do esquecimento público e dar exemplos de quando o tão temido esquecimento foi fundamental para atender aos anseios de uma política de

²⁷⁶ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007. p. 423-462.

²⁷⁷ RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007. p. 423-462.; Uma análise sobre o esquecimento segundo Paul Ricoeur pode ser encontrada em: IVANO, Rogério. Memórias e esquecimento: argumentos de Paul Ricoeur. In: **II Anais do Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO – Produção e Circulação do Conhecimento Histórico do século XX**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, 2015. Disponível em: <http://www.cih2015.eventos.dype.com.br/resources/anais/4/1430142224_ARQUIVO_IICongressointernacionaldeHistoriaUEPG-textocomunicacao.pdf> Acesso em: janeiro de 2017.

memória. Neste sentido, porém, ele explica que seu estudo não pretende apresentar leis que determinem a maneira correta de esquecer, apenas explorar as complexidades e os efeitos do esquecimento público sem julgá-lo com preconceito e sob o olhar moralizante que circunda o elo entre memória e esquecimento²⁷⁸.

Sendo assim, Huyssen aborda duas situações que vêm gerando debates nos últimos tempos: a lembrança do terrorismo de Estado na Argentina e a lembrança da guerra aérea na Alemanha. Apesar da distância geográfica e temporal entre ambas, elas têm em comum o contexto do holocausto e o fato de que o esquecimento e a memória foram nestes casos cruciais na transição da ditadura para a democracia²⁷⁹.

Na Argentina houve o esquecimento das mortes provocadas pela guerrilha urbana armada na década de 1970 em prol da memória dos cerca de trinta mil desaparecidos, vítimas dos crimes do Estado durante a ditadura vivida naquele país. O discurso que amparava a memória das vítimas assemelhava os crimes sofridos por elas ao Holocausto, isso assegurou a condenação de militares e a defesa do regime democrático pelos argentinos.

No tocante à Alemanha pós Segunda Guerra, soava egoísmo falar dos bombardeios aéreos sofridos pelo país durante o conflito quando o mundo ainda lembrava dos crimes cometidos pelos alemães no mesmo período. Parecia, portanto, mais adequado esquecer, não reivindicar o lugar de vítima, haja vista ser impossível competir com a desumanização provocada pelo holocausto²⁸⁰. Como mencionado, essa decisão sobre qual memória preservar, ajudou a evitar novos conflitos e também consolidar nesses países uma política democrática.

Sabemos que o esquecimento, elemento vital da memória e que é biologicamente responsável por não sobrecarregá-la, pode se manifestar por doença, ato íntimo ou político. No campo da historiografia, onde é ainda pouco explorado, ele foi durante muito tempo meramente analisado como gesto de má fé, entretanto, compreendemos hoje que o mesmo se tornou em alguns casos necessário para a prática da política de memória.

O pós-guerra na Europa foi marcado por difíceis recomeços, após surto de espanto e solidariedade para com os envolvidos na tragédia verificou-se, porém, o

²⁷⁸ HUYSEN, Andreas. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. In: **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014. p. 155-176.

²⁷⁹ Idem.

²⁸⁰ Sobre o processo de desumanização sofrido pelas vítimas do Holocausto conferir: LEVI, Primo. **É isto um homem?**. Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

silenciamento das memórias traumáticas que carregavam. A ideia pregada naquele momento era tentar esquecer os horrores da guerra, buscar superar as situações vexatórias e dramáticas a que foram submetidos e, neste sentido, logo um número expressivo de indivíduos não queria ou não tinha ouvintes a quem relatar o que os assombrava e protagonizava seus pesadelos.

Sobre o holocausto, até os anos 1970 não se falava nele tal como o conhecemos atualmente. Mesmo que os crimes cometidos contra os judeus tenham sido divulgados na imprensa durante o pós-guerra imediato, o episódio estava longe de ocupar lugar central no imaginário de muitas pessoas²⁸¹. Segundo Tony Judt, o ambiente europeu no período não era propício para reascender tais memórias. Não houve uma comoção generalizada em relação aos judeus, já na década de 1940 ainda não se cogitava indenizar ou reconhecer publicamente o sofrimento vivido por esse povo. Para significativa parcela da população, inclusive, eles não eram vítimas especiais, mas sim responsáveis pela guerra que assolou o mundo²⁸². Frente a esse ambiente hostil, os judeus permaneciam em silêncio, muitos migraram da Europa. Somado a isso, o medo da represália, a vergonha do colaboracionismo tanto da sociedade como dos próprios judeus, entre outros fatores também auxiliou nesse mutismo.

Esquecidas em nome da construção de um mundo novo, essas memórias subterrâneas encontraram na década de 1990 ocasião propícia para invadir o espaço público. Foi nesse contexto que tivemos no Brasil a ascensão de estudos sobre a participação dos brasileiros na Segunda Guerra e as implicações disso na vida desses indivíduos após o conflito. A historiografia se valeu principalmente dos testemunhos orais daqueles que viveram a experiência da guerra, pois, ainda que alguns desses relatos tivessem sido registrados em livros de memórias, faltavam muitas histórias a contar, lacunas a preencher e rigor científico para se consolidarem como memórias confiáveis.

O silêncio quebrado deu espaço para que o não-dito viesse à tona. O presente trabalho ao abordar as memórias da Associação de Ex-Combatentes de Sergipe, mais precisamente as políticas de memória adotadas pelo grupo que formava tal

²⁸¹ CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. **Lembrar ou repetir: práticas discursivas da imprensa e a construção da memória do holocausto**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009 (Dissertação de Mestrado).

²⁸² JUDT, Tony. **Pós-Guerra – uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

instituição, visa contribuir nesse sentido, apresentar as lutas e cotidiano vividos por esses indivíduos, cujas lembranças estão à margem da história coletiva do estado.

A Associação de Ex-Combatentes de Sergipe se apresentava como guardiã da memória da participação dos sergipanos na Segunda Guerra. Contudo, a análise das fontes escritas e orais por nós reunidas revela que as políticas de memória traçadas pela instituição ficavam restritas a uma parcela mínima da sociedade. Cabe lembrar que a expressão política de memória refere-se neste trabalho as medidas tomadas pelos ex-combatentes de Sergipe através da Associação com o objetivo de preservar as memórias do grupo e fazê-las reconhecidas entre eles, bem como junto à memória coletiva estadual.

Entendemos que o hábito dos ex-combatentes de Sergipe de se relacionarem e promoverem ações visando contemplar sobremaneira indivíduos envolvidos diretamente no conflito mundial, familiares e amigos resultou no distanciamento de tal grupo do público civil em geral e na redução de membros associados no decorrer dos anos. A seguir, trecho da ata de março de 1998 que destaca essa ausência nas reuniões e a preocupação frente a isso:

O Presidente solicitou ao companheiro Travassos que dirigisse uma saudação aos aniversariantes, o qual atendendo parabenizou-os formulando votos de que o bom Deus concedesse plena saúde e muita paz. Lamentou que na ocasião não se encontrasse presente nenhum dos citados aniversariantes, sugerindo ao presidente se promovesse mais para atrair os associados de volta a Associação²⁸³.

O excerto acima descreve uma situação corriqueira, evidenciada durante o ritual de parabenização dos aniversariantes do mês, a de que muitos sócios não frequentavam as reuniões. Notamos, porém, que o documento não considera a busca de novos sócios, a preocupação era promover meios para atrair os antigos membros da instituição, aqueles inativos e seus familiares, não a população em geral.

A pequena quantidade de sócios, a ausência nas reuniões e a inadimplência foram assuntos constantes nos últimos dezenove anos da Associação de Ex-Combatentes de Sergipe e ameaçou a existência da mesma diversas vezes. Visando modificar esse quadro de abandono e estagnação, a Associação passou

²⁸³ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2015 – 07 de março de 1998. p. 32-33.

por uma série de mudanças a partir de 2002, início da gestão do Sr. Sizenando Azevedo Faro, eleito presidente por quase treze anos e o último a ocupar o cargo.

Uma das primeiras medidas adotadas por Sizenando Azevedo Faro foi sugerir a organização de uma escala para que de segunda a sexta pelo menos dois sócios ligados a diretoria cumprissem o expediente da instituição que era das 08:00 às 11:00 horas, desse modo, a sede se manteria aberta e preparada para melhor receber o público:

Foi aberta a sessão, pelo Sr. Presidente Sizenando Azevedo Faro, que anunciou ser o principal assunto a reunião para a formação de um Plantão Permanente da Diretoria nas instalações da Associação, das segundas as sextas-feiras das 08:00 às 11:00 horas. [...] Após aceitação, ficou assim acertado:

2ª feira: Amândio Almeida e Zamardile

3ª ”: Jackson de Oliveira e Wolney de Oliveira Neto

4ª ”: Rubens Ribeiro Cardoso e José Sandes Lago

5ª ”: Floricel Alves do Santos e Oscar José dos Santos

6ª ”: João Seabra Filho e Aloísio Martins Santos²⁸⁴.

A ideia apresentada, porém, parece não ter surtido efeito, pelo menos não a longo prazo. Não encontramos nas atas posteriores indícios de que a sugestão foi acatada fielmente pelos sócios, tampouco notícias sobre decisões tomadas por eles nesses períodos de trabalho semanal. Logo, ainda que tenham cumprido a carga horária, isso não contribuiu para que houvesse mobilização no sentido de promover a Associação junto à população sergipana através de eventos que, sem dúvida, contribuiriam para a preservação e ampliação das memórias coletivas do grupo.

Além disso, quando questionadas durante entrevista sobre a frequência dos sócios na instituição, as ex-secretárias da Associação Gicelda Maria de Souza e Claudete Santos Dantas relataram respectivamente:

[...] Só iam no dia de reunião, pelo menos no tempo em que eu entrei. Não sei se no passado eles compareciam mais porque isso eu não posso dizer a você porque eu não estava lá²⁸⁵.

[...] Era muito difícil aparecer, uma vez..., geralmente eles apareciam, assim, a minoria, que era a minoria que aparecia em dia de reuniões. [...] Iam para

²⁸⁴ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 14 de dezembro de 2002. p. 67-68.

²⁸⁵ Gicelda Maria de Souza. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 12 de janeiro de 2017.

poder fazer... porque eles faziam, eles tinham assim uma contribuição mensal porque eram eles mesmos quem mantinham a Associação”²⁸⁶.

Gicelda Maria de Souza se tornou colaboradora da Associação em junho de 2003, ou seja, meses depois da tabela de rodízio para o expediente ser proposta. Sua fala indica, portanto, que nessa época a ideia já havia sido deixada de lado. Claudete Santos Dantas, por sua vez, entrou na Associação como secretária anos depois, em 2010, sendo uma de suas funções ficar na sede das 08:00 às 11:30 horas e, assim, manter ativo o expediente da instituição que não era cumprido pelos sócios, aquela altura, também em virtude da idade avançada dos mesmos.

A chegada de ambas na Associação foi registrada em ata. Gicelda Maria de Souza em seu primeiro dia como colaboradora, sendo filha de um sócio veterano e já conhecendo a instituição, sugeriu, inclusive, algumas mudanças. Vejamos:

Foi aberta a sessão, pelo Sr. Presidente Sizenando Azevedo Faro, que apresentou a Senhorita Gicelda Maria de Souza, filha do companheiro Joaquim, que abordou um assunto referente a Associação, que se encontrava sem um atrativo. Onde seria necessário a aquisição de certos aparelhos como um computador, um bebedouro de água para os associados, uma garrafa térmica, e que estes aparelhos em princípio seriam adquiridos por doações, pois a Associação não dispõe de condições. Em seguida, o Sr. Presidente perguntou aos associados o que achariam do assunto? Sendo que ele mesmo disse que iria estudar para ver o que ficava²⁸⁷.

A sugestão no tocante a aquisição de alguns itens por parte da Associação foi acatada. Gicelda Maria de Souza contou que para ela não era um sacrifício prestar serviço voluntário a Associação:

Eu fazia isso até porque eu precisava ir ao centro fazer um monte de coisas daqui, então chegava lá e fazia minhas coisas e chegava lá e dava continuidade. Eu já tinha catalogado. Eu já trabalhei em empresa minha filha, sempre trabalhei com arquivo, na empresa que eu trabalhei todo mundo fazia de tudo, então eu sei muito bem, de natureza eu sou metódica, eu sou organizada, minhas coisas não é fora do lugar e não é pelo fato de ser filha de militar, eu, de natureza [...] ²⁸⁸.

²⁸⁶ Claudete Santos Dantas. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 07 de outubro de 2016.

²⁸⁷ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 07 de junho de 2003. p. 69-70.

²⁸⁸ Gicelda Maria de Souza. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 12 de janeiro de 2017.

Segundo a ex-colaboradora, que também desempenhou o trabalho de secretária, os arquivos da Associação estavam desordenados e como ela sempre teve facilidade com organização se ofereceu para organizá-los. Os documentos elencados por ela como alvos de sua arrumação, porém, não se encontravam na sede da Associação em 2016, ano em que tivemos contato com as atas e outros documentos pertencentes a esta entidade. Gicelda Maria de Souza afirma ter se afastado da Associação após a morte de seu pai a quem acompanhava nas reuniões e devido a problemas de saúde da mãe que necessita de seus cuidados.

Observamos que o passar dos anos só agravou a queda no número de sócios dentro da Associação. Diante disso, outra medida adotada como política de memória para tentar reverter a situação foi telefonar e enviar correspondências para antigos associados inativos a seus familiares descrevendo os problemas enfrentados pela entidade. Essa tarefa coube a Claudete Santos Dantas, inclusive, ela foi contratada para cumpri-la:

O Presidente Sizenando apresentou a todos presentes a nova colaboradora Claudete explicando a necessidade da Associação fazer a tentativa de novos contatos com todos os associados. De acordo com o novo levantamento os associados em débitos fez seu comparecimento e os que não conseguiu falar por telefone foi enviada uma correspondência²⁸⁹.

A prática de telefonar diretamente para os associados não era inédita, pois em anos anteriores Sizenando Azevedo Faro já tinha experimentado e colhido frutos, ainda que momentâneos e parciais: “Dando procedimento a reunião o Presidente falou sobre os suplentes da Diretoria [...]; pois havia telefonado convidando a participarem da reunião mensal, e ali fez um convite para compartilharem com o trabalho social da Associação”²⁹⁰. Ocorre que do grupo de suplentes mencionado, constituído por quatro indivíduos, três deles compareceram na sede no dia de reunião do respectivo mês, todavia, desapareceram nos meses posteriores.

Sobre as cartas emitidas por Claudete, *a priori* elas lembravam as conquistas jurídicas da Associação:

O Presidente solicitou a Sra. Claudete que lê-se [sic] as correspondências (que) emitidas e recebidas. Primeiramente foi lida a correspondência (que

²⁸⁹ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 08 de maio de 2010. p. 144-145.

²⁹⁰ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 07 de junho de 2008. p. 118-119.

foi) enviada aos Associados cujo assunto mais importante e lembrado por todos, é a fundação da Associação dos Ex-Combatentes após a 2ª Guerra Mundial. A Associação a nível de Brasil conseguiu o máximo de aproveitamento ingressando os companheiros na Justiça Federal como servidores e os companheiros ligado a Marinha defendendo as leis pertinentes fazendo seus devidos requerimentos em defesa de seus direitos²⁹¹.

As correspondências enviadas com o propósito de sensibilizar os destinatários quanto a importância da Associação no passado destes, acabaram não surtindo o efeito desejado. Sendo assim, nova tentativa foi feita, dessa vez foram mais explícitos sobre suas intenções e as dificuldades financeiras enfrentadas pela Associação:

Foi enviada correspondência a todos os associados cujo o assunto é o convite s comparecerem juntamente com a família para prestigiar e homenagear os bons serviços prestados em favor da classe e como reconhecimento poderem contribuir em uma mensalidade mínima de R\$20,00, pois sem o apoio financeiro de todos, lamentavelmente a Associação acabará fechando as portas²⁹².

O convite novamente não encheu de pessoas a sede da Associação nem de dinheiro a conta poupança da mesma. Muitas outras missivas foram enviadas nesses quase vinte anos. Além dos sócios, os ex-combatentes tiveram também como destinatários algumas autoridades estaduais: “As correspondências emitidas foram enviadas para várias autoridades cujo assunto foi a Trajetória bélica da FEB na Itália²⁹³. [...]. A cada postagem, a eficiência desta se mostrava igualmente pouco duradoura.

Apesar disso, compreendemos que as políticas de memórias adotadas pelos sócios ativos na forma de pequenos planejamentos visando expandir as memórias do grupo, seja por meio da organização da Associação, através de telefonemas e envio de cartas, das notas em jornais, ainda que restritas a um público específico, da participação de eventos e celebrações, tais como o Dia da Vitória e o 7 de Setembro se mostraram constantes e foram fundamentais para a sobrevivência da Associação até 2015. Notamos que os sócios pareciam conformados com o fechamento da

²⁹¹ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. *Atas de reuniões*. Aracaju-SE, 1996-2014 – 07 de agosto de 2010. p. 148-149.

²⁹² ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. *Atas de reuniões*. Aracaju-SE, 1996-2014 – 03 de setembro de 2011. p. 162-163.

²⁹³ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. *Atas de reuniões*. Aracaju-SE, 1996-2014 – 03 de dezembro de 2011. p. 166-167.

Associação Sergipana, porém, tomaram atitudes com o propósito de adiar esse futuro pouco promissor o máximo possível²⁹⁴.

4.2 CELEBRAR É REMEMORAR

As celebrações nascem em homenagem a algo. Comumente festivas, podem carregar um motivo pessoal e ordinário ou de maior abrangência, nacional por exemplo. Seja qual for a razão, as celebrações são em geral marcadas por um espaço temporal cíclico e anualmente servem para quebrar a rotina. Para o antropólogo Roberto DaMatta, a sociedade contemporânea estaria acostumada a conviver com a oscilação entre dias rotineiros de trabalho e estudo, que seriam dedicados a conquista da subsistência no mercado profissional e, dias de festa, permeados por tempo ocioso a ser preenchido por descanso e excessos²⁹⁵.

Tendo em vista o caso brasileiro, DaMatta divide as festas em dois tipos: as “da ordem”, aquelas que possuem regularidade, exercem um controle sobre o corpo dos indivíduos e onde cada um destes participantes ocupa exatamente o papel que desempenha na sociedade. Bem como as “festas da desordem”, que como a própria denominação indica, são espontâneas, permitem a desobediência e a inversão do papel social²⁹⁶.

As festas da desordem podem ser realizadas por qualquer um, já as da ordem são promovidas por instituições formais que prezam pela disciplina tais como igrejas e órgãos militares. Cabe lembrarmos que a disciplina é há tempos usada como instrumento de poder dentro da sociedade. Ela nos remete a construção daquilo que Michael Foucault chamou de “corpo dócil”, ou seja, aquele que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado, algo que se consegue, entre outros processos, através da coação e vigilância do indivíduo²⁹⁷.

As duas cerimônias a serem discutidas neste capítulo integram o grupo das festas da ordem, haja vista serem promovidas pelo Exército. São elas: o Dia da Vitória, comemorado no dia 08 de maio em alusão ao fim da Segunda Guerra Mundial e a vitória dos países Aliados que lutaram no conflito; e o Dia da

²⁹⁴ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2015.

²⁹⁵ DaMatta, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

²⁹⁶ Idem.

²⁹⁷ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. 42ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 134-136.

Independência, que celebra a proclamação feita por Dom Pedro I em 07 de setembro de 1822 e que elevou o Brasil à categoria de nação independente, dando fim oficial ao domínio português, consagrando, portanto, a autonomia política do novo país.

Ambas as datas integram o calendário militar brasileiro e eram celebradas pelos ex-combatentes sergipanos. Cabe lembrar que ao longo do tempo as associações de ex-combatentes e veteranos da FEB espalhadas pelo país sofreram um intenso processo de militarização no sentido de que as festas em sua homenagem passaram a ser realizadas nos quartéis, afastadas, portanto, da população civil. Na medida em que promoviam a figura dos ex-combatentes sergipanos, a participação nas celebrações do Dia da Vitória e do 7 de Setembro devem ser entendidas também como formas de políticas de memória, pois auxiliavam o grupo a manter-se unido em torno de uma causa, compartilhar memórias e divulgar o papel da Associação.

4.2.1 Dia da Vitória

Após mais de seis anos de conflito mundial, o fim da Segunda Guerra foi anunciado na Europa. A boa notícia ganhou o mundo trazendo a esperança de tempos de paz. Todavia, a população de diversos países teria pela frente o árduo desafio de conviver com as heranças da guerra que não podem ser extintas de um dia para o outro. A guerra produz mazelas profundas e dramas que não cessam em sintonia com o término das batalhas bélicas. Nesse contexto, corpos ainda pedem enterros, feridos continuam a lutar pela vida, desabrigados buscam um lugar para morar. Famílias e amigos se esforçam para se reencontrar. Há procuras por desaparecidos e tempo para continuar punindo prisioneiros de guerra bem como líderes políticos deixados para trás. A vitória vai assim se desenhando como um projeto impreciso, a paisagem diante dos olhos surge monocromática, os campos imploram por cultivo, as cidades por cimento, a vida por recomeço.

A tarefa não propõe facilidades. É importante compreendermos que, apesar da capitulação alemã ter sido comemorada na Europa e em grande parte dos países ocidentais em 08 de maio e um dia depois, dia 09, na ex União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, já que Joseph Stálin exigiu que o documento de rendição fosse assinado pela Alemanha também na cidade de Berlim, centro administrativo do Terceiro Reich, o que levou mais algumas horas, o conflito armado continuou no

lado do Pacífico sendo extinto apenas em 02 de setembro com a rendição dos japoneses diante das constates derrotas e da abominável explosão de Hiroshima e Nagasaki nos dias 06 e 09 de agosto de 1945, respectivamente²⁹⁸.

De maio a setembro daquele ano e, mesmo nos anos seguintes, o término oficial da Segunda Guerra trouxe consigo um sabor agridoce. O alívio se misturava ao horror enfatizado a partir da liberação dos prisioneiros dos campos de concentração nazistas, da volta de milhares de refugiados aos seus antigos endereços, da urgência de serviços básicos capazes de atender a população que se encontrava em meio à miséria e assustada com os excessos de desumanidade praticados nos últimos anos. Neste sentido, para muitos o Dia da Vitória significou sorriso, mas também o começo de novas tribulações e lutas diárias.

No Brasil, o fim da guerra e a Festa da Vitória promovida pelas nações que apoiavam os Aliados foram divulgados pela imprensa, o que trouxe tranquilidade para familiares e amigos dos pracinhas que atuavam em solo europeu, pois a volta destes se tornara mais breve e certa. Em Sergipe, a imprensa local acompanhava o conflito diariamente e já no dia 06 de maio o jornal católico *A Cruzada* apresentou na primeira página uma reportagem cujo título, “Estrugem os hinos da Vitória”²⁹⁹, sugeria a vitória dos países Aliados, triunfo por sua vez confirmado no dia seguinte quando outros periódicos sergipanos publicaram em suas manchetes: “Capitulação incondicional da Alemanha!”³⁰⁰, “Rendição incondicional da Alemanha”³⁰¹, “Edição da Vitória – Rendeu-se a Alemanha”³⁰².

Tendo em vista que o solo brasileiro não foi cenário de nenhum confronto armado direto durante o conflito mundial, apesar dos episódios de torpedeamentos realizados por submarinos alemães a navios nacionais, sendo o mais grave o ataque do U-507 que deixou mais de seiscentos mortos na costa litorânea entre Sergipe e Bahia em agosto de 1942, o Dia da Vitória foi comemorado no país, afinal, os escombros, a miséria e as violências, ainda que descritas nos periódicos brasileiros, não faziam parte do cotidiano dessa sociedade, não era perceptível, portanto, aos olhos desta.

²⁹⁸ STAFFORD, David. **O fim do jogo, 1945: o capítulo que faltava da Segunda Guerra Mundial**. Tradução Joel Fontenelle Macedo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 08-20.

²⁹⁹ **A Cruzada**. Ano: XI. Nº 442. Aracaju, 06 de maio de 1945.p. 1.

³⁰⁰ **Correio de Aracaju**. Ano: XXXIX. Nº 3902. Aracaju, 07 de maio de 1945.p. 1.

³⁰¹ **Diário de Sergipe**. Ano: IV. Nº 920. Aracaju, 07 de maio de 1945.p. 1.

³⁰² **Diário de Sergipe**. Ano: IV. Nº 921. Aracaju, 08 de maio de 1945.p. 1.

Como símbolo da derrota do nazismo, o Dia da Vitória desde 1945 passou a ser celebrado anualmente por todo o Globo. No estado de Sergipe, no início do período por nós estudado, 1996 a 2015, a festividade era promovida pela Associação de Ex-Combatentes em parceria com o 28º BC. Já na última década, a cerimônia passou a ser organizada apenas pelo 28º BC, porém, os ex-combatentes continuaram ocupando o espaço de convidados de honra.

Encontramos em um jornal sergipano de 1969 uma nota referente ao Dia da Vitória, a mesma informava que a celebração seria realizada na Praça do Expedicionário localizada no bairro Getúlio Vargas em Aracaju. Sabemos que a referida praça recebeu esse nome por abrigar o monumento construído na década de 1960 em homenagem aos sergipanos mortos na Segunda Guerra Mundial. No local consta o nome dos atingidos nos torpedeamentos efetuados pelo submarino alemão no litoral sergipano em agosto de 1942 e dos seis integrantes da FEB que tombaram em solo europeu, a propósito, o Terceiro Sargento Osvaldo Conceição e os Soldados João Ferreira da Silva, Wilson Ribeiro Bomfim, Jorge da Costa Lima, José Luiz Santos e Lino Pinto dos Santos³⁰³.

Observemos a seguir trecho do texto sobre o Dia da Vitória publicado no periódico sergipano:

[...] tropas deverão marchar em torno do monumento e prestar continência a bandeira. Na ocasião autoridades militares e civis estarão presente [sic], inclusive os componentes da Força Expedicionária que bravamente lutaram na Itália e que também venceu a guerra contra os generais nazifascistas que tinham a frente dois ditadores sanguinários: Hitler e Mussolini³⁰⁴.

A publicação informa a respeito de parte do ritual cívico-militar a ser cumprido no evento e dos participantes deste. Além disso, exalta os ex-expedicionários sergipanos e defende a contribuição do grupo para acabar com os regimes totalitários, denominados “sanguinários”, que nasceram na Alemanha e Itália e findaram junto com a Segunda Guerra. Em 1974 o mesmo jornal sergipano trouxe novos detalhes da programação para o 08 de maio daquele ano:

[...] Se encontrará ao pé do Monumento dos Expedicionários na praça do mesmo nome (em frente a estação ferroviária nova) a partir das 8:30 hrs da manhã. O presidente da entidade Sr. Aloísio Tavares Santos dirigirá uma

³⁰³ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Trajetória bélica da Força Expedicionária Brasileira – FEB, no território italiano, por ocasião da 2ª Guerra Mundial**. Aracaju-SE, 14 de outubro de 2011.

³⁰⁴ **Gazeta de Sergipe**. Ano: XIV. Nº 3844. Aracaju, 08 de maio de 1969, p. 8.

saudação aos seus companheiras ex combatentes. Depois o secretário geral da entidade sob o toque da alvorada e da vitória fará a chamada dos mortos. O governador coloca uma coroa de flores no Monumento do Expedicionário e, por fim, as 9hrs haverá uma missa em sufrágio dos mortos na Segunda Guerra Mundial. O encerramento se dará com o cântico do Hino Nacional por todos os presentes³⁰⁵.

Mais uma vez a comemoração ocorreria no monumento construído em homenagem aos sergipanos mortos na Segunda Guerra e contaria com a participação de autoridades militares e civis, população em geral e ex-militares, principalmente os ex-combatentes. O público ouviria alguns discursos, assistiria ao depósito de flores aos pés do monumento e participaria de uma missa. Assim, a ocasião trazia à tona uma mescla do júbilo da vitória na guerra anos atrás com a lembrança triste de dias difíceis permeados por violência, privações e a morte de conhecidos. Era também um momento de reencontro já que a data carregava grande valor simbólico para os ex-combatentes que compareciam ao evento em grande número mesmo alguns destes estando distantes da Associação há tempos.

Para garantir o esplendor da cerimônia, no dia que a antecede os ex-combatentes ativos juntavam-se com o objetivo de realizar uma higienização mais cuidadosa do monumento, apesar do espaço público estar sujeito ao trabalho de limpeza prestado pelo município. Tal fato se repete ao longo das atas, desse modo, no do dia 04 de maio de 1996 é possível ler:

[...] Dando continuidade o Presidente anunciou que no próximo dia oito de maio estaremos comemorando mais um dia da Vitória, o fim da II Guerra Mundial e passara a ler a programação elaborada para este significativo dia. Terminada a leitura, o companheiro Travassos pediu a palavra para convidar alguns companheiros que desejassem fazer uma limpeza no Monumento dos Ex-Pracinhas, no dia sete, as oito horas da manhã. Se prontificaram os companheiros Ezequiel, Amandio Almeda, João José dos Santos, João Santana [...] ³⁰⁶.

O compromisso foi extinto em 2002 quando a cerimônia do Dia da Vitória foi transferida para o 28º BC localizado no bairro 18 do Forte em Aracaju³⁰⁷. A mudança se consolidou, chegou aos dias atuais e há duas hipóteses para explicá-la. A

³⁰⁵ **Gazeta de Sergipe**. Ano: XIX. Nº 4771. Aracaju, 08 de maio de 1974.p. 7.

³⁰⁶ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2015 – 04 de maio de 1996. p. 01-02.

³⁰⁷ Conferir: ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2015

primeira, apontada pelos militares entrevistados, indica uma questão de segurança e logística. Vejamos:

[...] Eu não sei informar, assim, se é o motivo real, mas só que em todo o Exército, nós estamos, eu digo nós o Exército como um todo, estão diminuindo a exposição em locais públicos, em alguns locais que possam atentar contra a segurança, justamente por uma situação da violência hoje em dia no país, né? Porque pra gente ir numa situação dessa normalmente se vai armado e a gente sabe que todo armamento nosso tem um valor, no caso da marginalidade, tem um valor muito grande no mercado paralelo, então a maioria de nossas formaturas, externas que a gente diz, elas estão diminuindo de forma categórica não só aqui, mas no Exército todo³⁰⁸.

[...] a praça não estava oferecendo mais uma estrutura para que recebesse a tropa e até mesmo pelo grande vulto pra gente a importância dessa cerimônia, a homenagem a esses heróis então a gente percebeu que a praça ela não oferecia mais essa estrutura, precisava de uma reforma e estava acima da capacidade ou da responsabilidade do 28º BC então a gente achou por bem trazê-los para dentro do batalhão uma vez que em termos de homenagem não mudaria muito [...]³⁰⁹.

As falas acima que pertencem respectivamente aos Sargentos Marcelo Ramos dos Santos e Edilberto Honorato Lima expressam uma precaução com os militares que compareceriam no evento e informa que a decisão é a nova praxe adotada pelo Exército brasileiro. Sem dúvida, é mais cômodo promover a cerimônia nas dependências do quartel que já possui bebedouro, banheiros, equipamento de som e vigilância do que dispensar efetivo para deslocar-se e suprir tais necessidades em outro lugar.

A segunda hipótese que nos chama atenção sugere que a transferência se deu devido ao abandono da praça pelos órgãos públicos. Localizada de frente a estação ferroviária de Aracaju³¹⁰, após o fechamento das linhas férreas para o transporte de pessoas na década de 1990, a praça perdeu frequentadores, sofreu depredações e ao longo dos anos acabou se tornando refúgio para marginais. Nas palavras do ex-expedicionário Zamardile Leão Brasil, a mesma “[...] ficou abandonada, estragaram. Até hoje está lá estragada”³¹¹. Nas atas da Associação de

³⁰⁸ Marcelo Ramos dos Santos. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 01 de dezembro de 2016.

³⁰⁹ Edilberto Honorato Lima. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 30 de novembro de 2016.

³¹⁰ Maiores informações sobre a malha ferroviária de Sergipe, conferir: CARDOSO, Amâncio. Sergipe no tempo das ferrovias: nota histórica. In.: **Revista do IHGSE**. Aracaju, nº 41, 2011. p. 375-391.

³¹¹ Zamardile Leão Brasil. Entrevista concedida a autora em 14 de dezembro de 2016. Aracaju. Sergipe.

Ex-Combatentes de Sergipe encontramos registros que corroboram com essa imagem de desprezo, são discussões e pedidos feitos junto às autoridades políticas do estado com o propósito de restaurar o referido ambiente público ressaltando seu valor histórico.

Tais apelações aparecem escritas em poucas linhas em atas de 2009 e 2013. Notamos, entretanto, que nesta época a cerimônia já não ocorria a longo tempo no monumento da Praça dos Expedicionários, o que reforça a ideia de que a decisão da mudança tenha partido do 28º BC mais pela praticidade e não necessariamente devido a problemas com segurança, logística ou depredação. Somado a isso, devemos considerar o fato de que os ex-combatentes associados eram idosos e contavam com um pequeno grupo atuante, tendo assim pouca mão de obra era cômodo para eles transferirem a responsabilidade do planejamento e execução de um evento, sobretudo, quando tinham conhecimento de que o outro, no caso o Exército, conta com o setor de comunicações destinado a cumprir funções desse tipo.

A cada ano falava-se regularmente da cerimônia em prol ao Dia da Vitória, inclusive, mesmo quando esta chegou a não ser realizada, algo verificado sem grande alarde em 09 de maio de 2009 quando podemos ler na ata referente a reunião deste dia: “Outro assunto levantado na sessão foi o 28º Batalhão de Caçadores não ter comemorado o 8 de maio, término da 2ª Guerra Mundial e nem justificaram a não comemoração.³¹²” Cabe frisar que apesar da aparente crítica o documento não dá a entender que o grupo procurou antecipadamente o 28º BC para saber da programação referente ao Dia da Vitória, tampouco afirma que irá buscar uma explicação para o ocorrido junto a instituição militar de Sergipe.

Na maioria das vezes em que foi mencionada nas atas, entretanto, a celebração do Dia da Vitória aparece descrita de forma positiva e em linguagem patriótica. Acompanhemos o exemplo a seguir:

O Sr. Presidente fez uma esplanção [sic] da solenidade realizada no dia oito de maio [...] dizendo que ficou contente, pois que foi a seu ver, uma solenidade brilhante pela demonstração de todos ali presentes [...] que vieram homenagear a todos que deram suas vidas nos campos de batalha

³¹²ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2015 – 09 de maio de 2009. p. 131-132.

da Europa, em prol da defesa e moral do Brasil, que se encontrava ameaçado por regimes totalitários dos Alemães e Italianos [...] ³¹³.

Ao analisarmos a data que foi escrita a ata acima, oito de maio de 1999, apesar da mesma não trazer horário e local da reunião, percebemos que ela provavelmente ocorreu após a cerimônia festiva do Dia da Vitória que nessa época ainda acontecia no monumento dedicado aos sergipanos envolvidos na Segunda Guerra. Isso explica a riqueza de detalhes que ela traz frente a outras notas que aparecem sobre o tema, o episódio estava muito recente, imediato, fresco na memória. Desse modo, é contado que o presidente da Associação de Ex-Combatentes de Sergipe, o Major Aloísio Tavares Santos, leu as ações tomadas pelo Brasil durante a participação do país no conflito mundial, que foi mencionado o nome de todos os pracinhas mortos em combate, que houve desfile de tropa do 28º BC com o apoio da banda de música da mesma instituição sob aplausos de familiares, amigos, transeuntes e autoridades representantes do 28º BC, da 19º C.S.M., da polícia militar, da aeronáutica, do prefeito de Aracaju e do governador do estado.

O ritual alusivo a vitória dos Aliados que ocorre atualmente nas dependências do 28º BC é praticamente o mesmo de anos atrás. As celebrações em geral são marcadas para o período da manhã e dá início ao cumprimento da chamada ordem do dia regra, norma presente nos quartéis. A transferência do monumento para o Batalhão do exército em Sergipe culminou no afastamento do grande público e fortaleceu o processo de militarização que atingiu as associações de ex-combatentes por todo país. Neste sentido, o grupo se afastou da sociedade e, talvez com isso, caiu no esquecimento. Sendo assim, o Dia da Vitória parece fadado apenas a lembrança dos militares, parentes dos veteranos e ex-combatentes e poucos entusiastas. A cada ano é reduzido o número de ex-combatentes que comparecem ao evento devido à idade avançada dos mesmos. No tocante ao monumento presente na Praça dos Expedicionários, até o fechamento dessa pesquisa ele encontrava-se juntamente com o mencionado espaço de lazer em processo de restauração que foi iniciado em maio de 2016 sob responsabilidade da prefeitura de Aracaju ³¹⁴.

³¹³ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2015 – 08 de maio de 1999. p. 45-46.

³¹⁴Maiores informações conferir: www.aracaju.se.gov.br. Disponível em: <http://aracaju.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=69441>> Acesso em novembro de 2016.

4.2.2 Dia da Independência

Diferente do Dia da Vitória cuja celebração é feita no Brasil por um grupo restrito, geralmente composto por militares, ex-combatentes e familiares destes, o Dia da Independência ou 7 de Setembro como também é popularmente chamado, faz parte da memória coletiva dos brasileiros. A data em que se comemora o “grito do Ipiranga”, ato simbólico que em 1822 tornou a colônia Brasil independente da então metrópole Portugal, é marcada por um feriado nacional permeado, sobretudo, por desfiles de caráter civil e militar com homenagens e discursos patrióticos em todo o país.

Notamos que há anos os ex-combatentes se apropriam da celebração de 7 de Setembro e a usufruem como modo de tentar inculcar na sociedade as memórias sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra, principalmente as referentes à FEB. Tendo em vista que o calendário nacional é utilizado, pela circunstância política vigente, como instrumento de manipulação daquilo que se pretende lembrar junto à sociedade, compreendemos que os grupos minoritários procuram diante dessa prática meios para reivindicar seu espaço. Neste sentido, a atitude adotada pelos ex-combatentes, ou seja, buscar incluir as memórias do grupo em uma celebração já instituída no calendário oficial do país, propõe estabelecer na memória coletiva nacional o reconhecimento do papel exercido pelos ex-combatentes se não na sociedade contemporânea, tempos atrás.

A data para pleitear seus direitos não foi escolhida ao acaso, tradicionalmente o desfile de 7 de Setembro consiste em um momento dedicado a celebrar os heróis nacionais e, como ex-combatentes que sacrificaram sua paz em prol da democracia e da pátria nas operações de guerra enfrentadas pelo Brasil, durante o segundo conflito mundial, esses indivíduos se sentem no direito de fazer parte desse panteão.

Participar das paradas e desfiles foi uma prática adotada já no pós-guerra imediato. Nesse período os ex-combatentes se colocavam ao lado das forças armadas brasileiras, pois em alguns aspectos sentiam-se equivalentes a elas, logo, deveriam desfrutar das mesmas honrarias. Além disso, passaram a entender que relacionar-se com os militares da ativa auxiliava o processo de legitimação da identidade do grupo como ex-combatentes e isso contribuía em sua luta por direitos prometidos antes de seguirem para o *front*.

Neste sentido, o desfile em homenagem a Independência do Brasil ganhou importância entre os ex-combatentes, inclusive, os sergipanos. O momento era visto como forma de prestígio, garantia o reencontro com antigos colegas de farda, gerava a oportunidade de reconhecimento do público, bem como de rememorar o tempo de serviço militar que em geral era motivo de orgulho para o grupo.

Em Sergipe, a reunião que antecedia o evento, realizada na Associação de Ex-Combatentes, contava com número significativo de sócios. Estes vinham em busca de informações e para acertar detalhes. Sabemos que o desfile na capital é realizado pela Secretaria Estadual de Educação em parceria com o 28º BC que, por sua vez, ao longo dos anos se encarregou de instruir os ex-combatentes sobre a celebração quando nenhum membro da Associação era convidado a integrar a comissão organizadora da Semana da Pátria. Acompanhemos a seguir dois excertos retirados das atas que nos indicam isso:

[...] Depois reportou-se ao dia 7 de setembro próximo em que se comemora o dia da Independência, informando que estava aguardando instruções do Comandante do 28º BC sobre a programação do desfile, local e hora³¹⁵.

O Presidente que é membro da Comissão estadual coordenadora das comemorações cívica da semana da Pátria de 1988 fez um relato da programação inclusive da Formatura de 7 de Setembro na Praça Camerino as 8 horas os Ex-Combatentes deverão esta [sic.] presentes para desfile³¹⁶.

As festividades em prol do 7 de Setembro em Aracaju têm início no período matutino quando ex-combatentes, militares, bandas de música e estudantes marcham e preenchem, acompanhados pelos olhares de autoridades e do público em geral, a Avenida Barão de Maruim, da Praça Camerino até as intermediações da Praça da Bandeira. Esse percurso, que ainda é o mesmo cumprido nos dias atuais, aparece em ata da Associação datada de 1997:

Continuando com a palavra, o Presidente conclamou a todos os Ex-Combatentes para participarem amanhã, às 8 horas do desfile militar que, como nos [anos] anteriores, sairá da Av. Barão Maruim, a partir da Praça Camerino. E fazia uma observação de que só deveriam desfilar os companheiros sócios efetivos e não sócios colaboradores como tem

³¹⁵ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2015 – 03 de agosto de 1996. p. 07-08.

³¹⁶ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2015 – 01 de agosto de 1998. p. 38.

acontecido anteriormente. Fato este que inclusive gerou uma observação do 28º BC.³¹⁷.

O convite do presidente da Associação de Ex-Combatentes de Sergipe feito na citação acima era para que comparecessem ao desfile os sócios efetivos, ou seja, aqueles que participaram da campanha do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Os sócios colaboradores, que eram principalmente simpatizantes da FEB, deveriam ficar de fora. A atitude sem dúvida influenciava no número de participantes do desfile, mas garantia a exclusividade da honraria para um grupo específico. O registro na ata dá a entender que pessoas desfilarem junto aos ex-combatentes não foi uma situação excepcional, mas não sabemos a quantidade de vezes que a mesma ocorreu, tampouco se isso foi motivo de discordâncias entre os sócios.

Somado ao compromisso de participar do desfile de 7 de Setembro, os ex-combatentes sergipanos se preocupavam em estar vestidos adequadamente para a ocasião, vista como especial. Desse modo, era comum combinarem o traje que usariam. Para o desfile de 1998 ficou acordado que “[...] poderiam comparecer fardados ou em traje civil com gravata.”³¹⁸. Em 2014 a ata de agosto informa que os ex-combatentes haviam confeccionado uma nova farda. Esta, que carregava o emblema e nome da Associação, era sempre cogitada para a ocasião:

[...] o presidente lembrou a todos sobre o desfile de 7 de Setembro e o interesse dos companheiros em participar do evento, e os informando que o encontro seria no local da antiga sede, na Travessa Benjamin Constant, às 7 hs da manhã. Em seguida, foi entregue o novo fardamento da Associação, chapéu e camisas³¹⁹.

Cabe destacar que por mais de cinco décadas os ex-combatentes sergipanos fizeram o trajeto do desfile marchando, porém, quando este grupo alcançou uma idade mais avançada o percurso, cerca de um quilômetro, passou a ser realizado a bordo de um veículo pertencente ao 28º BC. Neste período, o grupo se reunia na sede da Associação ou no antigo endereço desta, onde os militares os aguardavam para levá-los ao desfile.

³¹⁷ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 06 de setembro de 1997. p. 27-28.

³¹⁸ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 05 de setembro de 1998. p. 38-39.

³¹⁹ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 2014-2015 – 02 de agosto de 2014. p. 02.

A substituição da tradicional marcha pelo automóvel gerou desentendimentos entre os ex-combatentes. Em 2001 já aparecia indícios das restrições físicas que atingia alguns ex-combatentes: “[...] O Sr. Presidente relatou sobre o desfile do dia Sete de Setembro nas seguintes condições: Irá voluntariamente aquele que tenha condições de desfilar e não de andar uma ou duas quadras e em seguida sair do desfile. Assim não é permitido”³²⁰.

Todavia, a primeira vez que o assunto foi levantado em reunião foi em agosto de 2004:

[...] O Sr. Presidente fala sobre as comemorações da Semana da Pátria, e aborda também o companheiro Jackson que achava justo ser da mesma maneira do ano passado. Gerou uma leve discussão entre alguns companheiros aqui presentes. Ficando para ser resolvida mais tarde, uma vez que nós não temos condições de realizar mais um desfile tanto pelas idades, pelas saúdes e pelos números inferiores para preencher os requisitos necessários³²¹.

Como justificativas para que o grupo passasse a utilizar o transporte militar durante o desfile, o trecho aponta as limitações de saúde, as dificuldades de locomoção devido à idade avançada e o número reduzido de ex-combatentes que participaria do cortejo que, por sua vez, feito a pé não geraria grande impacto visual, fator importante para a preservação da memória coletiva.

Não temos registros de quantidade de ex-combatentes que desfilavam anualmente. A informação não foi encontrada nos documentos da Associação nem no 28º BC que, segundo fala dos seus representantes entrevistados, a cada ano solicita uma relação prévia daqueles que irão desfilar. Sabemos, porém, graças a uma visita a sede da Associação em 2013, quando tivemos acesso a alguns documentos que quatorze homens, sete ex-integrantes FEB, quatro da Força do Exército, dois da Marinha de guerra e um da Força Aérea Brasileira desfilaram em Aracaju prestigiando a celebração nacional realizada naquele ano³²².

Voltando a 2004, a discussão sobre o uso de transporte militar pelos ex-combatentes perdurou, mas na ata da reunião que ocorreu na semana do desfile nos deparamos com o seguinte desfecho:

³²⁰ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 01 de setembro de 2001. p. 59-60.

³²¹ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2015 – 07 de agosto de 2004. p. 81-82.

³²² ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Relação dos Ex-Combatentes que desfilaram no dia 07 set 2013**. Aracaju-SE, 2013.

O Sr. Vice-Presidente disse que o principal assunto desta reunião, é o desfile de sete de setembro, onde diz ter ido com Sr. Presidente Sizenando ao 28º BC, tendo ficado acertado para às 07:00 h em frente a Associação no dia sete deste mês, que um caminhão do Exército levaria a turma que se encontrasse no local, de onde saia para o local do desfile. Em seguida, foi franqueada a palavra, usando dela o companheiro Manoel dos Santos, que achava bom que fosse em marcha. Porém, não foi aceita a sua opinião, tendo em vista que poucos têm esta condição. Em seguida falou o companheiro Claudionor, que diz ter condições de marchar, mas que respeita a opinião dos companheiros, sugerindo o uso da camisa dos Ex-Combatentes e se possível uma calça branca ou clara³²³.

Notamos que, apesar dos membros da Associação costumarem tomar decisões a partir de votações em grupo, neste caso da mudança de desfile a pé para uso de transporte, o acordo feito entre o presidente e o vice-presidente da Associação com o 28º BC indica que o hábito foi dispensado, pois, no dia da reunião a decisão foi simplesmente comunicada.

Diante disso, o 28º BC tornou-se responsável por levar os ex-combatentes para o desfile do Dia da Independência. Questionado a respeito da logística para a cerimônia, o Sargento Edilberto Honorato Lima afirmou:

[...] Não só no 7 de Setembro, mas como em todas as solenidades feitas pelo 28º BC era feito um contato prévio com a Associação, né! E aí o 28º BC, a gente possui um ônibus, esse ônibus percorria ou pegava a maior parte na Associação, né!, aqueles que podiam se locomover. Os que não podiam se locomover, o ônibus pegava em sua residência [...]³²⁴.

O Sargento Marcelo Ramos dos Santos respondeu a mesma pergunta de forma semelhante, mas acrescentou detalhes:

No 7 de Setembro, do mesmo modo da formatura nós fazemos aquele contato prévio, né! Aí com endereço, com ponto de referência, é tudo confirmado antes. Confirmamos o horário, tudo. Porque como cada um as vezes mora em um lugar as vezes temos que coordenar porque nem sempre um carro só dá pra fazer o circuito, as vezes vai um carro numa direção e outra viatura em outra direção. Todas elas vão com um motorista e alguém de saúde pra acompanhar e, claro, geralmente a gente não pega só o ex-combatente, as vezes tem um parente que quer tá próximo, não temos problemas quanto a isso, né! A gente até faz esse contato antes pra saber quantos vem, quantos que são, aonde é, porque justamente a

³²³ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2015 – 07 de agosto de 2004. p. 82.

³²⁴ Edilberto Honorato Lima. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 30 de novembro de 2016.

formatura tem horário, então todo mundo tem que está lá no horário, aí a gente faz todo esse contato pra tá todo mundo certo lá no horário³²⁵.

Ramos frisou a importância da pontualidade para o Exército. O depoimento de Claudete Santos Dantas, ex-secretária da Associação, reforça que os ex-combatentes de Sergipe também se preocupavam em chegar cedo à sede no dia do desfile:

Eles iam para o desfile de 7 de Setembro, tinha alguns deles que ia se rastejando, mas eles tinham o maior prazer. [...] Menina eles se emocionavam demais e eu me emocionava juntamente, entendeu? Eles não dormiam. As filhas deles, a maioria, filho, filha diziam: - Papai ontem foi para o cabeleireiro, cortou o cabelo, fez a barba, já tá a roupinha lá penduradinha, já arrumadinha já. Não dormiam, não conseguiam dormir. Tudo ansiosos pra chegar. Aí era marcado seis horas lá em frente a Associação, sete horas aliás, a partir de seis e meia, seis e quarenta já estavam lá, as vezes chegavam primeiro do que eu (risos). Porque eu quem tinha que chegar primeiro para recepcioná-los, né? Mas quando vinha já estavam um na esquina, dois, já estavam lá. Não conseguiam dormir direito, pra eles ali era uma coisa... Virgem Maria, era maravilhoso pra eles!³²⁶.

Havia uma ansiedade escancarada por parte dos ex-combatentes em relação 7 de Setembro. Para Claudete Santos Dantas, eles viam a data como algo “maravilhoso”, a vontade de viver o dia chegava a tirar o sono de alguns. O ex-expedicionário Zarmadile Souza Leão quando indagado se frequentava o desfile prontamente respondeu: “Participava. Nunca perdi um...Gostava! [...]”³²⁷.

De acordo com o Sargento Honorato:

[...] os olhos deles brilhavam, eu posso citar um entre todos, o Dr. Sizenando, que era o presidente da Associação, pra ele era a gente via que era um momento ímpar eles gostavam muito, muito, tanto que fazia questão de comparecer a essas solenidades³²⁸.

A fala de Ramos corrobora:

Olha é até gratificante pra gente quando a gente vê, quando pega alguém em casa que ele já se preparou para a formatura, é aquele é... bota a

³²⁵ Marcelo Ramos dos Santos. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 01 de dezembro de 2016.

³²⁶ Claudete Santos Dantas. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 07 de outubro de 2016.

³²⁷ Zarmadile Leão Brasil. Entrevista concedida a autora em 14 de dezembro de 2016. Aracaju. Sergipe.

³²⁸ Edilberto Honorato Lima. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 30 de novembro de 2016.

melhor roupa, parece assim, o próprio casamento, então assim, a gente vê a importância que tem. As vezes pra muita gente é mais uma formatura, é o Exército na rua desfilando, mas principalmente pros ex-combatentes é assim uma energia nova, repõe as energias, é a hora de contar os casos acontecidos, eles ficam a vontade, muito a vontade até no nosso meio, eles ficam contentes, querem tirar foto, assim, eles querem tá... parece que eles estão voltando a ativa numa formatura que as vezes não leva trinta minutos, né! É muito bom, muito bom ter eles conosco³²⁹.

Segundo os militares, os ex-combatentes se mostravam comprometidos e realizados em participar do desfile. Era como voltar a servir ao Exército depois de anos, além disso, para os febianos, a ocasião possibilitava rememorar as honrarias recebidas no grande desfile ocorrido no Rio de Janeiro quando retornaram ao Brasil em 1945. De modo geral, significava a oportunidade do grupo se fazer presente e reivindicar seu espaço na memória da sociedade sergipana.

Tendo em vista que a Associação de Ex-Combatentes de Sergipe não era constituída por indivíduos que residiam apenas na capital, encontramos nas atas registros da participação dos ex-combatentes em comemorações de 7 de Setembro de outros municípios sergipanos. Em uma delas havia o pedido de um sócio para fazer parte do Dia da Independência da cidade de Itabaiana, distante cerca de cinquenta e sete quilômetros de Aracaju:

Foi em seguida ouvida a palavra do companheiro José Novaldo Teixeira, que solicitou autorização para desfilarem em Itabaiana-Sergipe. Foi autorizado, porém ficava a cargo do Novaldo a movimentação e inclusive do transporte e levando as bandeiras do Brasil e dos Ex-Combatentes³³⁰.

A solicitação do ex-soldado da FEB para desfilarem em Itabaiana foi atendida sob condição de que este providenciasse o suporte logístico necessário para isso. O documento não deixa claro se José Novaldo Teixeira morava em Itabaiana, porém, diante do pedido é provável que possuísse alguma ligação afetiva com o lugar. Em outra ata, há uma relação contendo os nomes dos sócios que desfilaram no 7 de Setembro de Japaratuba, que fica a cinquenta e quatro quilômetros de Aracaju: “[...] o Sr. Presidente leu os nomes dos companheiros que desfilaram em Japaratuba-Sergipe, no dia Sete de Setembro. Abaixo seguem os nomes dos que desfilaram

³²⁹ Marcelo Ramos dos Santos. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 01 de dezembro de 2016.

³³⁰ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 05 de setembro de 1998. p. 38-39.

[...]”³³¹. Não fica claro qual dos ex-combatentes possuía ligação com a cidade de Japaratuba.

Nos meses de julho, agosto e setembro era comum a Associação sergipana receber convites de colégios da rede particular de ensino da capital para que os ex-combatentes comparecessem a estas instituições durante os festejos da semana da pátria. Vejamos como dois destes chamados aparecem nas atas:

[...] Foi dito pelo Sr. Presidente, que se encontravam ali presentes as pessoas: O Professor Liris e a Professora Kátia do Colégio C.C.P.A., que convidavam os membros da Associação para as solenidades do dia 18-08-03 às 08:00 horas. A Sra. Kátia deixou seu telefone [...] para qualquer necessidade. E ficou acertado que ela nos comunicaria a hora de nos apanhar na sede da Associação, também ficaram de comparecer os seguintes companheiros: Amândio, Sizenando, Ribeiro, Zamardile e Wolney³³².

[...] foi lida a correspondência recebida onde houve destaque do convite feito pelo Centro Educacional Pequeno Infante do Conjunto Orlando Dantas – Aracaju – Sergipe, onde convida os Ex-Combatentes para comparecerem em desfile a ser realizado no dia 31 de agos. de 2002 às 16:00 horas. Sendo em seguida franqueada a palavra a palavra pelo Sr. Presidente, tendo sido usada pelo companheiro Brito, que abordou sobre o desfile do centro citado, onde o Sr. Presidente disse não haver modificações, como vem sendo realizado nos anos anteriores³³³.

Os convites não partiam de muitas escolas. Na verdade, encontramos menção à apenas três, sendo o Centro Educacional Pequeno Infante a instituição que mais realizou tais convites, o último foi registrado em ata de 2009³³⁴. Havia o cuidado de oferecer transporte aos ex-combatentes, bem como algum objeto, geralmente plaquinhas de agradecimento pela visita. Notamos que os convites eram destinados aos ex-combatentes de maneira geral, ou seja, contemplava todos os sócios efetivos, isso justifica a ida de Amândio Almeida, ex-combatente da aeronáutica ao Colégio de Ciências Pura e Aplicada (CCPA) junto aos febianos Sizenando Azevedo Faro e Zarmadile Leão Brasil.

Nas atas de agosto de 2006 e 2007 está registrado que dois jornais aracajuanos procuraram o presidente Sizenando Azevedo Faro para que ele em

³³¹ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 06 de outubro de 2001. p. 60-61.

³³² ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 02 de agosto de 2003. p. 71-72.

³³³ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 03 de julho de 2002. p. 64.

³³⁴ Conferir: ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 05 de setembro de 2009. p. 136-137.

nome da Associação de Ex-Combatentes falasse sobre as memórias da Segunda Guerra:

O Sr. Presidente disse que uma pessoa do Jornal Correio de Sergipe fez uma visita em seu escritório, tentando levar o assunto em coisas de guerra. Porém levei para assunto da Associação. No entanto, saiu o de guerra³³⁵.

Mais tarde o Sr. Presidente leu um Artigo do Jornal da Cidade, que fez um documentário dos nossos combatentes [...]. Frente ao que foi conversado é uma negação, não tem 1/5 do que disse³³⁶.

Nas duas ocasiões o febiano teceu duras críticas em relação ao conteúdo publicado, pois afirmou que seu relato sobre a Associação, bem como a respeito dos problemas enfrentados pela mesma não foi levado em consideração e, por isso, informações pertinentes para o grupo não integraram os textos que compunham as matérias. De fato, ao ler a íntegra de uma das matérias citadas percebemos já pelo título “Bombardeio em Sergipe faz 65 anos – tragédia que vitimou mais de 500 pessoas ainda está viva na memória dos soldados que fizeram o resgate”³³⁷ que a ênfase era lembrar o episódio dos navios torpedeados em Sergipe em 1942 e não retratar o pós-guerra dos ex-combatentes residentes no estado. Cabe ainda observar o equívoco cometido pelo redator ao chamar de bombardeio os torpedeamentos realizados por um submarino.

Procurados em quase vinte anos apenas duas vezes pela imprensa escrita, percebe-se que os ex-combatentes não eram muito populares. Estes, por sua vez, criticavam com frequência essa falta de interesse, vista como uma desvalorização dos sacrifícios realizados pelo grupo no passado em nome da pátria. Acompanhemos:

Outro assunto abordado foi a participação dos companheiros no desfile de 7 de setembro e comentaram que as emissoras de televisão não transmitiram o desfile local e nem filmaram os ex-combatentes. Apenas enfatizaram o desfile militar estadual³³⁸.

³³⁵ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 02 de setembro de 2006. p. 98-99.

³³⁶ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 01 de setembro de 2007. p. 107.

³³⁷ **Jornal da Cidade**. Ano XXXV. Nº 10.534. Aracaju, 26 e 27 de agosto de 2007. p. B2.

³³⁸ ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões**. Aracaju-SE, 1996-2014 – 03 de setembro de 2009. p. 137-138.

O sutil descontentamento mencionado acima aconteceu por ocasião do Desfile de 7 de Setembro e foi direcionado a imprensa televisiva aracajuana que não destacou em sua programação a participação dos ex-combatentes no evento. Somado ao desamparo dos meios de comunicação, em entrevista Gicelda lembrou que:

Quando eu era adolescente que ia para os desfiles na Barão de Maruim eu achava ridículo das pessoas: - lá vem os velinhos. Oh, lá vem os doidinhos não sei o que... eu achava isso ridículo. Eu ficava assim olhando, gente! [...] as pessoas muito desinformadas, primeiro que as escolas as são culpadas, né? Pra começar, porque civismo só se for na minha época porque eu estudei na escola técnica então lá nós tínhamos hasteamento de bandeira, ensino do hino, o hino do ex-combatente eu não aprendi lá, quem me ensinou foi meu pai[...]³³⁹.

A fala cheia de indignação da ex-secretária, que também é filha de um veterano da FEB, reforça a ideia de que estereótipos no tocante aos ex-combatentes perduraram durante muito tempo. Desfaz a noção de que para esse grupo a comemoração da Independência do país era constituída apenas de alegrias.

³³⁹ Gicelda Maria de Souza. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 12 de janeiro de 2017.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A princípio, a ideia era que esta dissertação tratasse exclusivamente do pós-guerra imediato dos expedicionários sergipanos. Contudo, a pequena quantidade de documentos sobre o período me deixava inquieta, afoita para encontrar novas fontes. No início de 2016, com parte do texto escrito, decidi voltar a Associação de Ex-Combatentes de Sergipe. Deparei-me com um imóvel deserto, repleto de correspondências soltas sobre o piso do *hall* de entrada que indiciava a inatividade do lugar. O telefone não funcionava e alguns conhecidos para quem liguei pedindo informações sobre uma possível nova sede respondiam curiosos que não sabiam do seu paradeiro.

Através do portão de ferro construído em arabescos deixei um bilhete, a esperança era que a pessoa responsável por buscar as correspondências pudesse me ajudar. Funcionou. O filho do último presidente da Associação me ligou e confirmou o fechamento da mesma. Tempo depois nos encontramos na antiga sede onde tive contato com as atas e outros documentos. Ao pesquisar me dei conta de que não havia nada na historiografia sobre a referida associação. Foi a partir daí que me debrucei sobre as atas, por conta delas busquei os protagonistas do conteúdo daquelas páginas e, assim, pude compreender um pouco do cotidiano e desafios vividos por eles dentro da instituição.

Sabemos que o repentino ataque do submarino alemão U-507 em águas do Nordeste brasileiro em agosto de 1942 trouxe para realidade sergipana o conflito mundial, visto até então somente por meio da imprensa e de produções cinematográficas. Os torpedeamentos alteraram a rotina sossegada da capital Aracaju e de outras cidades do estado de Sergipe. Após o episódio, durante algum tempo, o medo e o chamado “esforço de guerra” passaram a fazer parte do imaginário e do dia a dia de grande número dos moradores locais³⁴⁰.

³⁴⁰ Conferir: MAYNARD Andreza Santos Cruz; MAYNARD Dilton Cândido Santos. **Dias de Luta: Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Iluminária, 2011.; CRUZ, Luiz Antônio Pinto. **“A guerra já chegou entre nós!”: o cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942/1945)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012. (Dissertação de Mestrado).; e OLIVEIRA, Marlíbia Raquel de. **Pracinhas Sergipanos na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2013 (Monografia).; BARROS, Maria Luiza Pérola Dantas. **O caso Nelson de Rubina: guerra e cotidiano em Aracaju (1942-1943)**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2015 (Monografia); e MAYNARD Andreza Santos Cruz.; BARBOSA, Caroline Alencar.; MAYNARD Dilton Cândido Santos (Orgs.). **Segunda Guerra: histórias de Sergipe**. Recife: EDUPE, 2016.

Inseridos nesse contexto, soldados e civis sergipanos junto com outros homens vindos de todo país foram convocados, bem como se voluntariaram para defenderem o litoral e, posteriormente, integrarem as fileiras da FEB. Enviados para o *front* italiano, os expedicionários brasileiros foram apontados como heróis, sobretudo, na imprensa nacional. No retorno ao país em 1945 as homenagens, também percebidas em Sergipe, foram cheias de alvoroço. Porém, o pós-guerra desse grupo não se configurou em uma realidade fácil.

Foi diante das dificuldades encontradas no processo de reintegração social e profissional, devido ao despreparo tanto das autoridades públicas quanto da sociedade brasileira para conviver com indivíduos marcados por uma experiência de guerra, que sergipanos veteranos da FEB somados a ex-combatentes da Força do Exército fundaram em 1946 em Aracaju a Associação de Ex-Combatentes do Brasil, Secção Sergipe.

Visando *a priori* reivindicar judicial e coletivamente o cumprimento de seus direitos, a Associação de Ex-Combatentes de Sergipe, entendida como lugar de memória e sociabilidade, tornou-se cenário propício para encontros e o compartilhamento de vastas e inúmeras memórias, sobretudo, referentes à atuação da FEB na Itália, já que eram raros os relatos alusivos à Força do Exército. Além de lutar por direitos, dentro dessa instituição, os ex-combatentes do estado puderam estreitar laços de amizade, enquadrar suas memórias e buscar retardar o esquecimento dos feitos do grupo.

Apesar disso, notamos que a Associação de Ex-Combatentes não faz parte da memória coletiva do estado de Sergipe. É desconhecida pela maioria da população. Ocorre que ao longo dos anos a mesma assistiu, grande parte desse tempo de maneira passiva, ao envelhecimento do grupo, a consequente redução do seu número de sócios e a ausência de políticas de memórias amplas, capazes de reverter tal quadro.

A ausência de parcerias e a falta de ações visando atrair o público em geral para sua sede restringiram o contato da Associação com a sociedade, que se dava oficialmente apenas na ocasião do desfile em homenagem a independência do Brasil, quando o grupo buscava junto ao público reconhecimento por seus feitos. Neste sentido, a Associação Sergipana de Ex-Combatentes esteve na última década de existência mais próxima do Exército do que da população civil.

Houve esforço por parte dos ex-combatentes para aumentar os dias de vida da Associação, todavia, o grupo pareceu conformado com a finitude da mesma, algo que ocorreu em julho de 2015. Percebemos que nos últimos dezenove anos os sócios ativos se mostraram conscientes do seu dever de memória, o grupo via na existência da Associação uma maneira de preservar no estado às memórias da participação dos sergipanos na Segunda Guerra Mundial, entretanto, as medidas adotadas por eles, entendidas nesse trabalho como políticas de memória, a saber, o envio de correspondências, a participação em eventos e os convites feitos via telefone para que as pessoas frequentassem a sede da Associação pelo menos durante as reuniões mensais contemplava, principalmente, ex-sócios e familiares destes.

Há uma enorme lacuna no tocante aos estudos do pós-guerra dos ex-expedicionários e ex-combatentes brasileiros que em Sergipe dividiram a mesma Associação. Sobre esta, sabemos muito pouco. Existe uma série de documentos guardados na sua última sede, o material doado ao 28º BC, instituição escolhida para preservar na posteridade as memórias do grupo, além dos próprios ex-sócios e seus familiares que continuam vivos e carregados de lembranças desse período contemporâneo. É preciso buscá-los. Analisá-los. Ouvi-los. Essa dissertação deu um passo nesse sentido, mas ainda há muitas palavras a respeito dessa temática que merecem ser escritas.

REFERÊNCIAS

- ALBINO, Daniel. Cobra Fumando: a Força Expedicionária Brasileira na Campanha da Itália (1944-1945) In: SILVA, Francisco Carlos T. da, SCHURSTER, Karl, LAPSKY, Igor, CABRAL, Ricardo, FERRER, Jorge. (Coord.) **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.p.321-341.
- ARGUELHES, Delmo de Oliveira. A Conferência dos Chanceleres Americanos de 1942 e o envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial. In:SILVA, Francisco Carlos T. da, SCHURSTER, Karl, LAPSKY, Igor, CABRAL, Ricardo, FERRER, Jorge. (Coord.) **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.p.115-145.
- ASSIS. Raquel Anne Lima de. Sergipe, 1942 e o Ataque do Submarino U-507: Análise dos Relatórios das Vítimas. In: **Anais do VI Simpósio Internacional Estados Americanos**. Natal: UFRN, 2012.p. 491-497.; e
- AUSTER, Paul. **O inventor da Solidão**. Tradução de Luiz Roberto Mendes Gonçalves. São Paulo: Editora Best Seller - Círculo do Livro, 1982.
- BARROS, Maria Luiza Pérola Dantas. **O caso Nelson de Rubina: guerra e cotidiano em Aracaju (1942-1943)**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2015 (Monografia).
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza In: **Obras escolhidas I - Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora brasiliense, 1985. p. 114-119.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 3 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- CANDAL, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no Vargasismo e no Peronismo**. 2 ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. **Lembrar ou repetir: práticas discursivas da imprensa e a construção da memória do holocausto**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009 (Dissertação de Mestrado).
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CARVALHO, Virginia Mercês Guimarães. **Ex-combatentes do Brasil: entre a história e a memória (1945-2009)**. Universidade Federal de Pernambuco, 2009. (Dissertação - Mestrado em História).

CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova História Militar Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. Artes de fazer**. Vol. I. 5 ed., Petrópolis: Rio de Janeiro, 1994.

CRUZ, Luiz Antônio Pinto. **“A guerra já chegou entre nós!”: o cotidiano de Aracaju durante a guerra submarina (1942/1945)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012. (Dissertação de Mestrado).

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: EDUSP /Geração Editorial, 2000.

DaMatta, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?**. Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DANTAS, Ibarê. **História de Sergipe: república (1889-2000)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

DANTAS, Ibarê. **Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. Versão 3.0. Editora Objetiva Ltda., 2009.

DOSSE, François. **Renascimento do Acontecimento: um desafio para o historiador entre Esfinge e Fênix**. Tradução de Constança Morel. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FEIJÓ, Martin César. **O que é herói**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984 (Coleção Primeiros Passos).

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira (1945-2000)**. Londrina: Eduel, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhe. 42ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 134-136.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história**. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

GONÇALVES, Williams da Silva. A Segunda Guerra Mundial. In: FILHO, Daniel Aarão Reis, FERREIRA, Jorge, ZENHA, Celeste. (Orgs.). **A O Século XX: o tempo das crises – revoluções, fascismos e guerras**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.165-172.

GRISARD, Nelson; VIEIRA, Edith Tolentino de Souza. Ana Néri, Madrinha da Enfermagem no Brasil. *Gazeta Médica da Bahia*. Salvador, jul./dez., 2008. p. 145-147. Disponível em <http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/981/959>. Acesso em 01 de dezembro de 2015. ISSN 0016-54X.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUYSSSEN, Andreas. Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. In: **Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014. p. 155-176.

IVANO, Rogério. Memórias e esquecimento: argumentos de Paul Ricoeur. In: **II Anais do Congresso Internacional de História UEPG-UNICENTRO – Produção e Circulação do Conhecimento Histórico do século XX**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, 2015. Disponível em: <http://www.cih2015.eventos.dype.com.br/resources/anais/4/1430142224_ARQUIVO_IICongressointernacionaldeHistoriaUEPG-textocomunicacao.pdf> Acesso em: janeiro de 2017.

JUDD, Tony. **Pós-Guerra – uma história da Europa desde 1945**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

KOTHE, Flávio René. **O herói**. São Paulo: Editora Ática, 1985.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** . Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINKSY, Carla (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 139.

MAXIMIANO, César Campiani. **Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Grua, 2010.

MAYNARD Andreza Santos Cruz.; BARBOSA, Caroline Alencar.; MAYNARD Dilton Cândido Santos (Orgs.). **Segunda Guerra: histórias de Sergipe**. Recife: EDUPE, 2016.

MAYNARD Andreza Santos Cruz; MAYNARD Dilton Cândido Santos. **Dias de Luta: Sergipe durante a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Iluminária, 2011.

MAYNARD, Dilton C. S.; ASSIS, Raquel Anne Lima de. O fim do mundo começou no mar: os ataques do Submarino U-507 ao litoral sergipano em 1942. In: **Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil**. Nº 17. Vol.9. Rio de Janeiro, 2013. p.59 a 68.;

MCCANN Frank D., FERRAZ, Francisco César Alves. A participação de brasileiros e norte-americanos na Segunda Guerra Mundial. Tradução de Beatriz Meneguetti. In: MUNHOZ, Sidnei J., SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (Orgs.). **Relações Brasil-Estados Unidos: séculos XX e XXI**. Maringá: Eduem, 2011.p.104-163.

MELLO, José Luiz Ribeiro (Comp.). **A Legislação do Ex-Combatente**. Rio de Janeiro: Editora Expedicionário LTDA, 1978.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento?.Revista Memória em Rede, Pelotas, v.2, n.3, ago.-nov.2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/9545/6379>. Acesso em março de 2017.

MONTEIRO, Marcelo. **U-93: a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial**. Porto Alegre: Besouro Box, 2014.

NASS, Sirlei de Fátima. **Legião Paranaense do Expedicionário: indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses (1943-1951)**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005 (Dissertação - Mestrado em História).

NEITZEL, Sönke.; WELZER, Harald. **Soldados: sobre lutar, matar e morrer**. Tradução: FredericoFigueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, n.10, dez 1993.

OLIVEIRA, Dennison de. (Org). A Força Expedicionária Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: estudos e pesquisas - **Anais do II Seminário de Estudos sobre a Força Expedicionária Brasileira**. Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército. Curitiba: [s/n], 2011. p.41-49.

OLIVEIRA, Dennison de. **Aliança Brasil-EUA: nova história do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. Curitiba: Juruá, 2015.

OLIVEIRA, Dennison de. Custos humanos da desmobilização da Força Expedicionária Brasileira (FEB): a Legião Paranaense do Expedicionário (LPE) e os feridos, doentes e mutilados da Segunda Guerra Mundial (1947-1956). **Vozes, Pretérito & Devir**. Ano I, Vol. I, Num. I, 2013. p. 165-180.

OLIVEIRA, Dennison de. História e Memória entre Ex-combatentes: o caso da Segunda Guerra Mundial (1939-45). In: **Anais do XXIII Simpósio Nacional de História** – ANPUH. Londrina, 2005.

OLIVEIRA, Dennison de. Reintegração social dos ex-combatente no Brasil: o caso da Secretaria de Assistência da Legião Paranaense do Expedicionário - AS/LPE (1946-1960). **Revista Militares e Política**, nº 9, jul-dez de 2011, p. 8-23.

OLIVEIRA, Marlíbia Raquel de. **Pracinhas Sergipanos na Segunda Guerra Mundial (1942-1945)**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2013 (Monografia).

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. A História Militar tradicional e a “Nova História Militar”. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

PINKSY, Carla (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, 1989, p.3-15.

RIBEIRO, Patrícia da Silva. **Em luto e em luta: construindo a memória da FEB**. CPDOC. Rio de Janeiro, 2013. (Tese - Doutorado em História).

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2007. p. 423-462.

ROSA, Alessandro dos Santos. **A reintegração social dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira. (1946-1988)**. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010. (Dissertação - Mestrado em História).

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Tradução de Fernando Coelho e Fabrício Coelho. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SANTOS, Maria Nely dos. **A Participação de Sergipe na II Grande Guerra**. São Cristóvão/SE: UFS/PDPH, s/d. Mimeo.

SANTOS, Wellington Corlet dos. **A desmobilização da Força Expedicionária Brasileira e as conseqüências político-sociais no Brasil entre 1945 e 1965**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Escola Marechal Castello Branco. Rio de Janeiro, 2008. (Dissertação - Mestrado em História).

SILVA, Francisco Carlos T. da, SCHURSTER, Karl, LAPSKY, Igor, CABRAL, Ricardo, FERRER, Jorge. (Coord.) **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010. p.327-328.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. (Org.). **O século sombrio: uma história geral do século XX**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

STAFFORD, David. **O fim do jogo, 1945: o capítulo que faltava da Segunda Guerra Mundial**. Tradução Joel Fontenelle Macedo. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 08-20.

TEDESCO, João Carlos. Memórias em batalhas: dimensão política da memória. In: **Cadernos do CEOM**. Chapecó: Argos, Ano 25, n. 34, 2011. p. 15-44. (Arquivos e tecnologias digitais). Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/965/547> Acesso em: 10 de fevereiro de 2017.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo Sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Tulio Azevedo Faro. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 11 de janeiro de 2017.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 1987; e SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.p. 378-389.

WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história. In: SELIGMAN-SILVA, Márcio (org.). **Palavra e Imagem, Memória e Escritura**. Chapecó: Argos, 2006.

WYNNE, J. Pires. **História de Sergipe**. V. 02. Rio de Janeiro: Pongetti, 1973.

ZYGMUNT, Bauman. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 17.

APÊNDICE A – JORNAIS

Correio de Aracaju (1939-1945); Diário Oficial do Estado de Sergipe (1939-1945); Folha da Manhã (1939-1943); O Nordeste (1939-1942); Sergipe-Jornal (1939-1945); Jornal da Cidade (1996-2006).

APÊNDICE B – DOCUMENTOS

ARQUIVO HISTÓRICO DO EXÉRCITO. **Documentos relativos ao regresso da FEB ao Brasil.** Cx. 480, 1944- 1945.

ARQUIVO JUDICIÁRIO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE. **Inquérito Militar Luiz Vieira Lima (1947-1949).** Documento 2532, Caixa 05. Aracaju/SE, 1947-1949.

Documentário dos fatos que levaram o Brasil à Guerra. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. p. 69-70.

ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões** (1996-2014), Aracaju-SE.

ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Atas de reuniões** (2014-2015), Aracaju-SE.

ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Regimento Interno.** Aracaju-SE, 1977.

ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL, SECÇÃO DE SERGIPE. **Trajectoria bélica da Força Expedicionária Brasileira – FEB, no território italiano, por ocasião da 2ª Guerra Mundial.** Aracaju-SE, 14 de outubro de 2011.

APÊNDICE C – ENTREVISTAS

- João Lessa Matos. Nova Iguaçu. Rio de Janeiro. Entrevista concedida a autora em 25 de outubro de 2015.
- Tulio Azevedo Faro. Aracaju. Sergipe. Entrevistas concedidas a autora em 11 de maio de 2016 e 11 de janeiro de 2017.
- Claudete Santos Dantas. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 07 de outubro de 2016.
- Edilberto Honorato Lima. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 30 de novembro de 2016.
- Marcelo Ramos dos Santos. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 01 de dezembro de 2016.
- Zamardile Leão Brasil. Entrevista concedida a autora em 14 de dezembro de 2016. Aracaju. Sergipe.
- Maria de Jesus Leão Brasil. Entrevista concedida a autora em 14 de dezembro de 2016. Aracaju. Sergipe.
- Gicelda Maria de Souza. Aracaju. Sergipe. Entrevista concedida a autora em 12 de janeiro de 2017.

APÊNDICE D – MEMÓRIAS

MORAES, J.B. Mascarenhas de. **A FEB pelo seu Comandante**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A. 1947.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.